

RIBSP

REVISTA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

ISSN 2595 - 2153



ESPADA E LUVAS UTILIZADAS PELOS OFICIAIS
DA POLÍCIA MILITAR

VOL. 7 - N. 18 - ANO 2024 MAI. / AGO.
DOI 10.36776/RIBSP.V7I18



**REVISTA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA - RIBSP**

ISSN ON LINE 2595-2153

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v7i18>

INSTITUTO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Vol. 7 – Nº 18 – Ano 2024

Mai. a Ago.

REVISTA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – RIBSP

PRODUÇÃO

Gerência do Dr. Edson Benedito Rondon Filho.

CONSELHO EDITORIAL

Editor Geral: Dr. Edson Benedito Rondon Filho

Membros (Conselheiros):

Dr. Azor Lopes da Silva Júnior
Dr. Edson Benedito Rondon Filho
Dr. George Felipe de Lima Dantas
Dr. Hélio Hiroshi Hamada
Dr. João Batista da Silva
Msc. José Vicente da Silva Filho
Dr. Leonardo Oliveira Freire
Dr. Nazareno Marcineiro
Msc. Renato Pires Moreira
Dr. Vinícius Oliveira Braz Deprá
Dr. Wilquerson Felizardo Sandes

Dr. Ednilson Paulino Queiroz
Dr. Eduardo Frederico Cabral de Oliveira
Dr. Gilberto Protásio dos Reis
Dr. João Apolinário da Silva
Dr. José Carlos Leandro
Msc. Leonardo de Andrade Carneiro
Dra. Letícia de Sousa Moreira
Dr. Reginaldo Canuto de Sousa
Dra. Tatiane Ferreira Vilarinho
Dra. Welere Gomes Barbosa
Msc. André Mendes da Fonseca Ferraz

Editores de seção:

Dr. Azor Lopes da Silva Júnior
Dr. Edson Benedito Rondon Filho
Msc. Renato Pires Moreira

Editoração Eletrônica e arte da capa:

Dr. Edson Benedito Rondon Filho

Revisão gramatical:

Dr. Azor Lopes da Silva Júnior

Capa: Logomarca do Instituto Brasileiro de Segurança Pública, na cor preta, entre a faixa quadriculada (sillitoe), abaixo com foto colorida da espada e luvas utilizadas pelos Oficiais da Polícia Militar. O fundo é verde.

REVISTA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE SEGURANÇA
PÚBLICA - RIBSP. Instituto Brasileiro de Segurança Pública
– IBSP, Vol. 7, nº 18, 2024.

Periodicidade Quadrimestral

ISSN ON LINE 2595-2153

DOI <https://doi.org/10.36776/ribsp.v7i18>

1. Instituto Brasileiro de Segurança Pública, 2. Revista do
Instituto de Segurança Pública, 3. Ciências Policiais, 4.
Segurança Pública, 5. Título, 6. Periódico.

EDITORIAL

Esta edição é a segunda do ano de 2024 nessa jornada pelo acerto da periodicidade de nossa revista e preservação da difusão dos conhecimentos produzidos pelos pesquisadores colaboradores. Reafirmamos nosso compromisso com a perenidade da revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública enquanto espaço qualificado para a Segurança Pública e para as Ciências Policiais.

O artigo inicial é de Erich Nelson Cardoso Hoffmann e descreve as *Ameaças híbridas de interesse da Segurança e Ordem Pública* com discussão sobre a crescente complexidade dos ambientes operacionais enfrentados pelas polícias, sobretudo diante de ameaças não convencionais classificadas como ameaças híbridas. Stanley Araújo Pena, Cid Gonçalves Filho, João Pedro Lima de Medeiros Galiza e Júnio Souto Marques escrevem o artigo *Estratégias de políticas públicas no combate aos crimes cibernéticos: uma análise crítica*, com apresentação do contexto do crescimento exponencial dos crimes cibernéticos e seus impactos na segurança pública nacional e internacional, com análise crítica das políticas públicas existentes e proposta de estratégias eficazes e sustentáveis para o enfrentamento dessa modalidade criminal em expansão. *As circunstâncias do crime de roubo contra transeunte na cidade de Salvador*, de autoria de Luís Henrique Costa Ferreira analisa as circunstâncias que envolvem o crime de roubo contra transeunte na cidade de Salvador, tendo em vista o aumento expressivo dessa modalidade delitiva em contextos urbanos, com a identificação de padrões temporais, espaciais e operacionais que caracterizam a incidência do roubo, contribuindo para o planejamento de ações preventivas no âmbito da segurança pública. Em *Percepções sobre o medo do crime e a sensação de segurança entre a população de São Luís de Montes Belos, estado de Goiás*, Daniel Moreira Tavares e Leon Denis da Costa apresentam os aspectos da dinâmica do crime, da sensação de segurança e da relação entre a população montebelense e a Polícia Militar, no estado de Goiás. O artigo intitulado *Análise do nível de conhecimento sobre Libras e da preparação operacional para abordagem de pessoas surdas entre alunos do Curso de Formação de Sargentos da Polícia Militar de Santa Catarina*, de autoria de Alfredo Schuch e Luciana Mara Silva, apresenta pesquisa sobre o nível de conhecimento dos alunos sargentos do Curso de Formação de Sargentos (CFS) de 2023 da Polícia Militar de Santa Catarina em relação à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e suas implicações na abordagem a pessoas surdas. Railson Alves e Leonardo Andrade Carneiro apresentam os resultados de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, centrada na formação de instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins, no artigo *Curso de Formação de Instrutores no PROERD na Polícia Militar do Estado de Tocantins: imersão total no processo de capacitação profissional*. O artigo *A necessidade de um programa de preparação para aposentadoria de policiais militares: a arte da reserva militar*, de autoria de Fernanda de Cássia Martins dos Santos, aborda a necessidade da implementação de um programa de preparação para a aposentadoria de policiais militares, considerando os impactos multifatoriais que envolvem a transição para a reserva. A edição se encerra com a resenha feita por Ingrid Daniely Vale dos Santos em que analisa a obra *Cabeça Branca*, de autoria de Allan de Abreu, publicada pela Editora Record (2021), que investiga a trajetória de Luiz Carlos da Rocha no narcotráfico internacional, suas estratégias logísticas e os desafios enfrentados pelas políticas antidrogas no combate ao crime organizado transnacional.

Comprovadamente, esta edição contempla variados temas com produção de artigos e resenha de alta qualidade aumentando o portfólio de resultado de pesquisas sobre as Ciências Policiais e a Segurança Pública.

Por derradeiro, repetimos o convite aos pesquisadores e profissionais da Segurança Pública, para que contribuam com o nosso periódico.

Boa leitura!

Cuiabá – MT, agosto de 2024.

Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho
Editor Geral da RIBSP.

SUMÁRIO

SEÇÃO DE ARTIGOS

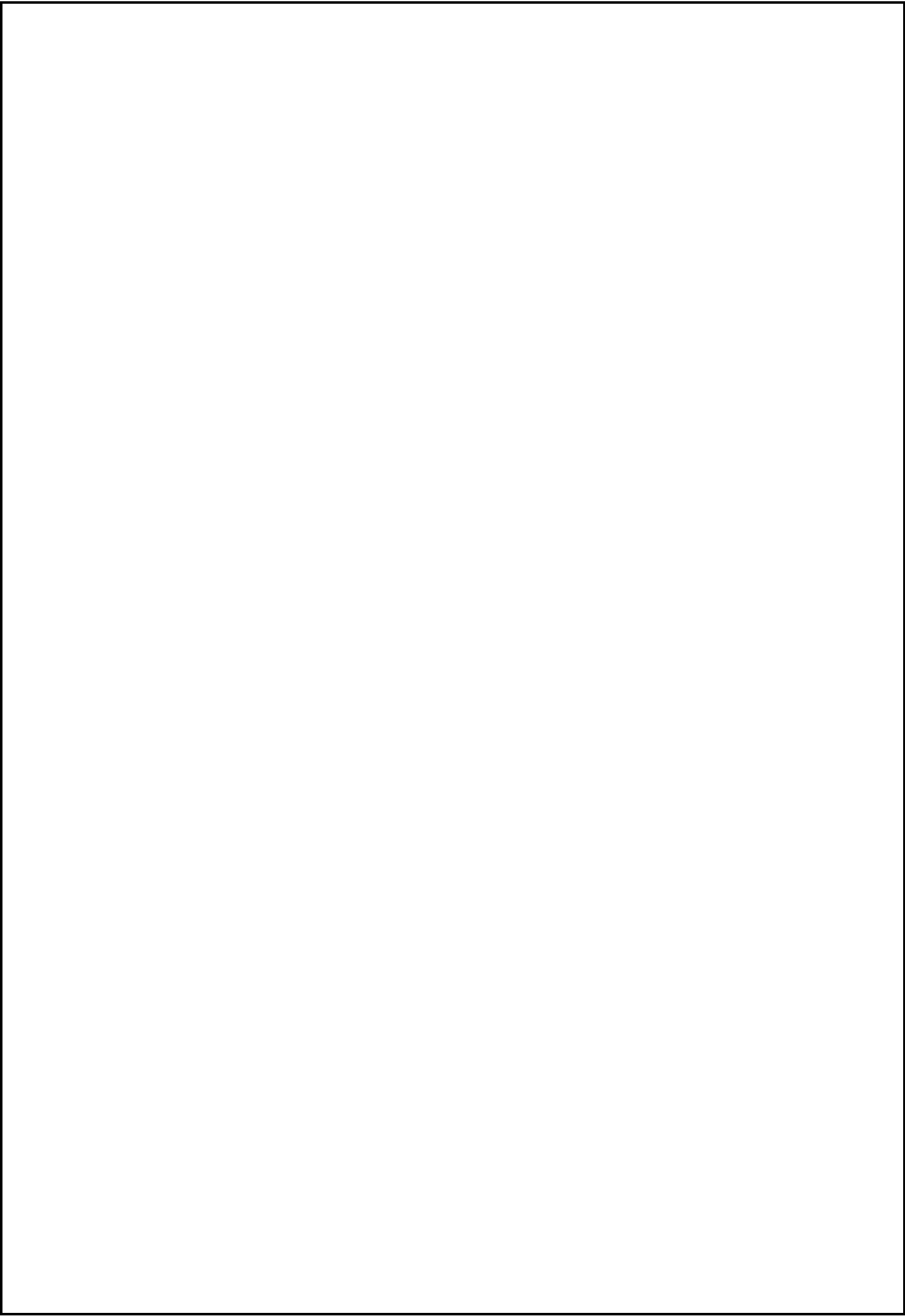
- Ameaças híbridas de interesse da Segurança e Ordem Pública** p. 9.
Erich Nelson Cardoso Hoffmann
- Estratégias de políticas públicas no combate aos crimes cibernéticos: uma análise crítica** p. 27.
Stanley Araújo Pena; Cid Gonçalves Filho; João Pedro Lima de Medeiros Galiza; Júnio Souto Marques
- As circunstâncias do crime de roubo contra transeunte na cidade de Salvador** p. 43.
Luís Henrique Costa Ferreira
- Percepções sobre o medo do crime e a sensação de segurança entre a população de São Luís de Montes Belos, estado de Goiás** p. 69.
Daniel Moreira Tavares; Leon Denis da Costa
- Análise do nível de conhecimento sobre Libras e da preparação operacional para abordagem de pessoas surdas entre alunos do Curso de Formação de Sargentos da Polícia Militar de Santa Catarina** p. 91.
Alfredo Schuch; Luciana Mara Silva
- Curso de Formação de Instrutores do PROERD na Polícia Militar do Estado de Tocantins: imersão total no processo de capacitação profissional** p. 115.
Railson Alves; Leonardo Andrade Carneiro
- A necessidade de um programa de preparação para aposentadoria de policiais militares: a arte da reserva militar** p. 133
Fernanda de Cássia Martins dos Santos

SEÇÃO DE RESENHAS

- ABREU, Allan de. Cabeça Branca. 3. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.** p. 151
Ingrid Daniely Vale dos Santos

SEÇÃO DE ARTIGOS





AMEAÇAS HÍBRIDAS DE INTERESSE DA SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

*Erich Nelson Cardoso Hoffmann **

RESUMO: O presente artigo insere-se no contexto de crescente complexidade dos ambientes operacionais enfrentados pelas polícias, sobretudo diante de ameaças não convencionais classificadas como ameaças híbridas. O objetivo central da pesquisa foi apresentar e contextualizar as chamadas Ameaças Híbridas de Interesse da Segurança e Ordem Pública (AHISOP), explorando seus impactos no policiamento e sugerindo abordagens para o seu enfrentamento. A metodologia adotada consistiu em revisão bibliográfica sistemática em bases acadêmicas e fontes especializadas, dada a incipiência do tema na produção científica. Os resultados indicam que as AHISOP atuam de modo transversal nas dimensões física, informacional e humana, sendo pouco perceptíveis por vias convencionais e exigindo da polícia não apenas capacidade operacional, mas preparo cognitivo, cultural e estratégico. Evidenciou-se que tais ameaças se valem de desinformação, *lawfare*, insurgência criminal, narrativas ideológicas e manipulação cultural para minar a autoridade policial, desgastar o moral dos agentes e dificultar a eficácia das ações de segurança pública. Conclui-se que a superioridade operacional frente às AHISOP requer mudança paradigmática no entendimento do ambiente operacional e desenvolvimento de uma cultura institucional voltada ao domínio do campo cognitivo. Recomenda-se o aprofundamento dos estudos sobre a dimensão humana das ameaças híbridas e a adoção de estratégias integradas que contemplem ações cinéticas e não cinéticas, reforçando a resiliência institucional e o preparo do policial como principal agente de enfrentamento.

Palavras-chave: ameaças híbridas; segurança pública; polícia; campo cognitivo; insurgência criminal.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v7i18.231>

Recebido em 10 de junho de 2024.

Aprovado em 02 de agosto de 2024.

* Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMES). CV: <http://lattes.cnpq.br/8855425968625122>



HYBRID THREATS OF INTEREST TO SECURITY AND PUBLIC ORDER

ABSTRACT: This article addresses the growing complexity of operational environments faced by police forces, especially regarding unconventional threats known as hybrid threats. The main objective was to present and contextualize Hybrid Threats of Interest to Security and Public Order (AHISOP), exploring their impact on policing and proposing approaches to confront them. The methodology used was a systematic literature review in academic databases and specialized sources, given the early stage of academic development on the topic. Results show that AHISOP operate across the physical, informational, and human dimensions, remaining largely undetected through conventional means and requiring not only operational capacity but cognitive, cultural, and strategic readiness from the police. It was found that these threats use disinformation, lawfare, criminal insurgency, ideological narratives, and cultural manipulation to undermine police authority, erode morale, and hinder the effectiveness of public safety operations. The conclusion indicates that operational superiority against AHISOP requires a paradigm shift in understanding the operational environment and the development of an institutional culture oriented toward cognitive domain mastery. Further research is recommended, particularly on the human dimension of hybrid threats, as well as the adoption of integrated strategies combining kinetic and non-kinetic actions to strengthen institutional resilience and officer preparedness.

Keywords: hybrid threats; public security; police; cognitive domain; criminal insurgency.

1. INTRODUÇÃO

Hoje se constata uma ampliação das ofensivas sofridas pelos policiais que vão além das decorrentes do enfrentamento do crime comum. Muitas dessas ameaças indicam extrema semelhança com aquelas que a doutrina internacional classifica como ameaças híbridas. De acordo com o Hybrid CoE (s.d.), o conceito de ameaça híbrida diz respeito a ações deliberadas realizadas por atores estatais ou não estatais que visam influenciar e comprometer a capacidade decisória de um alvo em diferentes níveis - local, regional, estadual ou institucional. Tais ações ocorrem de forma coordenada, aproveitando-se de fragilidades dos regimes democráticos e de suas instituições, por meio de atividades que se distribuem pelos campos político, econômico, militar, civil e informacional. Caracterizam-se, ainda, por se manterem abaixo do limiar de detecção e dificultarem a atribuição de autoria.

Essas ameaças se destacam pela ambiguidade, uma vez que seus agentes operam nas interseções entre legalidade e ilegalidade, guerra e paz, e entre o domínio interno e externo. A estratégia híbrida combina instrumentos convencionais e não convencionais - como campanhas de desinformação, ataques cibernéticos, interferência eleitoral, sabotagem de infraestruturas críticas e ações criminosas - com o uso assimétrico do poder militar. A ambiguidade resultante dessas ações compromete a capacidade de resposta dos alvos, principalmente pela utilização de intermediários e atores substitutos, dificultando a identificação clara do agente ofensivo.

Além disso, trata-se de uma forma de agressão eficiente sob a ótica de custo-benefício, já que explora vulnerabilidades internas para potencializar os efeitos do ataque. O cenário atual, de instabilidade nas estruturas internacionais de poder e de crescente antagonismo entre valores democráticos e regimes autoritários, tem favorecido o surgimento e a expansão de tais ameaças. A polarização nas sociedades ocidentais, ampliada por conflitos de valores internos e pelo uso intensivo de tecnologias emergentes e ambientes informacionais complexos, tem aumentado a exposição e a vulnerabilidade dessas sociedades às ações híbridas, exigindo respostas coordenadas e adaptadas por parte dos Estados democráticos.

Atualmente, por exemplo, a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) vem tendo êxito na diminuição dos índices criminais e nas grandes apreensões de produtos ilícitos. Houve também uma melhora substancial nos equipamentos, nas táticas, técnicas e procedimentos das equipes táticas, e inúmeros avanços no mapeamento dos processos sob o Modelo de Excelência da Gestão® (MEG), direcionados para Segurança Pública. Porém tais vitórias não são traduzidas em derrota efetiva do crime,

e a população ainda se sente insegura. Constata-se que o enfrentamento do crime e a proteção da população não são mais garantidos apenas com ações na dimensão física¹.

As ameaças híbridas são geradas dentro de um espectro nebuloso, multiplicando diariamente os desafios enfrentados pelos policiais. O atual corpo teórico existente nas ciências policiais simplesmente não traz conteúdos que proporcionem uma estratégia de defesa contra elas. Tais ameaças também são ignoradas nos gabinetes dos tribunais, nas salas de aula das universidades e nas redações das agências de notícias. Ou seja, não há ferramentas conceituais específicas à disposição de quem esteja enfrentando o crime e tenha que lidar com as ameaças híbridas. Para o coronel da reserva do Exército brasileiro Alessandro Visacro, é possível afirmar:

O caráter informal, dinâmico, flexível e mutável do combate irregular tem contrariado o cientificismo acadêmico, frustrando as expectativas daqueles que procuram em vão por padrões doutrinários rígidos, aplicáveis com a mesma abrangência encontrada na guerra regular. A dificuldade em se redigir conceitos didáticos que se encaixem integralmente em contextos históricos muito distintos motivou o surgimento, ao longo do tempo, de uma série de termos e definições de uso comum. [...] Mesmo não podendo ser negligenciados, os aspectos puramente militares são os de menor importância na guerra irregular. O desenvolvimento desse tipo de luta é, na verdade, rigidamente moldado pelo ambiente político e psicossocial no qual está imerso. Fatores de ordem histórica, cultural, econômica e psicológica determinam não só a natureza dos conflitos irregulares como também sua amplitude, sua dinâmica, seus protagonistas, suas motivações e suas perspectivas de vitória (Visacro, 2009, p. 221).

Nas guerras, nos conflitos convencionais em geral, bem como no enfrentamento à criminalidade comum, é natural a ideia de lados opostos definidos: nações vs. nações, grupos vs. grupos, sociedade vs. criminosos. Porém isso não ocorre tão facilmente no contexto das ameaças híbridas: detectar a origem delas exige realizar buscas complexas², cujos contornos não estão tão bem definidos, e, em alguns casos, as ações de defesa (que ainda devem ser implementadas ou desenvolvidas na área de segurança pública) serão efetivadas sem que se saiba quem realmente está por trás dos ataques, quem lucra com o incentivo dado aos criminosos, onde estão sediados os adversários, quais são os seus objetivos, em que ambiente atuam etc. Em outras palavras, quando se estuda o fenômeno das ameaças híbridas, perguntas do tipo “quem está conduzindo as ofensivas contra os policiais?” ou “são as polícias brasileiras o alvo final do ataque?” não terão respostas de imediato, são questionamentos que talvez levem certo tempo de investigação, e, dada a urgência, toda estratégia de defesa terá de ser

¹ Infere-se, com base no referencial teórico deste artigo, que as dimensões física, informacional e humana são as dimensões essenciais a ser consideradas para se entender e analisar qualquer evento da ordem da segurança pública, sobretudo o fenômeno das ameaças híbridas. Por isso, considera-se: 1) Dimensão física: refere-se ao mundo material, isto é, ao que é tangível e possa ser percebido pelos sentidos; ela inclui o espaço, o tempo, a matéria e a energia; pode estar relacionada também ao terreno, às condições meteorológicas, aos equipamentos, às forças em combate etc.; 2) Dimensão informacional: refere-se ao mundo das informações, isto é, ao que é abstrato; ela inclui a informação, o conhecimento, a inteligência, a comunicação etc.; 3) Dimensão humana: refere-se ao indivíduo e à sociedade, compreendendo fatores psicossociais, políticos, culturais, econômicos da população etc.; ela contempla elementos subjetivos, que não podem ser medidos ou quantificados; inclui as emoções, os valores, as crenças, as atitudes etc.

² Buscas complexas se referem àquelas que exigem um alto nível de compreensão e análise de informações. Elas geralmente envolvem múltiplos termos de pesquisa, filtros avançados e a combinação de diferentes fontes.

confeccionada sem um conjunto claro de todas as informações que compõem o problema. Sendo assim, o que importa neste momento é conhecer as ameaças híbridas, estudá-las e iniciar o seu enfrentamento.

Muitos teóricos podem se sentir incomodados com esses elementos um tanto abstratos e optar pela recusa em lidar com algo que nossa cultura positivista costuma descartar secamente quando não está normatizado. Mas a integração entre o crime comum e as ameaças híbridas, apesar de não estar ainda definida nos livros e manuais das ciências policiais, impacta negativamente o cotidiano do policial e da sociedade. É natural haver aqueles que se sintam desconfortáveis com as ideias confusas derivadas da noção de ameaça híbrida. Porém, com a introdução do assunto nas ciências policiais, o que se busca também é a empatia pelo tema, de modo que a evolução de conhecimento neste campo ocorra naturalmente.

As profissões evoluem com o tempo, e o léxico policial deve acompanhar essa evolução. A estagnação no uso de terminologias técnicas antigas resultará numa substancial perda de forças e de oportunidades, bem como num considerável enfraquecimento das instituições policiais. De modo que esta pesquisa promove um distanciamento do habitual, uma quebra de paradigmas: adota hipóteses e emprega termos não testados na doutrina policial.

Contra uma provável indisposição para se estudar o tema, deve-se considerar a perceptível aflição do policial, que, sofrendo múltiplas implicações geradas pelas ameaças híbridas, não sabe explicar o que se passa, muito menos se defender. Resta então encarar o problema, perceber que tais ameaças existem e fazer frente à sua tendência de aumento em quantidade e agressividade. E se, em breve, o termo “híbrido” for abandonado, sendo possível uma melhor compreensão e definição dessa zona cinzenta, certamente os estudos sobre o tema apresentarão uma terminologia mais adequada.

Enquanto as polícias permanecem limitadas, restringidas ao ambiente convencional, as ameaças híbridas se espriam por múltiplas frentes de enfrentamento, onde atualmente as polícias se veem obrigadas a desenvolver capacidade de operação.

De um lado, os policiais arriscam a vida empreendendo diariamente ações visando à prevenção ou repressão do crime; do outro, criminosos cometem atos ilegais, oferecem resistências, atentam contra a vida dos policiais e promovem violências das mais diversas contra a população.

Nesse primeiro momento, ambos atuam na dimensão física, em cujo terreno as atuais táticas e técnicas da polícia, diante de suas missões constitucionais, são eficazes: o histórico das ocorrências policiais demonstra que, ao final, a derrota do criminoso é praticamente certa; ou seja, no caso da PMESP, há plena capacidade de se atuar em qualquer lugar do território paulista e prender fisicamente qualquer criminoso. Mas no contexto das ameaças híbridas, mesmo que a sociedade tenha a garantia de que sua polícia vencerá qualquer embate convencional, o crime avança no seio da sociedade, na medida em que transcende a dimensão física e atua em outras dimensões, conforme a sua conveniência.

A título de exemplo, eis um roteiro desse problema:



a) encerrada a ocorrência (com a vitória tática e técnica da polícia), o traficante ordena a queima de um ônibus, almejando não um dano físico, mas a construção de uma narrativa de ação policial ilegítima ou ilegal;

b) mesmo detido em flagrante delito, o criminoso recebe o apoio de organizações não governamentais (ONGs) e grupos ideológicos que propagam o discurso de que o malfeitor é uma vítima da sociedade e a polícia é apenas uma instituição opressora³;

c) por intermédio de conteúdos ofensivo às polícias, inseridos nos materiais didáticos que hoje circulam nas escolas, um militante⁴ que utilize sua posição como professor para propagar esse tipo de material poderá inicialmente passar despercebido pelo jovem aluno, e, se o perceber, não irá se importar. Porém esse mesmo aluno crescerá sendo bombardeado por uma espécie de artilharia informacional, alimentando-se de um ambiente de pós-verdade⁵. Após alguns anos, aprovado num concurso para a magistratura, o jovem juiz julgará com base numa construção falsa da realidade. Reinará, assim, a confusão, e análises ou julgamentos restarão distorcidos. Então todo esforço da polícia em produzir tecnicamente os melhores argumentos e esclarecer a verdade dos fatos não será capaz de surtir qualquer efeito, pois o agora o operador do Direito se tornou ele próprio vítima de uma guerra informacional⁶ e cultural⁷. Tal ameaça híbrida agora será aliada a uma guerra jurídica⁸ pelas mãos desse e de outros juristas contaminados, sem perceberem que terceiros operam suas consciências e suas decisões. O alvo então será invertido: se antes os criminosos, agressores da sociedade, deveriam ser o foco do poder judiciário, agora passa a ser o policial, em prejuízo à população, que terá a sua proteção estatal freada ou deteriorada.

Seria possível elencar inúmeros outros exemplos. Para tanto, é necessário adotar como premissa que o ambiente operacional é o conjunto de condições e circunstâncias que afetam o espaço onde atua a polícia, e que interferem na forma como são oferecidos serviços públicos à população, sendo caracterizado principalmente pelas dimensões física, informacional e humana, os quais constituem, assim, os domínios da segurança e ordem pública onde o policial emprega suas capacidades

³ É crucial reconhecer que o envolvimento de ONGs com atividades criminosas é um problema sério, que não deve ser utilizado para deslegitimar o trabalho essencial feito por organizações corretas. Mas infelizmente existem diversos exemplos negativos, como a descoberta, pela polícia, de um “bunker do tráfico” dentro de uma ONG no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/descoberta-de-bunker-do-trafico-escancara-proximidade-de-ongs-com-o-crime-organizado/>. Acesso em: 22 mai. 2024.

⁴ A militância nas escolas é algo amplamente divulgado no Brasil, fazendo com que deputados lançassem uma frente parlamentar contra a doutrinação ideológica nas escolas. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/república/deputados-lancam-frente-parlamentar-contr-a-doutrinaçao-ideologica-nas-escolas/> e <https://brasilsemmedo.com/frente-parlamentar-contr-a-doutrinaçao-ideologica-na-educacao-lanca-nota-de-repudio-a-conae-2024/>. Acesso em: 22 mai. 2024.

⁵ Segundo o *Oxford Dictionaries* (2016), pós-verdade se refere a “circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal”.

⁶ Guerra informacional é o termo usado para se indicar o uso da informação como arma, com fins políticos, criminosos, econômicos ou militares. Como exemplo, pode ser usada para manipulação da opinião pública, difusão de desinformação ou propaganda, ou ataque às infraestruturas de informação.

⁷ Guerra cultural é o termo usado para se designar o emprego de bens, produtos ou instituições culturais para fins político-ideológicos ou criminosos, promovendo-se valores ou crenças específicos, ou se atacando os valores e crenças de um alvo.

⁸ Guerra jurídica ou *lawfare* é o termo usado para se designar o funcionamento do sistema jurídico como arma para fins econômicos, políticos ou criminosos. Como exemplo: impor sanções a um adversário, seja para influenciar ou reprimir o seu comportamento.

a fim de cumprir a sua missão constitucional. O que se vê hoje é que a polícia atua preponderantemente na dimensão física, de modo que a atenção desta pesquisa voltar-se-á às dimensões informacional e humana, delimitando o estudo das ameaças híbridas dentro dessas duas dimensões.

Conhecer o ambiente operacional em que os policiais atuam em sua integralidade significa perscrutar múltiplas dimensões, e assim formar uma base necessária para o entendimento do fenômeno que está no escopo desta pesquisa, ora denominado “ameaça híbrida”. Nesse sentido, um olhar voltado ao ser humano cuja missão seja a preservação da ordem pública e seu ambiente operacional baliza esta pesquisa.

A descrição do ambiente confuso, caótico, não-linear e incompreensível em que os policiais estão inseridos e os fenômenos nele envolvidos, por conta das ameaças híbridas, faz parte deste artigo, descrevendo-se algumas teorias e estudos já publicados que identificaram parte do problema, e que compõem o referencial teórico desta pesquisa.

2. EXPOSIÇÃO SITUACIONAL: A TRANSFORMAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL

Ser policial hoje no Brasil é deparar com fenômenos que não podem ser descritos somente por conceitos convencionais da segurança pública⁹. Alguns desses fenômenos constituem-se de ameaças que transitam em mais de uma dimensão, sendo multidimensionais, conquanto interdependentes, e transcendem o escopo da atividade policial convencional. Salvo em casos específicos, o ambiente operacional deixou de ser um espaço no qual somente forças convencionais exerciam o seu protagonismo exclusivo. Consequentemente, ter consciência situacional significa ampliar a visão do ambiente operacional, para que se possa encarar um cenário heterogêneo, composto por uma grande diversidade de eventos e uma interação complexa de múltiplos atores.

Em sua tese “Gerenciamento Sincrético de Incidentes Policiais: Insurgência Criminal e Domínio de Cidades”, o Major PM Aguilar (2023) apresenta as operações multidomínio como “o emprego de armas combinadas de capacidades conjuntas e do exército para criar e explorar vantagens relativas para alcançar objetivos, derrotar forças inimigas e consolidar ganhos em nome dos comandantes de força conjunta” (Aguilar, 2023, *apud* United States Army, 2022). Aguilar (2023), citando Flavio Américo dos Reis, argumenta que o conceito de operações multidomínio, embora útil, apresenta

⁹ O autor deste artigo faz esta afirmação com base em 27 anos de serviços na Polícia Militar do Estado de São Paulo, que proporcionou além das pesquisas acadêmicas, também observações práticas do dia a dia da segurança pública. Além da ampla experiência profissional, também oferece base para este estudo o conceito BANI, proposto por Jamais Cascio em seu livro de 2018 intitulado *Facing the Age of Chaos: The World Post-Truth and What You Can Do to Survive It* (“Enfrentando a era do caos: O mundo pós-verdade e o que você pode fazer para sobreviver”) para capturar as características distintivas do nosso tempo: Brittle (Frágil): Sistemas frágeis e interconectados, suscetíveis a rupturas repentinas e com cascata de efeitos imprevisíveis; Anxious (Ansioso): Níveis elevados de estresse, incerteza e medo, impactando o bem-estar; Nonlinear (Não linear): Causas e efeitos não seguem padrões previsíveis, dificultando a tomada de decisões e exigindo abordagens mais flexíveis e adaptáveis; e Incomprehensible (Incompreensível): Dificuldade em interpretar eventos e informações, gerando ambiguidade, desinformação e a necessidade de novas ferramentas para discernir o que é verdadeiro e confiável. Num mundo BANI é exigido ultrapassarmos os limites dos conceitos convencionais e buscarmos novas formas de compreender e agir nesse ambiente complexo e desafiador.

imprecisões. Para eles, o foco deve estar no ambiente operacional em que tais operações se desenrolam. Ainda Aguilar (2023), citando o manual FM 3-0 Operações do Exército americano, apresenta as seguintes definições das dimensões física, informacional e humana:

Física: A dimensão física são as características e capacidades materiais, naturais e manufaturadas, dentro de um ambiente operacional. Embora a guerra seja um empreendimento humano, ela ocorre em um ambiente material.

Informacional: a dimensão da informação é o conteúdo, dados e processos que indivíduos, grupos e sistemas de informação usam para se comunicar.

Humana: engloba as pessoas e a interação entre indivíduos e grupos, como eles entendem informações e eventos, tomam decisões, geram vontade e agem dentro de um ambiente operacional (United States Army, 2022, p. 1-22).

Nesse contexto, o Manual de Campanha – Operações do Exército Brasileiro (2017) define o ambiente operacional de forma similar ao FM 3-0 Operações (2022), caracterizando-o pelas dimensões física, humana e informacional e definindo que o ambiente operacional é o conjunto de condições e circunstâncias que afetam o espaço onde atuam as forças militares e que interferem na forma como são empregadas.

Como premissa para esta tese, adota-se que o ambiente operacional é o conjunto de condições e circunstâncias que afetam as dimensões e os domínios na segurança e na ordem pública, onde as polícias empregam suas capacidades e projetam sua força, a fim de cumprir sua missão constitucional; nesse sentido, serão consideradas as dimensões física, humana e informacional. Conhecer o cenário atual em que os policiais operam, indo além da dimensão física e perscrutando as dimensões humana e informacional, é parte do entendimento das ameaças híbridas.

2.1 A era da informação

A descrição da “revolução da informação” apresentada por Visacro (2018) se adequa bem ao cenário em que hoje os policiais estão imersos, em que ações puramente convencionais (dimensão física) da atividade policial se tornam ineficazes, por sofrerem influência da dimensão informacional. Com o avanço das tecnologias exponenciais da informação, o problema se agravou ainda mais, pois agora o *front* não tem um limite propriamente dito. A dimensão física, conquanto importantíssima, perdeu a hegemonia e agora deve ceder espaço no planejamento estratégico às demais ameaças presentes nas dimensões informacional e humana. Na “era da informação”, a ocorrência policial não mais se encerra numa delegacia de polícia, mas sim fora dessa dimensão física, no ambiente que compreende os ouvidos e os olhos da população, através da informação, nas dimensões informacional e humana.

2.2 Netwar

Atores tão diferentes como terroristas transnacionais, criminosos comuns e até ativistas radicais, nas atuais circunstâncias, podem comunicar-se entre si e tecer facilmente apoios mútuos, mesmo estando a grandes distâncias uns dos outros e sem terem objetivos finais comuns. Para isso, recorrem a uma ação configurada em rede, sem hierarquia ou liderança formal, superando suas antigas

posturas isoladas como grupos autônomos liderados por indivíduos de destaque, segundo John Arquilla¹⁰, que, em 1993, foi um dos pioneiros a descrever a existência desse fenômeno, cunhando o conceito de *netwar* (“guerra em rede”), produto do avanço da tecnologia das comunicações.

2.3 Ações não cinéticas

Outro aspecto importante para a consciência situacional exigida nesta pesquisa, trazido do léxico militar, são os conceitos de ação cinética e ação não cinética¹¹. São exemplos de ações policiais cinéticas: a prisão de um criminoso, uma abordagem de um suspeito, o patrulhamento das ruas, o restabelecimento de territórios, a promoção da manutenção da ordem pública com uma ação de controle de distúrbios civis (CDC) etc. A ação não cinética, por sua vez, não envolve o uso da força física convencional de forma direta. Isso pode incluir atividades de relações institucionais, inteligência policial, ações de assistência humanitária e combate de narrativas, entre outras. São exemplos de ações não cinéticas sofridas pelos policiais: propaganda, *fake news*, operações de informação, operações psicológicas, entre outros.

Quando o assunto são as ameaças híbridas, as ações não cinéticas ganham maior relevância, podendo ser tão ou mais eficazes do que as ações cinéticas para a segurança e ordem pública. Por exemplo, uma ação de comunicação social reduz os danos de uma *fake news*; uma operação de assistência humanitária, além de melhorar a qualidade de vida dos moradores de uma favela, pode ser utilizada para construir relações com a população local que sofre propaganda contrária às polícias; e ações específicas podem prevenir conflitos e promover os direitos humanos, minimizando ou impedindo as ameaças híbridas.

2.4 Guerra de quinta geração (5GW)

Em recente artigo, Robert Malone descreve a 5GW como *fifth-gen (information) warfare* [“guerra (informacional) de quinta geração”]¹², a qual consistiria em distorcer a percepção das massas, manipulando a sua visão de mundo e da política. Seria uma evolução das guerras de quarta geração¹³,

¹⁰ Analista e acadêmico, professor na Escola de Pós-Graduação Naval dos Estados Unidos, é autor de vários livros sobre guerra, segurança e política internacional. Em seu *Networks and Netwars: The Future of Terror, Crime, and Militancy* (2001), argumenta que as redes são o novo paradigma de organização para a guerra e a violência. Arquilla também é colaborador frequente de publicações como o *New York Times*, o *Wall Street Journal* e o *Foreign Affairs*. Seu trabalho ajuda a moldar a compreensão do mundo a respeito das ameaças híbridas.

¹¹ Para o exército brasileiro, as ações cinéticas são aquelas desencadeadas no interior da Área de Operações, que envolvam movimentos (fogos, voos, deslocamento de tropas e de blindados) e produzam resultados tangíveis (destruição, captura, conquista, etc.). Já as ações não cinéticas são aquelas desencadeadas no interior da Área de Operações, que não envolvam movimentos (ações de guerra eletrônica, operações psicológicas, ações de assuntos civis, ações no ciberespaço) e produzam resultados intangíveis (interferências eletromagnéticas, bloqueio, percepção positiva da população sobre as forças amigas e suas operações), mas que contribuam para o sucesso da operação (Brasil, 2015).

¹² *Welcome to Fifth Gen (Information) Warfare. Substack*, 12 dez. 2022. Disponível em: <https://rwmalonemd.substack.com/p/welcome-to-fifth-gen-information>. Acesso em: 26 out. 2023.

¹³ O conceito da 5GW evoluiu da *fourth-generation warfare* (“guerra de quarta geração”), originada em 1989, com William Lind, nas publicações das revistas *Marine Corps Gazette* e *Military Review*, o qual classificou as guerras conforme sua natureza e características. Nas 4GWs, o objetivo seria enfraquecer o alvo, diminuindo a sua vontade política e a sua legitimidade, buscando-se colapsar a ordem social interna. A título de exemplificação, seguem resumidamente os apontamentos de Lind:



que já usam principalmente meios assimétricos e atores não estatais. Ela ingressaria em território moral e cultural, fomentando a cólera da população e se aproveitando da “racionalidade do Estado”, para tornar inúteis as forças militares. Segundo Malone, não se trata do simples uso das informações – isso sempre existiu – mas de ações tecnologicamente projetadas para evitar o envolvimento físico direto dos agressores, pela manipulação e exploração do público através de redes em massa.

A eficácia das 5GW depende de sua disparidade: não requer unidade em seus esforços. Ao contrário, quanto mais um conflito seja disperso, mais imunes e eficazes serão os seus agressores. O objetivo é moldar a vontade do adversário: busca-se a manipulação da cultura ao nível inconsciente, tornando muito difícil para a mente do alvo detectá-la. E mesmo que o alvo perceba as mudanças causadas, muitas vezes confundirá a verdadeira motivação política do agressor. Na 5GW a influência construída da perspectiva é harmonizada com as mais diversas formas de violência. É uma guerra de influências, de ideias, invulnerável fisicamente, intangível, sem frente nem verso, flutuando como um gás. Uma espécie de conflito silencioso, de combatentes e estratégias invisíveis. Nesse contexto, quando o alvo principal passa a ser a mente das pessoas, e as ameaças convencionais (dimensão física) perdem o seu protagonismo, ganham destaque as dimensões informacional e humana, nas quais, naturalmente, os elementos irracionais ou sentimentais estão presentes.

2.5 Bandidolatria

O termo “bandidolatria” deve ser pontuado no rol de ameaças híbridas e entrar para seus estudos para melhor entendimento do tipo de combate que os policiais brasileiros enfrentam diariamente. A “bandidolatria” ainda não é usualmente listada como uma ameaça híbrida nas publicações já produzidas sobre o tema, porém esse fenômeno, explicado em dois livros e artigos diversos pelo promotor de justiça gaúcho Diego Pessi (2017, 2020), caracteriza-se bem como uma ameaça, sobretudo para segurança pública.

Todos os séculos registram surtos espasmódicos de contracultura e anticivilização. Neste fim de século, a revivescência cínica em voga é a bandidolatria. Cegos à dramática situação da nação atormentada por assaltantes e surdos aos gemidos das vítimas, insensatos há que se propõem a identificar no ladrão-assaltante uma auréola robin-hoodiana: ele, a seu modo e em última instância, estaria a promover redistribuição de renda... Seria cômico, não fosse trágico. Humanismo sadio é o que se volta para o trabalhador pacato: para a faxineira, para a lavadeira (que não delinquem); para o balconista e para o ascensorista (que não delinquem); para o

-
- a) 1GW: A primeira geração da guerra se constituiu de táticas e estratégias predominantes até o século XIX, caracterizadas por formações lineares de soldados que se enfrentavam diretamente no front, como as batalhas napoleônicas; o armamento que se destaca são os mosquetes.
 - b) 2GW: A segunda geração foi a da chamada “guerra de trincheiras”, que caracterizou a Primeira Guerra Mundial; a tecnologia começou a desempenhar um papel mais importante, fornecendo armas de fogo mais avançadas e artilharia pesada; são caracterizadas por batalhas organizadas e foco no poder de fogo.
 - c) 3GW: A terceira geração foi a das guerras de manobra, usando a mobilidade, a *blitzkrieg* (“guerra relâmpago”), com destaque para os blindados usados na Segunda Guerra Mundial; a guerra foca mais na surpresa e na flexibilidade, além de forte mecanização e velocidade.
 - d) 4GW: Na quarta geração surgem as guerras assimétricas e híbridas, caracterizadas por conflitos não convencionais, uso de táticas terroristas e guerrilhas; essa geração engloba as guerras modernas e os conflitos irregulares que se desdobraram desde a segunda metade do século XX.

metroviário e para o bancário (que não delinquem); para o rurícola, cujo único crime é suplicar um pedaço de terra; para o funileiro, o carpinteiro, o operário em construção (que não delinquem); para todos quantos se veem submetidos a formas espoliativas de trabalho, abrigam-se em subhabitações, alimentam-se precariamente, vestem-se mal, afligem-se em corredores de hospitais deficientes (e não delinquem, não delinquem, não delinquem, porque mansos de espírito, puros, dotados de boa índole). Falso e hipócrita humanismo é o que prodigaliza benesses aos que estupram, sequestram, roubam e matam (Junior *apud* Pessi, 2017, p. 36).

2.6 *Lawfare*

A *lawfare*, descrita por Zanin (2019), é um neologismo das palavras *law* (“Direito”) e *warfare* (“guerra”), ou guerra jurídica. Ocorre quando atores estatais ou não estatais empregam “a lei” para atingir os seus objetivos e garantir os seus interesses. Sob a lente das ameaças híbridas, a lei pode ser utilizada como uma arma de domínio, quando bem manipulada. De acordo com Ferm (2020), em artigo para o *HybridCoE*¹⁴, a lei pode representar uma ameaça híbrida por si só, mas também constitui um domínio de competição no qual certas atividades são empreendidas para se atingirem objetivos estratégicos desejados. Possivelmente foram John Carlson e Neville Yeomans, num artigo publicado em 1975, sob o título *Whither Goeth the Law: Humanity or Barbarity*¹⁵, que introduziram o termo ao afirmarem que “os duelos agora se travariam com palavras, e não com espadas”. A grande vantagem da *lawfare* é substituir o indesejável e custoso confronto bélico direto por uma arma capaz de garantir os mesmos objetivos estratégicos ou operacionais. Um traficante que consiga impedir uma ação policial através de uma manobra jurídica vencerá o confronto sem ter a necessidade de se expor. A *lawfare* utiliza as estruturas legais para colocar um oponente em desvantagem.

2.7 Insurgência criminal

O termo “insurgência criminal”, apesar de não estar consolidado nas universidades, vem sendo utilizado sobretudo por policiais e estudiosos em segurança e defesa, para descrever o conflito armado entre o Estado e grupos criminosos organizados. John P. Sullivan¹⁶ é um dos exemplos de especialistas que promovem o conceito. Sua obra seminal, “Competition in Order and Progress: Criminal Insurgencies and Governance in Brazil”, publicada em 2012, aprofunda o debate sobre essa forma de conflito, que se caracteriza pelo uso da violência e do terror por parte de organizações criminosas para dominar territórios e obter recursos. Sullivan define a insurgência criminal como um tipo de insurgência não estatal, distinta de insurreições políticas tradicionais. Essa diferenciação é crucial para compreender as dinâmicas e motivações dos grupos envolvidos. Sullivan também destaca os fatores impulsionadores como a fraqueza do Estado e os mercados ilícitos, de modo que os insurgentes criminais, agindo através de assassinatos, extorsões, sequestros e tráfico de drogas, trazem graves consequências a segurança pública, o desenvolvimento econômico e a coesão social. É uma expressão

¹⁴ O HybridCoE, localizado em Helsinque, Finlândia, é um centro internacional para profissionais e especialistas que desenvolvem capacidades para Estados e instituições participantes aprimorarem a cooperação UE-OTAN no combate às ameaças híbridas.

¹⁵ *Whither Goeth the Law: Humanity or Barbarity*. LaceWeb, set. 2000. Disponível em: <http://www.laceweb.org.au/whi.htm>. Acesso em: 7 out. 2023.

¹⁶ John P. Sullivan é instrutor do Safe Communities Institute, da University of Southern California, e policial aposentado do Los Angeles County Sheriff's Department.



que vem sendo utilizada para caracterizar uma variedade de grupos criminosos, e bem descrita por Aguilar (2023):

Diante de Estados falidos, prospera a interação entre terroristas e criminosos numa crescente convergência e hibridização de mercados ilícitos transnacionais. Assim, vão se fortalecendo micropoderes, formando zonas de exclusão do Estado, a fim de cometerem livremente seus comércios ilícitos, longe do poder fiscalizador do Estado.

Como já explicado, essa disputa de poder com Estados fracos resulta em fratura de sua soberania, formando o *black spots*, verdadeiros enclaves de microssoberanias dominados por senhores da guerra, traficantes de drogas, organizações terroristas etc., trazendo verdadeira anomia para a sociedade.

No Brasil, a insurgência criminal ultraviolenta encontra-se em uma crescente, tanto assim que essa guerra criminal já ultrapassou nossas fronteiras. Entretanto, parte de suas raízes e o seu quartel-general estão aqui em São Paulo (Aguilar, 2023, p. 104).

3. AMEAÇAS HÍBRIDAS DE INTERESSE DA SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

As ameaças híbridas de interesse da segurança e ordem pública (AHISOP) são aquelas que, dentro do espectro híbrido, afetam de algum modo a ordem pública e fomentam o crime ou são direcionadas contra as polícias, buscando minar ou incapacitar suas forças e seus recursos. Elas atuam de forma indireta: sob a lente das ações convencionais, são praticamente imperceptíveis, exigindo um olhar especialmente atento do policial e de quem queira participar das políticas públicas de segurança pública. Tais ameaças prosperam e se fortalecem através de vulnerabilidades das próprias forças policiais e necessitam de uma capacidade intelectual preparada para o seu enfrentamento.

Os organismos internacionais (ONU, OTAN etc), o léxico militar e acadêmico, bem como o político, não consegue mais definir exatamente o que configura um estado de paz, o que suscitou a necessidade de uma nova linguagem de descrição etnográfica para ajudar no entendimento do tema. Além disso, a intensificação do conflito de valores, fruto sobretudo de uma autêntica guerra cultural, gera crises na esfera doméstica que afetam diretamente a segurança e ordem pública, fomentando a desunião no seio da sociedade, cada vez mais refém das ameaças híbridas, e tudo isso conectado ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação em massa e de um ambiente informacional cada vez mais complexo, que fornece um ambiente propício para quem está habilitado a manejar o *híbrido*.

Nesse contexto, brotou o protagonismo nunca antes visto da atividade criminal como uma ameaça híbrida em expansão, vale citar que, segundo Hoffman (2007), o uso de atividades criminosas em proveito da estratégia do *híbrido* é o seu principal componente disruptivo. Além disso, observa-se a utilização do *híbrido* por parte dos criminosos. Por consequência, as instituições policiais, pela sua própria natureza, passaram a ter um papel de maior relevância social no enfrentamento das ameaças híbridas, além de ser também alvo delas.

Dado o caráter embrionário do tema e considerando todas as nuances e circunstâncias envolvidas, torna-se imperativo aprofundarmos os estudos sobre as AHISOP, e, a partir da proposta

aqui apresentada, se necessário, evoluir o conceito, mas tudo visando a melhor amparar os policiais e subsidiar ações e políticas de segurança pública.

Com base nos conhecimentos acumulados nesta pesquisa e nas informações colhidas principalmente do *HybridCoE*¹⁷ especificamente para o campo da atividade policial, entende-se, como ponto de partida, que as AHISOP buscam vulnerabilidades, a fim de paralisar, minar, corromper, depreciar, desestabilizar ou lesar policiais e suas instituições, afetando a vontade deles de enfrentar o crime e proteger a população, alterando-lhes a percepção da realidade, ou impondo-lhes sérias restrições; ou ainda, em ações externas, degradar e subverter a segurança e ordem pública. As AHISOP combinam uma ampla gama de ações cinéticas e não cinéticas, flexíveis e adaptáveis, que exigem dos policiais capacidade cognitiva própria para identificá-las e enfrentá-las, e forças específicas para aumento da resiliência e resposta adequada nas dimensões física, informacional e humana.

A Figura 1 ilustra a intersecção na qual operam as ameaças híbridas.

Figura 1: Identificação das AHISOP



Fonte: o autor, 2023.

Nesse contexto, pode-se intuir de maneira pioneira, que as AHISOP são ameaças que operam na intersecção das dimensões física, informacional e humana, influenciando a segurança e ordem pública.

Amparando-se ainda no conhecimento acumulado nesta pesquisa e adaptando-o à realidade policial, é possível apontar as principais características das AHISOP:

- a) visam deliberadamente as vulnerabilidades sistêmicas das instituições policiais ou aquelas que de alguma forma possam interferir na segurança e ordem pública, por meio de uma ampla gama de meios;
- b) exploram os limiares de detecção e atribuição, bem como as diferentes interfaces das zonas cinzentas (legal-ilegal, ordem-desordem, segurança interna-externa, união-estados-municípios e nacional-internacional);

¹⁷ Disponível em: <https://www.hybridcoe.fi/hybrid-threats/>. Acesso em: 6 set. 2023.



- c) são ambíguas, imprecisas ou até mesmo incompreensíveis, pois os atores híbridos obscurecem as fronteiras habituais da atividade policial – tal ambiguidade também vem da combinação de meios convencionais e não convencionais;
- d) proporcionam ações de influência direcionadas a diferentes formas de tomada de decisão, em diferentes níveis (local, estadual ou nacional);
- e) exploram principalmente as dimensões física, humana e informacional. Isto é, centros de gravidade não convencionais, mutáveis no tempo, impedindo a compreensão da situação por parte dos policiais;
- f) buscam influenciar a tomada de decisão em todos os níveis (local, regional, estadual e nacional);
- g) podem empregar capacidades letais ou não letais;
- h) são ameaças que partem de atores estatais ou não estatais, para atingir gradualmente os seus objetivos, por vezes sem desencadear respostas decisivas.

As AHISOP podem prosperar por diversos meios, entre os quais, por exemplo:

- a) a desinformação, as *fake news* e as narrativas contrárias às polícias de forma geral;
- b) a *lawfare*;
- c) a interferência no debate político, sobretudo nas políticas públicas voltadas à segurança pública;
- d) os distúrbios ou ataques à ordem pública;
- e) as operações cibernéticas;
- f) as diferentes formas de atividades criminosas, caracterizadas pela assimetria de seus ataques, e o avanço da insurgência criminal;
- g) a bandidolatria, a ideologia de facção¹⁸ e a guerra cultural em geral;
- h) o uso de *proxy* ou diferentes intermediários, entre outros.

Conhecer e estudar as ameaças híbridas, essencialmente sob a perspectiva das polícias, possibilitará lidar com questões complexas e, assim, conectar de forma coerente os objetivos estratégicos com as ações operacionais. Sabe-se que alguns autores consideram que uma ação sozinha não torna híbrida em si mesma a atividade – em alguns casos até mesmo o aspecto da ameaça pode ser questionado. No entanto, deve-se atentar para o cenário em que tais ameaças estão inseridas.

Por vezes, é a perda da vontade de lutar, e não o dano físico, o objetivo final das ameaças híbridas. Estar muitas vezes fora da dimensão física, ou seja, não promover uma ação bélica letal, não significa ganhos menores ou secundários; pelo contrário, as vitórias proporcionadas pelas ameaças

¹⁸ Assim afirma Visacro: “Ideologia de facção é um termo cunhado pelo ex-comandante geral da PMERJ, coronel Mário Sérgio Duarte, para descrever como facções criminosas constroem e impõem um padrão de comportamento social que as “legitima”, por meio da apropriação de elementos culturais. Na América Latina, de um modo geral, é chamado de “narcocultura”. Possui um apelo particularmente alto junto ao público jovem, sobretudo em espaços urbanos segregados. Isso não só contribui para a coexistência entre grupos armados organizados e a população local, como também serve à captação de recursos humanos para as fileiras das forças anti-Estado” (cf. Visacro, 2021).

híbridas podem ser ainda mais eficientes do que um ganho simples na dimensão física. Em outras palavras, como já ensinado por Sun Tzu (1983), “subjugar o inimigo sem lutar é o ápice da habilidade”. Subjugar a polícia sem ter de enfrentá-la é a função principal das AHISOP.

Diante das AHISOP, a busca para se levar uma proteção efetiva às pessoas e a tão almejada sensação de segurança para a população se torna uma tarefa cada vez mais complexa, não bastando só uma capacidade de planejamento avançada, conta-se muito uma cultura policial apta ao enfrentamento das ameaças híbridas. É certo que não existe mais êxito possível que não se baseie na habilidade para se lidar com a incerteza. Sendo assim, a superioridade operacional passa obrigatoriamente pelo domínio do campo cognitivo, cuja base sólida só uma vida intelectual poderá proporcionar, item que deve ser abordado em texto apartado.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu identificar que as ameaças híbridas de interesse da segurança e ordem pública (AHISOP) representam um fenômeno emergente e complexo, ainda pouco compreendido nos círculos doutrinários da segurança pública, mas de crescente incidência no cotidiano policial. Essas ameaças, ao se manifestarem simultaneamente nas dimensões física, informacional e humana, exigem das instituições policiais uma capacidade operacional ampliada, que ultrapasse os limites do policiamento convencional baseado exclusivamente em ações cinéticas. O estudo demonstrou que o êxito nas ações físicas – como prisões, patrulhamentos e operações táticas – torna-se incompleto ou até inócuo se não for sustentado por ações não cinéticas, orientadas ao domínio do campo cognitivo e da disputa simbólica travada nas esferas da opinião pública, da justiça e da cultura.

A dinâmica contemporânea da criminalidade – especialmente em sua vertente insurgente, transnacional e infiltrada em estruturas institucionais – opera com elevada capacidade de adaptação, explorando lacunas legais, culturais e tecnológicas. Assim, a guerra travada contra o Estado não se dá apenas com armas, mas com narrativas, processos judiciais estratégicos (*lanfare*), manipulação informacional, instrumentalização de valores culturais e cooptação de espaços sociais. Nessa conjuntura, o policial é não apenas operador da lei, mas também alvo preferencial dessas ofensivas híbridas. O impacto direto dessas ameaças no moral da tropa, na confiança institucional e na percepção de legitimidade social reforça a urgência de um novo paradigma para o planejamento estratégico e para a formação profissional nas forças de segurança.

Além de reafirmar a centralidade das dimensões informacional e humana na arquitetura do ambiente operacional moderno, o estudo apontou que o campo da segurança pública precisa desenvolver métodos próprios para a identificação, análise e enfrentamento das AHISOP. Isso inclui a construção de doutrinas específicas, o investimento em inteligência estratégica, o desenvolvimento de capacidades tecnológicas de monitoramento e contranarrativa, a formação de operadores com elevado



grau de consciência situacional e a consolidação de redes colaborativas com atores do sistema de justiça, mídia e sociedade civil organizada.

Todavia, reconhece-se que este trabalho apresenta limitações, sobretudo quanto à não exploração aprofundada da dimensão humana das AHISOP, por envolver temas sensíveis como guerra psicológica, engenharia social, doutrinação ideológica e infiltração institucional, os quais carecem de abordagens específicas e metodologias robustas para sua devida investigação.

Dessa forma, recomendam-se os seguintes desdobramentos para trabalhos futuros: desenvolvimento de modelos analíticos capazes de mensurar o grau de exposição das instituições policiais às AHISOP e suas implicações sobre a moral, a produtividade e a coesão institucional; investigação empírica sobre os efeitos da guerra informacional e cultural nos operadores do sistema de segurança, com destaque para os mecanismos de resiliência psicológica e institucional; proposição de uma doutrina nacional de enfrentamento às ameaças híbridas no campo da segurança pública, integrando conhecimentos das ciências militares, da ciência da informação e das ciências sociais aplicadas; estudos sobre a formação e fortalecimento da consciência situacional estratégica no nível tático e decisório, com base em modelos adaptativos e multidimensionais; análise crítica dos instrumentos jurídicos atuais à luz da *lanfare*, propondo salvaguardas institucionais contra o uso instrumental do sistema de justiça para enfraquecimento das polícias e desestabilização da ordem pública.

Conclui-se que o enfrentamento das ameaças híbridas impõe às polícias uma mudança de mentalidade institucional. Não basta mais responder ao crime com armas e táticas: é necessário compreender o inimigo invisível, suas estratégias assimétricas e seus métodos de corrosão institucional. O verdadeiro diferencial das polícias no século XXI residirá em sua capacidade de combinar força física com inteligência estratégica, adaptabilidade com solidez doutrinária, e, sobretudo, técnica com valores.

Mais do que nunca, a sociedade brasileira necessita de uma polícia que atue com vigor e discernimento em todas as dimensões do conflito. O futuro da segurança pública dependerá da capacidade institucional de compreender e se antecipar às novas formas de agressão contra a ordem. Nesse cenário volátil, incerto, complexo e ambíguo, apenas o “poder de fogo intelectual” – embasado em conhecimento, valores e preparo estratégico – será capaz de garantir a proteção da sociedade e a vitória frente às ameaças híbridas que se avolumam no horizonte.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Paulo Augusto. **Gerenciamento Sincrético de Incidentes Policiais: Insurgência Criminal e Domínio de Cidades**. São Paulo: Centro de Altos Estudos de Segurança, 2023.

ARQUILLA, John; RONFELDT, David. *Networks and netwars: the future of terror, crime, and militancy*. Santa Monica: Rand Corp, 2001.

BOWERS, Christopher O. Como identificar adversários híbridos emergentes. **Military Review**, jan./fev. 2014. Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/MilitaryReview_20140228_art006POR.pdf. Acesso em: 6 fev. 2023.

COUTINHO, Sérgio Augusto de Avellar. **Cadernos da liberdade: uma visão do mundo diferente do senso comum modificado**. Belo Horizonte: Sografe, 2003.

DAVIS, John R. *Cómo derrotar las futuras amenazas híbridas*. **Military Review**, nov./dez. 2013. Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Spanish/MilitaryReview_20131231_art005SPA.pdf. Acesso em: 6 fev. 2023.

DESPORTES, Vincent. **A tomada de decisão em cenário de incerteza**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2021.

EUROPEAN COMMISSION. *Joint Communication to the European Parliament, the European Council and the Council: Increasing resilience and bolstering capabilities to address hybrid threats*. Comissão Europeia, 2018. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/GA/TXT/?uri=CELEX:52018JJC0016>. Acesso em: 24 out. 2023.

FERM, M. *Hybrid warfare: challenges and responses*. HybridCoE, 2020. Disponível em: <https://www.hybridcoe.fi/wp-content/uploads/2020/07/HybridCoE-SA-3-Ferm.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

HOFFMAN, Frank G. *Conflict in the 21st century: the rise of the hybrid wars*. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2007.

HOFFMAN, Frank G. *Hybrid threats: neither omnipotent nor unbeatable*. **Orbis**, 54(3), pp. 441-455, 2010.

HOFFMAN, Frank G. *Hybrid vs. Compound war*. *Armed Forces Journal*, 2009. Disponível em: <http://armedforcesjournal.com/hybrid-vs-compound-war/>. Acesso em: 6 fev. 2023.

HYBRID COE. (2024). The European Centre of Excellence for Countering Hybrid Threats (Hybrid CoE). [Website]. <https://www.hybridcoe.fi/>.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MURRAY, Williamson; MANSOOR, Peter R. **Guerra híbrida: a verdadeira face do combate no século XXI**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2020.



PESSI Diego. **Violência, laxismo penal e corrupção do ciclo cultural**. [s.l.]: Editora EDA, 2020.

PESSI Diego; SOUZA Leonardo Giardin. **Bandidolatria e democídio: ensaios sobre garantismo penal e a criminalidade no Brasil**. São Luís: Livraria Resistência Cultural Editora, 2017.

SAMPAIO, José Nogueira. **Fundação da Polícia Militar de São Paulo**. São Paulo, 1981.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

U.S. ARMY. **Army Doctrine Publication (ADP) 3-0: Unified Land Operations**. Washington, DC: Headquarters, Department of the Army 2011.

U.S. ARMY. **FM 3-0 Operations**. Department of the Army (US), 2022.

U.S. ARMY. **Training circular 7-100: hybrid threat**. Washington, DC: U.S. Government Printing Office (GPO), 2010.

U.S. MARINE CORPS. **Marine Corps Vision and Strategy 2025**. Washington, D.C.: U.S. Marine Corps, 2008. Disponível em: <https://www.secnave.navy.mil/donhr/Site/Commandant%20Strategic%20Documents/USMC%20Vision%20and%20Strategy%202025.pdf>. Acesso em: 6 set. 2023.

VISACRO, Alessandro. **A guerra na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2018.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.

ZANIN, Cristiano Martins; ZANIN, Valeska Teixeira; VALIM, Rafael. **Lawfare: uma introdução**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE AOS CRIMES CIBERNÉTICOS: uma análise crítica

Stanley Araújo Pena *

Cid Gonçalves Filho **

João Pedro Lima de Medeiros Galiza ***

Júnio Souto Marques ****

RESUMO: O estudo insere-se no contexto do crescimento exponencial dos crimes cibernéticos e seus impactos na segurança pública nacional e internacional. Objetivou-se analisar criticamente as políticas públicas existentes e propor estratégias eficazes e sustentáveis para o enfrentamento dessa modalidade criminal em expansão. A metodologia adotada baseou-se em revisão bibliográfica sistemática, com recorte temporal de 2018 a 2024, abrangendo bases acadêmicas como Scielo, Portal Capes, Spell e revistas especializadas em segurança pública. Os resultados indicam que os crimes cibernéticos, em razão de sua sofisticação técnica, transnacionalidade e impacto social, exigem políticas públicas adaptativas, integradas e tecnologicamente atualizadas. Constatou-se que medidas como educação digital, investimento em tecnologias de defesa cibernética, cooperação internacional, fortalecimento legal e institucional, além da ampliação da cultura de cibersegurança, são fundamentais para ampliar a resiliência digital do Estado e da sociedade. Conclui-se que a eficácia das políticas públicas está condicionada a um esforço contínuo, colaborativo e inovador, com participação articulada do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil. Recomenda-se, como trabalhos futuros, o aprofundamento na análise da eficácia das cooperações internacionais, das tecnologias emergentes como IA e *blockchain*, e da governança cibernética comparada em diferentes países.

Palavras-chave: crimes cibernéticos; segurança pública; políticas públicas; prevenção digital; estratégias governamentais.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v7i18.244>

Recebido em 01 de agosto de 2024.

Aprovado em 20 de agosto de 2024.

* Universidade FUMEC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2472-7170> - CV: <http://lattes.cnpq.br/2788915842391085>

** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). CV: <http://lattes.cnpq.br/3574306384505737>.

*** Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

**** Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).



PUBLIC POLICY STRATEGIES TO COMBAT CYBERCRIMES: A critical analysis

ABSTRACT: This study is situated within the context of the exponential growth of cybercrimes and their impact on national and international public security. Its objective was to critically analyze existing public policies and propose effective and sustainable strategies to address this expanding criminal phenomenon. The adopted methodology was based on a systematic literature review, with a temporal scope from 2018 to 2024, covering academic databases such as Scielo, Portal Capes, Spell, and journals specialized in public security. The findings show that cybercrimes, due to their technical complexity, transnational nature, and social impact, demand adaptive, integrated, and technologically updated public policies. The study identified that digital education, investment in cybersecurity technologies, international cooperation, legal and institutional strengthening, and the promotion of a cybersecurity culture are essential for improving state and societal digital resilience. It is concluded that the effectiveness of public policies depends on continuous, collaborative, and innovative efforts, with coordinated participation from the public sector, private entities, and civil society. Future studies should further explore the effectiveness of international cooperation, the use of emerging technologies such as AI and blockchain, and comparative models of cyber governance across different nations.

Keywords: cybercrimes; public security; public policy; digital prevention; government strategies.

1. INTRODUÇÃO

Não é recente o fato de que a revolução digital transformou a maneira como vive-se, trabalha-se e nos relaciona-se. No entanto, essa transformação trouxe consigo um aumento exponencial nos crimes cibernéticos, que se tornaram uma ameaça significativa à segurança individual, corporativa e nacional. Crimes como roubo de identidade, fraudes financeiras, invasões de privacidade e ataques a infraestruturas críticas estão se tornando cada vez mais comuns, exigindo uma resposta robusta e coordenada dos governos.

Os crimes cibernéticos emergiram como uma das principais ameaças à segurança pública na era digital. A rápida evolução da tecnologia, aliada à crescente interconectividade global, proporcionou novas oportunidades para atividades criminosas no ciberespaço. Esses crimes variam desde fraudes financeiras, roubo de identidade e espionagem, até ataques a infraestruturas críticas e disseminação de malwares humanos (Silva Bispo; Binto, 2023).

A natureza transnacional desses delitos dificulta a sua prevenção e combate, pois frequentemente envolvem criminosos operando de diferentes partes do mundo. Além disso, a sofisticação crescente das técnicas utilizadas pelos cibercriminosos desafia constantemente os mecanismos tradicionais de segurança e investigação. Dessa forma, os crimes cibernéticos representam um desafio complexo e dinâmico para a segurança pública, exigindo uma resposta igualmente inovadora e coordenada por parte das autoridades e instituições responsáveis pela manutenção da ordem e proteção dos cidadãos. Busca-se saber: como as políticas públicas podem ser eficazmente desenvolvidas e implementadas para combater os crimes cibernéticos de forma abrangente e sustentável?

O objetivo geral consistiu em analisar e propor estratégias de políticas públicas que possam ser eficazes no combate aos crimes cibernéticos, promovendo a segurança digital e a proteção dos cidadãos. Os objetivos específicos contemplam: identificar as principais formas de crimes cibernéticos e suas implicações para a segurança pública e privada; avaliar as políticas públicas atuais no combate aos crimes cibernéticos em diferentes países e contextos. Propor novas estratégias de políticas públicas baseadas em melhores práticas e inovações tecnológicas e analisar a viabilidade e os desafios na implementação dessas estratégias em diferentes contextos socioeconômicos e culturais.

Justifica-se a crescente dependência das tecnologias digitais em praticamente todos os aspectos da vida moderna torna a segurança cibernética uma questão crítica. A relevância do tema pode ser entendida no sentido de que, investir em políticas públicas voltadas para a cibersegurança é fundamental para proteger as infraestruturas críticas, garantir a integridade dos dados e salvaguardar os direitos dos cidadãos no ambiente digital. Além disso, tais políticas podem estimular o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e promover um ambiente de confiança que favoreça o crescimento econômico e a inclusão digital.

A revisão da literatura foi baseada no amparo teórico dos principais autores que tratam do tema proposto. A revisão bibliográfica se baseou nos principais portais como o Scielo, Portal Capes e o Spell, além de revistas específicas de segurança pública. É importante considerar também, uso do recorte temporal considerando as publicações dos últimos cinco anos, ou seja, o intervalo entre 2018 de 2024. Além disso, também foram selecionadas as publicações utilizando boleadores ou descritores: crimes virtuais, crime cibernéticos, segurança pública, enfrentamento, estratégia, em português e inglês para posterior análise crítica das publicações selecionadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito e alcance da segurança pública

Segurança pública significa manter as pessoas protegidas de danos ou perigos. É responsabilidade do governo garantir que todos estejam protegidos contra crimes, terrorismo e desastres naturais. Isso pode envolver coisas como a presença de policiais e bombeiros, a construção de infraestruturas sólidas e a implementação de planos de emergência. A segurança pública é importante para que todos se sintam seguros e possam viver suas vidas sem medo (Gomes; Medrado, 2023).

Silva e Silva (2019) assinalam que segurança pública refere-se ao estado de estar protegido contra perigo ou ataque. É a proteção de pessoas e propriedades contra roubo ou danos. Exemplos de medidas de segurança pública incluem: policiais patrulhando bairros para coibir crimes; câmeras de vigilância em locais públicos para monitorar atividades; postos de segurança nos aeroportos para prevenir o terrorismo e equipes de resposta a emergências para lidar com desastres naturais. Estes exemplos ilustram como a segurança pública é importante para manter uma sociedade segura e estável. Sem medidas de segurança pública em vigor, as pessoas correriam o risco de sofrer danos e os bens ficariam vulneráveis a roubo ou danos.

De acordo com Santos (2020), a segurança pública é a função dos governos que garante a proteção dos cidadãos, das pessoas no seu território, das organizações e das instituições contra ameaças ao seu bem-estar – e à prosperidade das suas comunidades. Para enfrentar os desafios crescentes na área da segurança pública, as instituições e organizações públicas responsáveis podem recorrer à sua própria inteligência para enfrentar antecipadamente possíveis ameaças. Otimizam as suas estruturas internas, utilizam sinergias e equilibram cuidadosamente os custos e benefícios das suas medidas.

As organizações de segurança pública incluem serviços de aplicação da lei, bombeiros e serviços médicos de emergência. As questões de segurança pública que um município, condado, estado ou jurisdição federal pode enfrentar incluem uso de narcóticos, invasão de propriedade, roubo, assédio, delinquência juvenil, vida não autorizada, ruído, lixo, comportamento social inadequado, embriaguez e outros problemas de qualidade de vida (Silva; Marques, 2019).

Geralmente, as organizações estão envolvidas na prevenção e proteção contra eventos que possam pôr em perigo a segurança do público em geral devido a perigos significativos, ferimentos ou danos materiais, tais como crimes ou desastres (naturais ou provocados pelo homem) (Gomes; Medrado, 2023).

2.2 Políticas de segurança pública no Brasil

A segurança pública no contexto brasileiro é o estado de normalidade que permite o usufruto da segurança dos direitos e o cumprimento dos deveres. Pode ser interpretada como a manutenção da ordem pública, isto é, de conjunto de valores, de princípios e de normas que se pretendem ser observadas numa sociedade (Lima; Barbosa, 2020).

A sua alteração ilegítima constitui uma violação de direitos básicos, geralmente acompanhada de violência, que produz eventos de insegurança e criminalidade. É um processo, ou seja, uma sequência contínua de fatos ou operações que apresentam determinada unidade ou que se reproduzem com certa regularidade, que compartilha uma visão focada em componentes preventivos, repressivos, judiciais, de saúde e sociais (Silva Bispo; Binto, 2023).

De acordo com Lima (2021), é um processo sistêmico, pela necessidade da integração de um conjunto de conhecimentos e ferramentas estatais que devem interagir a mesma visão, compromissos e objetivos. Deve ser também otimizado, pois depende de decisões rápidas, medidas saneadoras e resultados imediatos.

Sendo a ordem pública um estado de serenidade, apaziguamento e tranquilidade pública, em consonância com as leis, os preceitos e os costumes que regulam a convivência em sociedade, a preservação deste direito do cidadão só será ampla se o conceito de segurança pública for aplicado. Isto implica uma disposição ideal dos elementos que nela interagem, de modo a permitir-lhe um funcionamento regular e estável, asseguratório da liberdade coletiva e individual.

A segurança pública não pode ser tratada apenas como medidas de vigilância e repressão, mas como um sistema integrado e otimizado envolvendo instrumento de prevenção, coação, justiça, defesa dos direitos, saúde e social. O processo de segurança pública se inicia pela prevenção e busca de peças de dano, no tratamento das causas e na (re)inclusão na sociedade do sujeito (Silva; Marques, 2019).

Segundo Damasceno *et al.*, (2024), as taxas de criminalidade dos últimos anos revelam que Brasil se tornou um país mais violento em que a taxa de homicídios dolosos cresceu 7,8% entre 2022 e 2023, atingindo 24,3/100 mil habitantes. A taxa de estupro em 2022 alcançou 26,1 casos para cada 100 mil mulheres representando 50.617 casos de estupro em todo o país.

No contexto brasileiro, a responsabilidade pelos serviços internos de segurança pública é atribuída às unidades federativas, cada uma delas dispondo de forças policiais compostas por agentes civis e militares. Enquanto os militares exercem a função de policiamento ostensivo e repressão imediata

ao crime, os civis, atuando como polícia judiciária, realizam atividades de investigação. Assim como os demais serviços prestados pelo Estado, a segurança pública deve obedecer aos princípios constitucionais, entre eles o da eficiência, que pressupõe a prestação de serviços com qualidade e o uso racional dos recursos públicos. Além disso, a busca por eficiência na segurança pública contribui não apenas para a contenção do crime, mas também para a melhoria do ambiente social e econômico, ao mitigar os efeitos nocivos da criminalidade sobre pessoas e patrimônios.

No domínio da Segurança Pública, surgiram recentemente muitos novos desafios, tais como conflitos geopolíticos, ataques cibernéticos, terrorismo e o aumento da migração. Uma das tendências mais fortes é o aumento do *networking* e da cooperação entre as organizações relevantes, que só se intensificará no futuro.

De acordo com Lima e Barbosa (2020), o setor público é definido por cadeias de valor que gerem questões cada vez mais complexas e interligadas – como os cuidados de saúde, a imigração ou o sistema judicial. A tecnologia está a apoiar estas cadeias de valor na procura de maiores níveis de eficiência, mas devem ser implementadas estrategicamente para garantir que a segurança e a defesa sejam priorizadas. O autor reforça que as organizações de segurança pública devem investir no desenvolvimento de suas estratégias digitais e no aproveitamento de dados para otimizar processos e atender às necessidades da população. Santos (2023) aponta os principais desafios da segurança pública no Brasil incluem a ascensão da violência, criminalidade, crime organizado e desordem urbana, que levaram à militarização das atividades de segurança pública. Este processo de militarização aumentou nos últimos dois anos, com os militares ocupando posições de poder no governo brasileiro.

Chaves (2020) postula que o Brasil enfrenta o desafio de analisar grandes quantidades de dados para identificar fatores que influenciam a evolução dos crimes. Um modelo de tomada de decisão baseado na análise de big data é proposto para apoiar a identificação dos locais mais perigosos com base em correlacionar dados na localização e no número de crimes. Além disso, existem problemas de governança nas redes políticas de segurança pública brasileira, com fraca capacidade de governança devido às funções históricas das secretarias de segurança pública brasileiras.

2.3 Conceito de crimes cibernéticos e cibercrimes

O desenvolvimento da tecnologia de informação e comunicação torna a vida moderna mais conveniente. No entanto, o aumento dos crimes cibernéticos que exploram essa tecnologia emergiu como um problema social grave. Desde o início da pandemia de Covid-19, mais utilizadores da *internet* em todo o mundo tornaram-se dependentes da *internet* em todas as áreas, incluindo educação, transações financeiras e trabalho a partir de casa (Silva Bispo; Binto, 2023).

Crime cibernético é um termo geral que descreve uma infinidade de atividades criminosas realizadas por meio de um computador, rede ou outro conjunto de dispositivos digitais. Considere-se o crime cibernético como o guarda-chuva da vasta gama de atividades ilegais que os criminosos

cibernéticos cometem. Isso inclui ataques de *hacking*, *phishing*, roubo de identidade, *ransomware* e *malware*, entre muitos outros (Lima, 2023).

Os problemas na definição do crime cibernético começam pela própria terminologia como ilustra Corrêa *et al.*, (2022). É utilizado um verdadeiro arsenal de terminologia, por vezes em combinação com os prefixos cibernético, computador, *e-mail*, *internet*, digital ou informação. Os termos são cogitados, aplicados aleatoriamente, refletem sobreposições de conteúdo ou refletem lacunas importantes.

Segundo Barros (2023), a terminologia alternativa para o cibercrime inclui, por exemplo, “crime no ciberespaço”; “crime virtual”; “crime relacionado com informática”; “crime eletrônico”; “crime eletrônico”; “crime possibilitado pela tecnologia”; “crime de alta tecnologia”. A variabilidade nos termos e na linguagem do crime cibernético destaca a falta de um léxico partilhado entre os profissionais que trabalham na área.

Chaves (2020) destaca que o crime cibernético representa uma séria ameaça para indivíduos, empresas e entidades governamentais e pode resultar em perdas financeiras significativas, danos à reputação e comprometimento de registros. À medida que a tecnologia avança e mais pessoas dependem de dispositivos e redes digitais para operações padrão, a ameaça do crime cibernético continua a aumentar, tornando mais crítico do que nunca tomar medidas para se proteger contra ele.

Durante esta dependência, os danos causados pelos crimes cibernéticos aumentaram constantemente. Os crimes cibernéticos se referem não apenas a crimes *online*, mas também a novas formas de crimes baseadas no uso indevido de tecnologias recentemente desenvolvidas (Barroso; Silva, 2022).

Dado que a vida das pessoas existe no ciberespaço através de redes de informação e comunicação, a perpetração de crimes convencionais off-line também se movimentou *online*, agravando os casos e a gravidade dos crimes cibernéticos. O aumento destes novos tipos de crimes que exploram as tecnologias da informação e comunicação ultrapassou o desenvolvimento de medidas e legislação para os prevenir ou lidar. O anonimato do ambiente online também complicou a resposta ao crescimento da cibercriminalidade (Jesus; Silva, 2024).

2.4 Sobre os crimes cibernéticos ou cibercrimes (crimes virtuais)

Em 2020, a Polícia Federal relatou 791.790 casos de crimes cibernéticos, contra 300.000 em 2019. E, em uma amplitude maior, a estimativa é que os danos globais causados pelos crimes cibernéticos em 2015 atingiram 3 bilhões de dólares e previu um aumento dos danos para 10,5 bilhões de dólares em 2025 (Brasil, 2023).

Em 2020, a perseguição virtual e crimes semelhantes foram classificados como os crimes cibernéticos mais relatados no Brasil. Em comparação, a Coreia do Sul, conhecida como uma potência em tecnologia da informação, é um país atraente para os cibercriminosos. À medida que as tecnologias e serviços baseados na *internet* têm sido mais utilizados, o crime cibernético no país cresceu ainda mais. Em 2020, a



Coreia do Sul registrou um total de 234.098 casos de crimes cibernéticos, sendo a fraude na *internet* e a fraude financeira os mais proeminentes entre os crimes cibernéticos ocorridos (Barroso; Silva, 2022).

Segundo Chaves (2020), ao mesmo tempo, os danos causados por pirataria informática, roubo de identidade e assédio continuaram a aumentar. No *hacking*, os *ciberdelinquentes* obtêm acesso às informações dos usuários online, causando danos.

Em 2021, o governo coreano reprimiu intensamente o *hacking* e o DDoS. Como resultado, constatou-se que quatro em cada dez casos estavam relacionados ao crime de *hacking*, roubo de identidades e senhas.

O assédio *online* atinge pessoas independentemente da sua idade e é desenfreado devido ao anonimato facilmente disponível na *internet*. Esse assédio *online* e *cyberbullying* prejudicam ou ameaçam a reputação dos indivíduos através de mensagens, comentários ou mensagens diretas através de serviços de redes sociais.

O fácil vazamento de informações pessoais pelas redes sociais agrava os danos. Vários tipos de crimes cibernéticos que exploram ou infiltram sistemas de informação acontecem sem impedimentos e os seus danos tornam-se mais graves do que os crimes offline devido ao seu impacto e difusão.

A legislação e as medidas preventivas não conseguiram acompanhar os novos tipos de crimes que exploram as tecnologias da informação e comunicação. Pesquisas anteriores sobre crimes cibernéticos focaram principalmente nos fenômenos e suas causas, efeitos e prevenção. A maioria das pesquisas baseou-se na revisão da literatura e em análises de pesquisas baseadas em dados de percepção sobre crimes cibernéticos para determinar seus fatores criminais (Jesus; Silva, 2024).

Porém, para se chegar a medidas preventivas, Damasceno (2024) ressalta que é essencial analisar os crimes cibernéticos, especialmente porque e como as pessoas os cometem, com dados dos criminosos. Portanto, como um estudo exploratório, esta pesquisa visa examinar os crimes cibernéticos com duas questões de pesquisa: porque e como os criminosos cometem crimes cibernéticos e, em seguida, propor medidas preventivas.

A classificação dos crimes cibernéticos em três tipos, como tipos relacionados à integridade, relacionados ao computador e relacionados ao conteúdo, identificou os principais fatores criminais para cada tipo de crime cibernético que uma equipe de pesquisa, em estreita colaboração com uma organização policial de segurança cibernética, poderia usar para entrevistar policiais especializados em lidar com casos de crimes cibernéticos (Gomes; Medrado, 2023).

Barros (2023) assinala que o crime cibernético abrange um amplo espectro de atividades criminosas que envolvem diversas plataformas e tecnologias digitais. Vale a pena discutir muitos tipos de crimes cibernéticos, desde e-mails fraudulentos e atividades em mídias sociais até golpes financeiros e perseguição virtual (*stalk*), ataques virtuais, dentre outros.

Esquemas enganosos que assumem muitas formas. *E-mails* falsos enganam os destinatários, enquanto técnicas de engenharia social enganam as pessoas para que divulguem informações, como números de cartão de crédito, ou transfiram dinheiro para o invasor. Os esquemas de vendas piratas, nos quais os golpistas imitam marcas legítimas, são uma forma comum de golpes por e-mail. Golpes que usam plataformas de mídia social como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *TikTok* para enganar e fraudar as vítimas. Os exemplos incluem lojas online fictícias, ataques de engenharia social ou golpes de falsificação de identidade. As fraudes nas redes sociais muitas vezes exploram a confiança dos utilizadores, a ingenuidade e a tendência para partilhar excessivamente informações pessoais online (Jesus; Silva, 2024).

Araújo e Couto (2023) citam as atividades fraudulentas que visam instituições financeiras ou seus clientes e partes interessadas. As fraudes bancárias geralmente resultam em perdas financeiras significativas ou roubo de identidade, e as estratégias dos invasores geralmente envolvem táticas sofisticadas de *hacking* e engenharia social. Os exemplos incluem fraude de cartão de crédito, fraude em caixas eletrônicos e fraudes bancárias *online*.

Elaborar golpes ao consumidor que exploram os pontos fracos e as armadilhas das tecnologias de compras on-line, como lojas on-line artificiais ou fabricadas, contas de vendedores falsas ou roubo de informações de cartão de crédito. Os casos de fraude no comércio eletrônico normalmente resultam em perdas financeiras tanto para os consumidores quanto para os varejistas online (Barroso; Silva, 2022).

De acordo com Corrêa *et al.*, (2022), um ataque de software altamente prevalente, programado para danificar e manipular sistemas de computador, introduzindo vírus, trojans ou *spyware* no sistema. O *malware* é um problema frequente em muitos casos porque tem como alvo PCs individuais e redes de computadores de nível empresarial. É mais comumente usado para interromper redes e roubar dados de usuários. Um tipo de ataque de *malware* que criptografa dados críticos das vítimas e declara um pagamento de resgate em troca de uma chave de descriptografia para recuperar o acesso. Paralisantes financeiramente tanto para indivíduos quanto para organizações, os ataques de *ransomware* geralmente levam à perda de dados e ativos, à devastação fiscal e à interrupção da produtividade.

O uso de *hackers*, ataques de malware ou outras atividades cibernéticas nas quais um usuário não autorizado tenta acessar dados confidenciais ou propriedade intelectual para obter vantagem competitiva sobre uma empresa ou entidade governamental. Os casos de espionagem cibernética envolvem frequentemente grupos patrocinados pelo Estado ou *hackers* individuais e podem ter importantes implicações políticas ou econômicas. Um dos casos mais significativos de espionagem cibernética foram os cinco *hackers* militares chineses indiciados por pirataria informática, espionagem econômica e outros crimes dirigidos a entidades públicas e privadas (Chaves, 2020).

De acordo com Damasceno (2024), o acesso não autorizado ou vazamento de dados confidenciais, como informações confidenciais, registros críticos ou acesso financeiro. As violações de dados podem ser atribuídas a uma ampla gama de fatores de risco, como senhas e protocolos de segurança cibernética fracos, vulnerabilidades de sistemas de *software* ou ameaças internas. As consequências podem resultar em dados comprometidos, danos financeiros ou reputações manchadas.

O relatório de investigações de violação de dados do autor destacou que 82% das violações envolveram um elemento humano.

Talvez o tipo mais comum de *software* malicioso que pode se autorreplicar e se espalhar para outros sistemas, muitas vezes causando danos a arquivos ou programas de computador. Exemplos de vírus de computador se espalham rapidamente para infectar arquivos e danificar sistemas de computador. Ataques distribuídos de negação de serviço, ou ataques DDoS, são programados para sobrecarregar uma rede ou site com tráfego, fazendo com que ele fique lento ou trave totalmente (Silva Bispo; Binto, 2023).

De acordo com Araújo e Couto (2023), uma forma digital de roubo de propriedade intelectual que envolve o uso ou distribuição não autorizada de material protegido por direitos autorais, como *software*, música ou filmes. Exemplos de pirataria de software incluem o uso de geradores de chaves ou software crackeado para ativar software pago sem licença. Fraude por e-mail que envolve técnicas como e-mails enganosos, fraudes em sites ou comunicações enganosas para enganar as vítimas, levando-as a compartilhar suas informações pessoais e dados confidenciais ou a clicar em *links* para *downloads* e sites maliciosos.

Em um contexto digital, o roubo de identidade refere-se à aquisição de dados privados de alguém para fins fraudulentos ou maliciosos. Os ativos alvo do roubo de identidade incluem números de segurança social, data de nascimento, detalhes de cartão de crédito ou contas *online*. Tipos específicos incluem roubo de identidade financeira, médica e fiscal; personificação de mídia social; e clonagem de identidade, quando uma pessoa usa a identidade de outra para ocultar a sua (Jesus; Silva, 2024).

Tem-se ainda, aqueles crimes que envolvem *cyberbullying*, *cyberstalking* e atos repetidos com a intenção de assustar, prejudicar, irritar ou envergonhar um determinado indivíduo. Atualmente, o assédio *online* é mais prevalente em sites de mídia social, aplicativos de namoro e fóruns/quadros de mensagens. Exemplos de assédio online incluem o envio de mensagens inadequadas e não solicitadas, fazer ameaças claras e intencionais ou distribuir fotos ou vídeos confidenciais de uma vítima (Barbosa, 2020).

Chaves (2020) destaca o fenômeno do terrorismo virtual como uma modalidade de ação violenta realizada por meio da *internet* e de tecnologias informáticas, caracterizada pela sua natureza destrutiva e por seu elevado potencial de impacto. Esse tipo de terrorismo compreende ações como a sabotagem de infraestruturas críticas, a indução de falhas sistêmicas de grande escala, o roubo de informações sensíveis e a disseminação de conteúdos ideológicos com forte carga política ou cultural. Observa-se uma crescente sofisticação nos métodos empregados pelos agentes envolvidos em práticas de ciberterrorismo, o que impõe desafios cada vez mais complexos para os sistemas de segurança e defesa cibernética, exigindo respostas integradas e contínua atualização tecnológica e normativa.

2.5 Crimes cibernéticos no Brasil

O cibercrime está a tornar-se cada vez mais difundido e, no entanto, a falta de consenso em torno do que constitui um cibercrime tem um impacto significativo na sociedade, na resposta jurídica e

política e na investigação acadêmica. As dificuldades na compreensão do crime cibernético começam com a variabilidade na terminologia e a falta de consistência na legislação sobre crimes cibernéticos entre jurisdições (Portalés *et al.*, 2022). Nos dizeres de Araújo e Couto (2023, p. 56):

Os ataques cibernéticos representam riscos significativos à segurança e à privacidade das pessoas no Brasil. O roubo de contas foi identificado como o tipo mais comum de fraude digital, sendo responsável por 72% dos golpes no país em 2022. Isso significa que a cada minuto uma nova conta é perdida. Os fraudadores usam dados vazados, chips clonados e técnicas de engenharia social, como links e e-mails falsos, para obter informações de acesso das vítimas. Além do roubo de contas, outros riscos muito comuns incluem roubo de identidade, fraude financeira, invasão de privacidade e extorsão. Os golpes podem ocorrer em diferentes etapas, desde a criação de contas falsas até a realização de transações fraudulentas. [...] Um dos motivos pelos quais as pessoas ficam mais vulneráveis a golpes é a falta de conscientização sobre segurança da informação - o que pode, por exemplo, levá-las a expor dados sensíveis e cair em golpes com mais facilidade.

Pires e Ferreira (2023) assinalam que as leis que tratam de crimes virtuais no Brasil incluem a Lei Carolina Dieckmann (Lei nº 12.737/2012) que foi criada após o caso de violação de privacidade da atriz Carolina Dieckmann, essa lei tipifica crimes cibernéticos, especialmente invasão de dispositivos eletrônicos, como computadores e smartphones. Cita-se o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), mesmo não focando especificamente em crimes virtuais, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da *internet* no Brasil, o que impacta indiretamente em questões relacionadas à segurança cibernética.

No Código Penal Brasileiro se tem alguns crimes cibernéticos são punidos com base no Código Penal Brasileiro, como crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria), estelionato, fraudes, entre outros, quando cometidos por meio da *internet* ou dispositivos eletrônicos. Vale citar a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/1996), pois, embora não seja específica para crimes virtuais, regula a interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, incluindo *e-mails* e mensagens de texto, o que pode ser relevante em investigações de crimes cibernéticos (De Jesus; Da Silva, 2024).

Chaves (2020) cita a Lei do Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) que não se trata especificamente de crimes virtuais, mas regula o acesso a informações públicas, o que pode ser relevante em investigações relacionadas à segurança cibernética.

Araújo e Couto (2023) indicam que o Brasil enfrenta um cenário crítico de crimes cibernéticos, com um aumento alarmante no número de ataques cibernéticos contra pessoas e empresas. Uma grave falta de sensibilização para a segurança da informação, aliada ao baixo investimento na segurança cibernética, contribui para a vulnerabilidade do país a estas ameaças. Na visão de Pompeu (2021), a sensibilização é a melhor forma de combater a criminalidade cibernética e proteger as nossas informações e infraestruturas digitais. Somente por meio da conscientização e da união de esforços entre Estado, setor privado e sociedade é possível construir um ambiente digital mais seguro e resiliente para o Brasil.

2.6 Prevenção de crimes cibernéticos

De acordo com Damasceno (2024), uma das principais estratégias na prevenção do crime cibernético é a utilização de proteção avançada de segurança cibernética. Isto inclui tecnologias fundamentais como *firewalls*, *software* antivírus e sistemas de detecção de intrusões, mas sistemas de segurança cibernética mais avançados estão a evoluir com inteligência artificial (IA) e aprendizagem automática (AA). A implementação das ferramentas adequadas de cibersegurança deve ser uma prioridade máxima para qualquer organização ou indivíduo que pretenda proteger-se contra ataques cibernéticos e ameaças digitais.

Araújo e Couto (2023) mencionam a autenticação multifatorial (AM), comumente usada como autenticação de dois fatores, é um protocolo de segurança comum que evita violações de dados, *hackers* e outros ataques cibernéticos diretos. Em termos simples, este processo exige que os usuários forneçam duas ou mais formas de identificação para autenticar o acesso às suas contas, como a necessidade de uma senha e um código de acesso enviado a um dispositivo. Atualmente um protocolo de práticas recomendadas para organizações, o AM adiciona camadas extras de segurança cibernética às contas online, tornando muito mais difícil para os invasores acessarem seus dados.

Segundo postulam Araújo e Couto (2023), uma Rede Privada Virtual (RPV) é um serviço que permite aos usuários navegar na *internet* com segurança reforçada e anonimato. As RPVs são projetadas para criptografar atividades *online*, tornando muito mais difícil para os invasores cibernéticos interceptarem e roubarem seus dados. As RPVs atuam como intermediárias entre o seu dispositivo e o servidor de destino, adicionando sua própria camada de criptografia e roteando a comunicação por meio de seus próprios servidores. As RPVs são especialmente eficazes para ajudar na proteção contra fraudes por *e-mail*, como golpes de *e-mails fakes*, mascarando seu endereço IP e localização.

Como reforçam Araújo e Couto (2023), as contas de *e-mail* são um dos canais mais frequentemente explorados pelos ciberataques para violar o acesso a dados confidenciais e informações privadas. Tecnologias especializadas de segurança de *e-mail* podem ser aproveitadas para evitar essa atividade, o que inclui soluções como criptografia de *e-mail*, filtros de *spam* e *software* antivírus. A criptografia é uma tecnologia poderosa que protege o conteúdo do *e-mail* contra interceptação. Os filtros de *spam* detectam e evitam que e-mails injustificados e maliciosos cheguem à sua caixa de entrada, enquanto o *software* antivírus detecta e remove anexos maliciosos de *e-mails*.

Os cibercriminosos atacam frequentemente credenciais de senha. Além de criar senhas seguras e difíceis de hackear, os gerenciadores de senhas são aplicativos de *software* que armazenam com segurança várias credenciais de login em um banco de dados criptografado, todas bloqueadas por uma senha mestra. Os gerenciadores de senhas são comumente usados por organizações, equipes remotas e indivíduos para fornecer proteção extra de segurança ao navegar na *web*, mantendo as senhas com segurança em um espaço seguro. Os gerenciadores de senhas mais comuns incluem: *Password*, *KeePass*, *LastPass* e *iCloud Keychain* da Apple. No entanto, alguns gerenciadores de senhas apresentam riscos (Portalés *et al.*, 2022). Muitos ataques cibernéticos resultam de erro humano, como clicar em *links*

maliciosos ou baixar arquivos contendo vírus. O treinamento de conscientização sobre segurança tem como objetivo ajudar a educar os usuários sobre como identificar, evitar e mitigar melhor a ameaça de ataques cibernéticos. As formas mais comuns de treinamento são treinamento de conscientização baseado em computador e exercícios simulados de *phishing*, onde os funcionários recebem *e-mails* de *phishing* falsos para testar como reagem (Pires; Ferreira, 2023).

Como explica Santana (2021), muitas formas de ataques cibernéticos podem resultar na perda de dados críticos, o que pode ter graves repercussões financeiras e operacionais para indivíduos e organizações. As soluções de *backup* e recuperação de dados podem ajudar a mitigar os danos causados pela perda de dados, criando cópias de *backup* dos dados e garantindo uma recuperação mais rápida no caso de um ataque de *ransomware*, violação de dados ou outra forma de ataque cibernético. O arquivamento regular de dados é um protocolo de segurança *essencial* para garantir que se possa recuperar seus dados em caso de ataque.

Em geral, pode-se dizer que tecnologias mais avançadas de prevenção de crimes cibernéticos agora utilizam aprendizado de máquina e inteligência artificial para coletar e analisar dados, rastrear e rastrear ameaças, identificar vulnerabilidades e responder a violações. Por exemplo, os algoritmos de ML podem detectar e prevenir fraudes em transações financeiras, identificando padrões que indicam atividades fraudulentas e sinalizando-os para revisão. Da mesma forma, as tecnologias de IA podem detectar e prevenir ataques cibernéticos a redes e sistemas, analisando o tráfego de rede, identificando padrões anormais e respondendo a ameaças em tempo real.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou os crimes cibernéticos no contexto da segurança pública. Buscou-se saber como as políticas públicas podem ser eficazmente desenvolvidas e implementadas para combater os crimes cibernéticos de forma abrangente e sustentável. Ao analisar as principais formas de crimes cibernéticos, avaliar políticas públicas existentes e propor novas estratégias, foi possível identificar um conjunto de recomendações que podem fortalecer a segurança digital e a proteção dos cidadãos.

Pode-se dizer que uma abordagem multifacetada é essencial. Políticas públicas eficazes devem incluir a cooperação internacional, dado o caráter transnacional dos crimes cibernéticos, bem como a colaboração entre governos, setor privado e sociedade civil. A implementação de marcos regulatórios robustos, aliados a programas de educação e conscientização, é fundamental para construir uma cultura de segurança cibernética.

Adicionalmente, o investimento em tecnologia avançada e infraestrutura de segurança é crucial. Governos devem fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias de defesa cibernética, além de garantir que as forças de segurança tenham os recursos necessários para enfrentar ameaças



complexas. Programas de treinamento e capacitação contínua para profissionais de segurança cibernética também são essenciais para acompanhar a rápida evolução das técnicas de ataque cibernético.

Conclui-se que políticas públicas devem ser adaptáveis e dinâmicas, capazes de responder rapidamente às novas ameaças e vulnerabilidades. A criação de centros de resposta a incidentes cibernéticos e a promoção de um ambiente legal que incentive a denúncia de crimes cibernéticos podem melhorar significativamente a resiliência cibernética. Para que as políticas públicas sejam eficazes no combate aos crimes cibernéticos de maneira abrangente e sustentável, é necessário um esforço coordenado, inovador e contínuo.

A implementação das estratégias propostas neste estudo pode contribuir significativamente para um ambiente digital mais seguro, beneficiando não apenas a segurança dos indivíduos, mas também a integridade das infraestruturas críticas e o desenvolvimento socioeconômico. Portanto, a formulação de políticas públicas robustas e eficazes é um passo essencial para enfrentar os desafios apresentados pelos crimes cibernéticos na era digital.

Como sugestão para estudos futuros, pode-se realizar uma investigação aprofundada das políticas de cooperação internacional e suas efetividades na mitigação de ameaças transnacionais. Além disso, é possível explorar o impacto das novas tecnologias emergentes, como inteligência artificial e *blockchain*, na prevenção e detecção de crimes cibernéticos. Análises comparativas de modelos de governança cibernética em diferentes países e a avaliação da eficácia de campanhas educativas e de conscientização pública também são áreas promissoras.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Karolaine Rayala Balsanulfo; COUTO, Stephani Reis Oliveira. **Investigação e atualização:** abordando a complexidade dos crimes cibernéticos na sociedade moderna, 2023. Artigo Científico (Curso de Direito), Faculdade Evangélica de Goianésia, Goianésia, 2023.

BARBOSA, Mateus Israel Alves Crivinel. **Crimes virtuais:** a evolução dos crimes cibernéticos e os desafios no combate, 2020. Artigo Científico (Curso de Direito), Escola de Direito e Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

BARROS, Bruno Pereira. **Crimes cibernéticos:** dificuldade para obter indícios de autoria e materialidade, 2023. Artigo Científico (Curso de Direito) Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023.

BARROSO, Sinak Rháyner Vieira da Cunha Fernandes; SILVA, Valdirene Cássia da. **Os crimes cibernéticos e os desafios enfrentados no processo investigatório**, 2022. Artigo Científico (Curso de Direito) Centro Universitário Católico do Tocantins, 2022.

CHAVES, Sarah Rodrigues. **Crimes cibernéticos:** questionamentos acerca da vulnerabilidade nos crimes virtuais sexuais, 2020. Artigo Científico (Curso de Direito) Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

CORRÊA, Luciana *et al.* Balanço dos principais crimes cibernéticos ocorridos no município de Belém/PA no período de 2018 a 2020. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e43411125214-e43411125214, 2022.

DAMASCENO, Ailson Fernandes *et al.* Resenha do artigo intitulado “Os crimes cibernéticos e o direito à segurança jurídica: uma análise da legislação vigente no cenário brasileiro contemporâneo”. **Revista Processus Multidisciplinar**, v. 5, n. 9, p. e091084-e091084, 2024.

FREITAS, Camila Cristina Gonzaga; GONÇALVES, Jonas Rodrigo; TORRES, Mateus Guimarães. A evolução do direito penal brasileiro relacionado aos crimes cibernéticos. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 6, n. 12, p. 296-311, 2023.

GOMES, Walyson Milhomem de Sousa; MEDRADO, Lucas Cavalcante. Crimes cibernéticos uma ponderação sobre a Lei 14.155 de 2021 aplicável ao crime de estelionato virtual. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 1870–1894, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i9.11321.

JESUS, Brenda Cordeiro de; SILVA, Devanildo Braz da. Crimes cibernéticos: desafios da segurança pública e seu enfrentamento. In.: NOGUEIRA, Fernando Lopes; SILVA, Devanildo Braz da; FÉLIX, Ynes da Silva (Org.). **Gestão em segurança pública**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2023. p. 165-226.

LIMA, Edenilson Machado. **O anonimato nos crimes cibernéticos e a ocultação delitiva**, 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Direito). Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas, 2021.



LIMA, Manoel Guilherme dos Santos de Castro; BARBOSA, João Batista Machado. **Crimes virtuais:** uma análise sobre as dificuldades do estado na persecução penal, 2020. Artigo Científico (Curso de Direito). Centro Universitário do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

OLIVEIRA, Bruna Larissa Campos; ALMEIDA, Andréia Alves. Modernização dos Crimes Sexting e Revenge Porn: No ambiente virtual contra a mulher. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 263-270, 2022.

PIRES, Andrielle Horaine Rodrigues; FERREIRA, Thais dos Santos. **Crimes cibernéticos:** suas principais vítimas. 2023.

POMPEU, Ana Luiza Brandão Calil. **Crimes Cibernéticos:** A ineficácia da Lei Carolina Dieckmann. 2022.

PORTALÉS, Leticia Fontestad et al. Polícia preditiva e “negritude”: modelos para a reprodução de um estado sem direitos. **Revista Direito**. UnB. setembro-dezembro, v. 6, n. 3, p. 2357-8009, 2022.

SANTANA, Roque Felipe da Silva; SILVA, Mônica Antonieta M. da. Crimes cibernéticos: análise evolutiva da legislação penal brasileira e seus desafios, 2021. Artigo Científico (Curso de Direito). Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2021.

SANTOS, Leticia Dutra de Oliveira. **Políticas públicas de educação digital:** prevenção e combate aos crimes cibernéticos, 2020. Monografia (Curso de Direito). UniEvangélica, Anápolis, 2020.

SILVA BISPO, Adrielle; BINTO, Emanuel Vieira. Crimes cibernéticos: da ineficácia da Lei Carolina Dieckmann na prática de crimes virtuais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 11, p. 354-369, 2023.

SILVA, Kaique Rodrigues; SILVA, Rubens Alves. Crimes cibernéticos: necessidade de novas ferramentas de investigação com encargos no ônus da prova. **Revista Artigos**. Com, v. 12, p. e2480-e2480, 2019.

SILVA, Rafael; MARQUES, Daniel. Crimes cibernéticos e sua competência. **Eticencontro de Iniciação Científica**-ISSN 21-76-8498, v. 15, n. 15, 2019.

AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME DE ROUBO CONTRA TRANSEUNTE NA CIDADE DE SALVADOR

*Luís Henrique Costa Ferreira **

RESUMO: O presente estudo analisa as circunstâncias que envolvem o crime de roubo contra transeunte na cidade de Salvador, tendo em vista o aumento expressivo dessa modalidade delitiva em contextos urbanos. O objetivo foi identificar padrões temporais, espaciais e operacionais que caracterizam a incidência do roubo, contribuindo para o planejamento de ações preventivas no âmbito da segurança pública. A metodologia utilizada baseou-se em abordagem quantitativa, com análise de dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, referentes ao período de 2018 a 2022. A pesquisa foi complementada por revisão bibliográfica e levantamento estatístico. Os resultados revelaram maior concentração de ocorrências em determinadas faixas horárias, dias da semana e áreas específicas da cidade, com destaque para regiões de alta densidade populacional e deficiência de iluminação pública. Evidenciou-se ainda a recorrência de práticas delitivas com características semelhantes, apontando para um modus operandi predominante. Conclui-se que o enfrentamento efetivo dessa tipologia criminal exige estratégias de policiamento orientadas por evidências, aliadas a intervenções urbanísticas e políticas públicas intersetoriais. Como desdobramentos futuros, sugere-se a realização de estudos qualitativos voltados à compreensão da percepção de segurança dos moradores, bem como o mapeamento de trajetórias criminais dos autores dos delitos, de modo a ampliar o diagnóstico do fenômeno em sua dimensão social e espacial.

Palavras-chave: roubo; segurança pública; Salvador; criminalidade urbana; prevenção situacional.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v7i18.214>

Recebido em 8 de outubro de 2023.

Aprovado em 02 de agosto de 2024

* Polícia Civil da Bahia (PCBA). CV: <http://lattes.cnpq.br/8590658991191685>



THE CIRCUMSTANCES OF THE CRIME OF ROBBERY AGAINST A PASSERBY IN THE CITY OF SALVADOR

ABSTRACT: This study analyzes the circumstances surrounding the crime of street robbery in the city of Salvador, considering the significant rise of this type of offense in urban contexts. The objective was to identify temporal, spatial, and operational patterns that characterize robbery occurrences, aiming to support preventive public security strategies. The methodology employed a quantitative approach, based on official data from the Bahia State Department of Public Security, covering the period from 2018 to 2022. The research was complemented by a literature review and statistical analysis. Results indicated a higher concentration of incidents during specific time slots, days of the week, and city areas, particularly in regions with high population density and inadequate public lighting. Recurrent patterns and predominant criminal modus operandi were identified. The study concludes that effective confrontation of this criminal typology demands evidence-based policing strategies, combined with urban planning interventions and intersectoral public policies. Future research should explore qualitative approaches focused on residents' perceptions of security and mapping the criminal trajectories of offenders, to broaden the understanding of the phenomenon in its social and spatial dimensions.

Keywords: robbery; public security; Salvador; urban crime; situational prevention.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão clara dos temas e problemas relacionados à segurança pública é condição fundamental para o planejamento estratégico de médio e longo prazo (Pinto; Rocha; Silva, 2004). Nesse sentido, estudar a associação entre variáveis qualitativas permite identificar possíveis relações entre elas, possibilitando melhor previsão de um fator a partir da realização de outro (Pinheiro *et al.*, 2009; Bussab; Morettin, 2017).

A criminalidade é um dos mais graves problemas enfrentados pela sociedade brasileira contemporânea. De forma geral, os estudiosos classificam a criminalidade em dois grandes grupos: a criminalidade organizada e a criminalidade de massa. Esta última refere-se aos delitos que afetam diretamente o cidadão comum, como delinquência juvenil, criminalidade urbana e infrações associadas ao uso de drogas. A criminalidade de massa é caracterizada, na maioria dos casos, por ações motivadas por oportunidades circunstanciais, o que a torna particularmente sensível ao contexto urbano e social (Diniz, 2017; Vergal, 2020).

O impacto da criminalidade de massa é imediato e direto: promove medo, instabilidade social e desconfiança na capacidade do Estado em garantir proteção. A sensação de insegurança se espalha pela coletividade, produzindo um sentimento difuso de ameaça constante (Valente, 2009; Vergal, 2020).

Dentro da criminalidade urbana, destaca-se o roubo, definido como a subtração de bem alheio mediante violência ou grave ameaça. Para fins analíticos e de planejamento, adota-se a expressão “roubo a transeunte”, caracterizada como a abordagem violenta a pessoas que circulam em vias públicas, com a subtração de pertences (Domiciano; Moreira, 2017).

Apesar da ampla ocorrência do crime de roubo no Brasil, ainda são escassos os estudos que tratam de suas especificidades, sobretudo quanto às circunstâncias em que ocorrem os roubos a transeuntes. Uma das causas dessa lacuna está relacionada à má qualidade dos registros nos boletins de ocorrência, o que compromete a identificação do perfil das vítimas, dos autores e do *modus operandi* (Cavalcante; Almeida; Reis, 2016).

Algumas pesquisas regionais apontam padrões relevantes. Provenza (2011) observou, no Rio de Janeiro, que os homens são mais vitimados nesse tipo de crime, especialmente entre 15 e 34 anos. Mello *et al.* (2008) identificaram que a maior incidência de roubos a transeuntes ocorre no período noturno. Em Belo Horizonte, Caminhas e Filho (2021) constataram que os alvos principais são celulares e dinheiro, com prevalência de vítimas brancas ou pardas e média de idade de 32 anos, sendo os autores predominantemente do sexo masculino e armados. Já em Goiânia, Domiciano e Moreira (2017) observaram que as vítimas são, em sua maioria, mulheres, e os assaltantes atuam em duplas. Por sua



vez, Bittencourt e Teixeira (2023) destacam a existência de uma retroalimentação da violência urbana, reforçada por fatores estruturais.

Este artigo tem como objetivo verificar associações entre variáveis relacionadas às circunstâncias em que ocorrem os crimes de roubo contra transeuntes na cidade de Salvador (BA). A pesquisa consiste em estudo de caso, de natureza quantitativa e caráter exploratório, baseado na análise de 420 boletins de ocorrência registrados entre 2021 e 2023 na 11ª Delegacia Territorial da capital baiana. As análises foram realizadas por meio do *software* JAMOV, utilizando-se testes de qui-quadrado para investigar possíveis associações entre as variáveis: gênero da vítima, número de autores percebidos, turno da ocorrência e presença de acompanhantes.

A 11ª Delegacia Territorial – 11ª DT/DEPOM, instalada no Bairro do Arenoso, em Salvador, é uma delegacia de polícia judiciária vinculada a Polícia Civil da Bahia e absorve as ocorrências de roubo a transeunte dos seguintes bairros Novo Horizonte, Nova Sussuarana, Granjas Rurais, Presidente Vargas, Calabetão, Jardim Santo Inácio, Mata Escura, Barreiras, Engomadeira, Beiru/Tancredo Neves, Arenoso, Cabula VI, Pernambués, São Gonçalo, Saramandaia, Narandiba, saboeiro e Doron. No território, que compreende aproximados 25.138.762 m² e população com 365.075 habitantes, convivem, em “nichos específicos” as classes A, B, C, D e E, a renda média dos responsáveis pelos domicílios é de R\$ 1.362,73 (Ferreira, 2022).

A área de abrangência da referida delegacia analisada inclui bairros diversos e densamente povoados, com características socioeconômicas heterogêneas, o que oferece um cenário propício à investigação das variáveis envolvidas nesse tipo de delito. As análises iniciais indicaram indícios de associação entre o gênero da vítima e o turno da ocorrência, entre o turno e a presença de acompanhantes e entre o gênero e a quantidade de agressores percebidos. Os resultados obtidos fornecem contribuições relevantes para a compreensão das dinâmicas criminais urbanas e para o desenvolvimento de estratégias de segurança pública mais eficazes.

O conceito de “circunstâncias do crime” adotado neste estudo baseia-se na definição do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (2023), que compreende os fatores relacionados ao tempo, ao local e ao modo de execução do delito, excluindo-se as circunstâncias já previstas legalmente no Código Penal.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de natureza quantitativa, conduzida por meio de um estudo de caso. A base empírica consistiu em 420 boletins de ocorrência (BOs) registrados na 11ª Delegacia Territorial (11ª DT/DEPOM) da cidade de Salvador, Estado da Bahia, no período compreendido entre os anos de 2021 e 2023. A amostragem foi realizada de forma aleatória, e os critérios de inclusão consideraram eventos com apenas uma vítima, maior de 20 anos de idade.

A fonte primária de dados foi composta pelas informações contidas nos boletins, tratando-se de registros oficiais oriundos da Polícia Civil da Bahia. As variáveis extraídas foram classificadas em categorias de análise que permitiram avaliar as circunstâncias em que os crimes ocorreram, conforme o entendimento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (2023), o qual define circunstâncias do crime como os elementos relativos ao tempo, local e modo de execução, excluindo-se aquelas previstas expressamente como qualificadoras legais.

As variáveis analisadas foram:

- a) gênero declarado pela vítima: categorizado como feminino ou masculino;
- b) quantidade de autores/agressores percebidos pela vítima: categorizado como um ou mais de um;
- c) circunstância do evento que considerou estar a vítima acompanhada por outras pessoas ou não: categorizado como não ou sim;
- d) turno em que ocorreu o roubo: categorizado como madrugada, manhã, tarde e noite. Sendo madrugada o intervalo de horas a partir das zero às seis da manhã; manhã o intervalo de horas a partir das seis da manhã ao meio-dia; tarde o intervalo a partir do meio-dia às dezoito horas; noite o intervalo de horas a partir das dezoito a meia-noite, considerando intervalos abertos a esquerda e fechados a direita. Para facilitar utilização do método qui-quadrado a opção selecionada foi reduzir a quantidade de categorias adotando as seguintes: Turno 1 e Turno 2, sendo: Turno 1¹ = Manhã + Tarde e Turno 2² = Noite + Madrugada, opção que considerou reduzir os graus de liberdade (GL), a proximidade do horário comercial e a incidência da luz solar.

A análise estatística foi realizada com o uso do software JAMOV, versão 2.3.28.0, adotando-se o teste do qui-quadrado de Pearson (χ^2) como principal ferramenta de análise. O teste foi aplicado com o objetivo de identificar possíveis relações de associação entre variáveis categóricas, bem como verificar homogeneidade de distribuição e ajuste às proporções esperadas. O nível de significância adotado foi de 5% ($p < 0,05$).

Adicionalmente, foi realizado o cálculo do poder do teste post hoc, com auxílio da ferramenta *PSS Health – Power and Sample Size for Health Researchers*, para verificar a robustez estatística das associações não identificadas inicialmente. O dimensionamento da amostra baseou-se no tamanho de efeito médio ($w = 0,3$), com poder estatístico de 80% e grau de liberdade igual a 1, o que exigiria, no mínimo, 88 observações por grupo. A amostra de 420 registros foi suficiente para atender esse critério.

¹ Turno 1 intervalo entre 6 e 18 horas, excluindo 6 horas e incluindo 18 horas ($[6, 18]$ aberto a esquerda e fechado a direita, em notação matemática).

² Turno 2 intervalo entre 18 e 6 horas, excluindo 18 horas e incluindo 6 horas ($[18, 6]$ aberto a esquerda e fechado a direita, em notação matemática).



Foram também calculadas as razões de possibilidade (*odds ratios*) para avaliar a chance de ocorrência de determinadas variáveis em relação a outras, especialmente no que se refere às associações entre turno do evento, gênero da vítima, número de autores percebidos e condição de acompanhamento.

Os dados foram organizados em tabelas de contingência e diagramas de árvore de probabilidade, que possibilitaram a visualização das relações entre as variáveis analisadas. Para a interpretação do grau de associação entre variáveis, foi utilizado o coeficiente *V de Cramér*, cuja escala varia de 0 (ausência de associação) a 1 (associação perfeita), sendo considerado fraco até 0,10; moderado entre 0,10 e 0,30; e forte acima de 0,30.

A análise estatística foi realizada com o uso do software JAMOV, adotando-se o teste do qui-quadrado de Pearson (χ^2) como principal ferramenta de análise.

A pretensão da pesquisa foi responder às seguintes questões:

1ª Questão: A quantidade de ocorrências de roubo a transeunte reproduz a distribuição do gênero da vítima na População? As hipóteses são: H_0 : A quantidade de ocorrências de roubo a transeunte reproduz a distribuição do gênero da vítima na População e H_1 : A quantidade de ocorrências de roubo a transeunte não reproduz a distribuição do gênero da vítima na população.

2ª Questão: As frequências de vitimização por roubo a transeunte diferem entre os gêneros? As hipóteses são: H_0 : As frequências de vitimização por roubo a transeunte não diferem entre os gêneros e H_1 : As frequências vitimização por roubo a transeunte diferem entre os gêneros.

3ª Questão: A distribuição de frequências dos eventos é uniforme para todos os turnos? As hipóteses são: H_0 : A distribuição de frequências dos eventos é uniforme para todos os turnos e H_1 : A distribuição de frequências dos eventos não é uniforme para todos os turnos.

4ª Questão: A distribuição das frequências da circunstância da vítima estar na companhia de outras pessoas ou não, é uniforme para toda a categoria? As hipóteses são: H_0 : A distribuição das frequências da circunstância da vítima estar na companhia de outras pessoas ou não, é uniforme para toda a categoria e H_1 : A distribuição das frequências da circunstância da vítima estar na companhia de outras pessoas ou não, não é uniforme para toda a categoria.

5ª Questão: A percepção pela vítima da quantidade de autores está associada ao gênero dela? As hipóteses são: H_0 : A percepção pela vítima da quantidade de autores não está associada ao gênero dela e H_1 : A percepção pela vítima da quantidade de autores está associada ao gênero dela.

6ª Questão: Há indícios de associação entre o turno no qual ocorreu o evento e o gênero da vítima? As hipóteses são: H_0 : Não há indícios de associação entre o turno no qual ocorreu o evento e o gênero da vítima e H_1 : Há indícios de associação entre o turno no qual ocorreu o evento e o gênero da vítima.

7ª Questão: Há indícios de associação entre a circunstância da vítima estar na companhia de outras pessoas, ou não, e o turno do evento? As hipóteses são: H_0 : Não há indícios de associação entre a circunstância da vítima estar na companhia de outras pessoas, ou não, e o turno do evento e H_1 : Há indícios de associação entre a circunstância da vítima estar na companhia de outras pessoas, ou não, e o turno do evento.

8ª Questão: Há indícios de associação entre a circunstância da vítima estar na companhia de outras pessoas, ou não, e o gênero da vítima? As hipóteses são: H_0 : Não há indícios de associação entre a circunstância da vítima estar na companhia de outras pessoas ou não, e o, gênero e H_1 : Há indícios de associação entre a circunstância da vítima estar na companhia de outras pessoas ou não é o gênero.

9ª Questão: Há indícios de associação entre a circunstância da vítima estar na companhia de outras pessoas, ou não, e a percepção da quantidade de autores? As hipóteses são: H_0 : Não há indícios de associação entre a circunstância da vítima estar na companhia de outras pessoas, ou não, e a percepção da quantidade de autores e H_1 : Há indícios de associação entre a circunstância da vítima estar na companhia de outras pessoas, ou não, e a percepção da quantidade de autores.

10ª Questão: Há indícios de associação entre a percepção da quantidade de autores e o turno do evento? As hipóteses são: H_0 : Não há indícios de associação entre a percepção da quantidade de autores e o turno do evento e H_1 : Há indícios de associação entre a percepção da quantidade de autores e o turno.

2. ANÁLISE DOS DADOS

Este estudo trata-se de pesquisa exploratória quantitativa que usou como fonte de dados os registros de boletins de ocorrências - BO (doravante referido também como evento, ou caso) efetuados pela 11ª DT/DEPOM em Salvador. A amostragem foi conduzida de forma aleatória, compreendeu os anos de 2021, 2022 e 2023 e teve como critérios de inclusão registrar uma única vítima maior de 20 anos de idade (Tabela 1).

Tabela 1 – Amostragem dos boletins de ocorrências efetuados pela Polícia Civil na 11ª Delegacia Territorial instalada no Município de Salvador, no período de 2021 a 2023

Ano	Quantidade de amostras
2021	51
2022	214
2023	155
Total Geral	420

Fonte: Autor.



A Tabela 1 apresenta a amostragem dos boletins de ocorrência (BOs) registrados pela 11ª DT/DEPOM, no período de 2021 a 2023, totalizando 420 unidades analisadas. Observa-se uma distribuição desigual ao longo dos anos, com um aumento expressivo no volume de registros amostrados em 2022 (214 BOs), correspondente a 50,95% da amostra total. O ano de 2023 representa 36,91% da amostra (155 BOs), enquanto 2021 possui apenas 12,14% (51 BOs). Essa discrepância sugere que, embora os três anos estejam contemplados, há uma predominância de dados oriundos do biênio mais recente, especialmente 2022, o que pode refletir tanto a intensificação dos registros quanto a melhoria nos processos.

A Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) apresenta Salvador com 2.610.987 habitantes. Nas Tabelas 2, 3 e 4 está a população estimada para Salvador, segundo o sexo e a faixa etária (Prefeitura de Salvador, [s.d.]).

Tabela 2 – População estimada para Salvador, por frequência segundo sexo, ano 2023

Sexo	Frequência
Masculino	1.118.610
Feminino	1.277.924
Total	2.396.534

Fonte: Prefeitura de Salvador. SMS/DVIS/SUIS – População por sexo estimada com base no censo 2010. Para os anos 2022 e 2023 – Dados preliminares e sujeitos a alterações.

A Tabela 2 demonstra que população total estimada para o referido ano é de 2.396.534 habitantes, sendo 1.277.924 do sexo feminino (53,30%) e 1.118.610 do sexo masculino (46,70%). Esses números revelam uma maior proporção de mulheres na composição demográfica da capital baiana, o que pode influenciar análises associadas ao perfil das vítimas, autores ou testemunhas de ocorrências registradas pela Polícia Civil. Considerando que a estrutura populacional interfere diretamente nas dinâmicas de criminalidade, vulnerabilidade social e nas políticas públicas de segurança, a compreensão dessa distribuição por sexo torna-se essencial para a correta interpretação dos dados empíricos da pesquisa. Além disso, os valores destacados servem como parâmetro comparativo para eventuais análises estatísticas, como testes de homogeneidade ou de associação entre variáveis de natureza sociodemográfica e os tipos de ocorrências criminais analisadas.

Tabela 3 – Roubo por gênero

Gênero	Valores observados	Valores esperados
Feminino	157	230,076
Masculino	263	189,924
Total Geral	420	420,000

Fonte: Autor.

Conforme observado na Tabela 3, o número de vítimas do sexo masculino (263) superou significativamente o valor esperado (189,92), enquanto o número de vítimas do sexo feminino (157) foi

inferior ao esperado (230,08). Essa diferença indica uma maior incidência de roubos contra indivíduos do sexo masculino, contrariando a expectativa proporcional.

Tabela 4 – Eventos por turno

Turno	Observado	Esperado
Madrugada	38	105
Manhã	104	105
Tarde	136	105
Noite	142	105

Fonte: Autor.

A Tabela 4 evidencia uma concentração dos crimes de roubo contra transeunte nos turnos da tarde (136 ocorrências) e da noite (142 ocorrências), ambos acima do valor esperado (105). Em contrapartida, a madrugada apresentou número significativamente inferior ao esperado (38 ocorrências). A manhã manteve-se próxima à expectativa (104). Esses dados indicam que a maior parte dos roubos ocorre em horários de maior circulação de pessoas, especialmente no final do dia, possivelmente em razão da movimentação associada ao retorno do trabalho e à redução da vigilância natural em determinados espaços urbanos.

A técnica escolhida para responder as questões da pesquisa foi o teste qui-quadrado (χ^2) de Pearson. Voltado para dados categóricos ele é aplicado com as finalidades de avaliar a qualidade de ajuste, a homogeneidade e a associação entre conjuntos de dados.

Um teste para qualidade de ajuste é utilizado para determinar se a proporção de itens de cada categoria difere de maneira significativa das proporções esperadas. As hipóteses são: $H_0 \Rightarrow$ as proporções de população em cada categoria são consistentes com os valores esperados e $H_1 \Rightarrow$ as proporções de população em cada categoria não são consistentes com os valores esperados.

Um teste para homogeneidade avalia se a distribuição de uma variável não difere em diversas populações de interesse. $H_0 \Rightarrow$ a distribuição não difere em diversas populações de interesse e $H_1 \Rightarrow$ a distribuição difere em diversas populações de interesse.

Um teste para associação busca avaliar se a distribuição de observações de uma variável muda dependendo da categoria da segunda variável. As hipóteses são: $H_0 \Rightarrow$ as variáveis são independentes e $H_1 \Rightarrow$ as variáveis não são independentes.

O tamanho mínimo da amostra foi calculado no G*Power (v. 3.1.9.7), com poder de 80%, nível de significância de 5%, efeito médio ($w = 0,3$) e 1 grau de liberdade, conforme Cohen (1988). O resultado indicou a necessidade de 88 casos por grupo, valor superado pelas 420 observações da pesquisa.

Além das Tabelas 3 e 4, as seguintes Tabelas de Contingência (Tabelas 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, e 12) expõem os dados utilizados nas análises.

**Tabela 5 – Turno 1 e 2**

Turno	Observado	Esperado
Turno 1	240	210
Turno 2	180	210
Total	420	420

Fonte: Autor.

A Tabela 5 apresenta a distribuição dos crimes de roubo entre os Turnos 1 (manhã e tarde) e 2 (noite e madrugada). Observa-se que o Turno 1 concentrou 240 ocorrências, número superior ao valor esperado (210), enquanto o Turno 2 registrou 180, abaixo da expectativa. Esses dados indicam maior incidência de roubos durante o período diurno, possivelmente em função da maior circulação de pessoas e oportunidades para a ação criminosa.

Tabela 6 – Vítima acompanhada (Não/Sim)

Vítima acompanhada	Observado	Esperado
Não	354	210
Sim	66	210
Total	420	420

Fonte: Autor.

A Tabela 6 demonstra uma diferença expressiva na incidência de roubos entre vítimas desacompanhadas e acompanhadas. O número de vítimas que estavam sozinhas no momento do crime (354) foi significativamente superior ao valor esperado (210), enquanto vítimas acompanhadas apresentaram número muito inferior (66). Esses dados indicam que a presença de acompanhantes atua como fator de dissuasão para os ofensores, tornando indivíduos desacompanhados alvos preferenciais.

Tabela 7 – Gênero da Vítima x Quantidade de Autores

Gênero	Um	Mais de um	Total
Feminino	77	80	157
Masculino	66	197	263
Total	143	277	420

Fonte: Autor.

A Tabela 7 apresenta a relação entre o gênero da vítima e a quantidade de autores envolvidos no crime de roubo. Verifica-se que, entre as vítimas do sexo feminino, os crimes foram cometidos de forma equilibrada entre um autor (77 casos) e mais de um autor (80 casos). Já entre as vítimas do sexo masculino, observa-se predominância de roubos praticados por mais de um autor (197 casos), em comparação a 66 casos com apenas um autor. Esses dados sugerem que os homens tendem a ser vitimados com maior frequência por grupos de ofensores, o que pode indicar abordagens mais organizadas e violentas. A diferença no padrão de ação em relação ao gênero da vítima pode estar associada a estratégias distintas adotadas pelos criminosos, influenciadas por fatores como resistência esperada, localização e perfil do bem subtraído.

Tabela 8 – Gênero da Vítima x Turno do Evento

Gênero	Turno 1	Turno 2	Total
Feminino	101	56	157
Masculino	139	124	263
Total	240	180	420

Fonte: Autor (2024).

A Tabela 8 relaciona o gênero da vítima com o turno em que ocorreu o roubo. Os dados indicam que tanto mulheres quanto homens foram mais vitimados no Turno 1 (manhã e tarde), com 101 e 139 casos, respectivamente. No entanto, observa-se que os homens também apresentaram alta vitimização no Turno 2 (noite e madrugada), com 124 registros, enquanto as mulheres foram significativamente menos vitimadas nesse período (56 casos). Esses resultados sugerem que indivíduos do sexo masculino estão mais expostos ao risco em ambos os turnos, especialmente à noite, o que pode estar relacionado a padrões de mobilidade urbana, jornadas de trabalho e estilos de vida distintos entre os gêneros.

Tabela 9 – Turno x Circunstância

Turno	Não	Sim	Total
Turno 1	210	30	240
Turno 2	144	36	180
Total	354	66	420

Fonte: Autor.

A Tabela 9 analisa a relação entre o turno de ocorrência do roubo e a circunstância de a vítima estar acompanhada ou não. No Turno 1 (manhã e tarde), 210 vítimas estavam sozinhas e 30 acompanhadas. No Turno 2 (noite e madrugada), 144 estavam sozinhas e 36 acompanhadas. Embora a maioria das vítimas em ambos os turnos estivesse desacompanhada, observa-se que, proporcionalmente, a presença de vítimas acompanhadas foi mais comum no Turno 2 (20%) do que no Turno 1 (12,5%). Esse dado sugere que, mesmo em grupo, há maior exposição ao risco durante a noite e madrugada, o que pode refletir menor efetividade da presença de acompanhantes nesse período ou maior ousadia dos ofensores em ambientes com baixa vigilância.

Tabela 10 – Gênero x Circunstância

Gênero	Não	Sim	Total
Feminino	132	25	157
Masculino	222	41	263
Total	354	66	420

Fonte: Autor.

A Tabela 10 indica que, independentemente do gênero, a maioria das vítimas estava desacompanhada no momento do roubo. No entanto, observa-se proporção levemente maior de mulheres acompanhadas (15,9%) em comparação aos homens (15,6%). A diferença entre os grupos é



pequena, sugerindo que o fator “acompanhamento” incide de forma semelhante entre os gêneros, sem influência significativa na distribuição observada.

Tabela 11 – Quantidade de Autores x Circunstância

Quantidade de Autores	Não	Sim	Total
Mais de um	230	47	277
Um	124	19	143
Total	354	66	420

Fonte: Autor.

A Tabela 11 mostra que a maioria dos roubos, tanto contra vítimas desacompanhadas quanto acompanhadas, foi praticada por mais de um autor. Destaca-se que, entre os crimes com vítimas acompanhadas, 71,2% foram cometidos por grupos, indicando preferência dos ofensores por agir em coletivo mesmo diante de maior risco.

Tabela 12 – Turno x Percepção da Quantidade de Autores

Turno	Mais de um	Um	Total
Turno 1	154	86	240
Turno 2	123	57	180
Total	277	143	420

Fonte: Autor.

A Tabela 12 revela que, em ambos os turnos, predominam os roubos praticados por mais de um autor. No Turno 1 (manhã e tarde), 64,2% dos crimes envolveram múltiplos ofensores; no Turno 2 (noite e madrugada), essa proporção foi de 68,3%. Os dados indicam padrão consistente de atuação em grupo ao longo do dia, com leve aumento no período noturno, o que pode refletir maior percepção de impunidade e menor vigilância no turno 2.

No Quadro 1, a seguir, estão os resultados dos testes qui-quadrado, aplicados para responder aos 10 quesitos apresentados. As operações foram conduzidas utilizando o software JAMOV na versão 2.3.28.0 (The Jamovi Project, 2023).

Quadro 1 – Resumo dos testes qui-quadrado

Continua

Questão	Teste aplicado	Tabela utilizada	GL	Qui-quadrado		Exato de Fisher Valor-p	Decisão	Conclusão	V de Cramér	Phi
				Valor	Valor-P					
1	Ajuste	Tabela 3	1	51,20	0,000	Não calculado	Rejeitar H zero	As proporções não são consistentes com os valores esperados	Não calculado	Não calculado
2	Homogeneidade	Tabela 3	1	26,80	0,000	Não calculado	Rejeitar H zero	As distribuições das subcategorias não são homogêneas	Não calculado	Não calculado
3A	Homogeneidade	Tabela 4	3	65,00	0,000	Não calculado	Rejeitar H zero	As distribuições das subcategorias não são homogêneas	Não calculado	Não calculado

Quadro 1 – Resumo dos testes qui-quadrado
Conclusão

Questão	Teste aplicado	Tabela utilizada	GL	Qui-quadrado		Exato de Fisher Valor-p	Decisão	Conclusão	V de Cramér	Phi
				Valor	Valor-P					
3B	Homogeneidade	Tabela 5	1	8,57	0,003	Não calculado	Rejeitar H zero	As distribuições das subcategorias não são homogêneas	Não calculado	Não calculado
4	Homogeneidade	Tabela 6	1	197,00	0,000	Não calculado	Rejeitar H zero	As distribuições das subcategorias não são homogêneas	Não calculado	Não calculado
5	Associação	Tabela 7	1	25,10	0,000	0,000	Rejeitar H zero	Os fatores não são independentes	0,245	0,245
6	Associação	Tabela 8	1	5,29	0,021	0,025	Rejeitar H zero	Os fatores não são independentes	0,112	0,112
7	Associação	Tabela 9	1	4,37	0,037	0,042	Rejeitar H zero	Os fatores não são independentes	0,102	0,102
8	Associação	Tabela 10	1	0,08	0,927	1,000	Não Rejeitar H zero	Os fatores são independentes	Não calculado	Não calculado
9	Associação	Tabela 11	1	0,97	0,326	0,396	Não Rejeitar H zero	Os fatores são independentes	Não calculado	Não calculado
10	Associação	Tabela 12	1	0,80	0,373	0,372	Não Rejeitar H zero	Os fatores são independentes	Não calculado	Não calculado

Fonte: Autor.

Em análise ao Quadro 1, é possível identificar padrões estatisticamente significativos entre variáveis-chave do estudo. As análises de ajuste e homogeneidade (questões 1 a 4) indicaram rejeição da hipótese nula em todos os casos, demonstrando que as proporções observadas diferem significativamente das esperadas e que as distribuições das categorias analisadas não são homogêneas.

Nos testes de associação (questões 5 a 10), observou-se dependência estatística significativa entre as variáveis gênero e quantidade de autores (Q5), gênero e turno (Q6), e turno e circunstância de acompanhamento (Q7), com valores-p inferiores a 0,05 e magnitudes de associação fracas a moderadas, conforme os valores de *V de Cramér* e *Phi*. Por outro lado, não houve associação significativa entre as variáveis gênero e circunstância (Q8), quantidade de autores e circunstância (Q9), nem entre turno e quantidade de autores (Q10), indicando independência estatística nesses casos.

Esses resultados orientam a priorização de determinadas variáveis no planejamento preventivo e no desenvolvimento de políticas públicas, ao evidenciar que determinados perfis e contextos apresentam maior correlação com a incidência de roubos contra transeuntes.

Ainda em relação ao Quadro 1, especificamente para as questões 5, 6 e 7, foram encontrados indícios de associação entre as categorias exibidas nas Tabelas 7, 8 e 9, conduzindo para as seguintes conclusões:

- a) a percepção pela vítima da quantidade de autores está associada ao gênero dela;



b) há indícios de associação entre o turno no qual ocorreu o evento e o gênero da vítima;

c) há indícios de associação entre a circunstância da vítima estar na companhia de outras pessoas, ou não, e o turno do evento.

O V de Cramér³ é uma medida de tamanho do efeito – ES, para o teste qui-quadrado de independência e do grau de associação entre duas categorias (IBM Corporation, 2005). A medida (que oscila entre 0 e 1), foi de 0,102; 0,112 e 0,245 para as conclusões das letras “a”, “b” e “c” acima, respectivamente. Utilizando a Tabela 14 como referência, (vez que todos em todos os casos o Grau de Liberdade – GL é 1 em tabelas 2 x 2), ocorre que os Tamanhos do Efeito nas três medidas oscilaram entre moderado e fraco, indicando associações entre moderada e fraca, mas, mesmo assim, estatisticamente significativas. O coeficiente de correlação de Φ^4 , (W de Cohen), é outra medida para a força da associação entre duas variáveis categóricas adequado para tabelas 2 x 2 que oscila entre -1 e 1 sendo zero ausência de associação (Allen, 2017).

Tabela 13 – Interpretação do Tamanho do Efeito

Tamanho do Efeito (ES)	Interpretação
$ES \leq 0,2$	O resultado é fraco. Embora o resultado seja estatisticamente significativo, os campos são apenas fracamente associados.
$0,2 < ES \leq 0,6$	O resultado é moderado. Os campos são moderadamente associados.
$ES > 0,6$	O resultado é forte. Os campos são fortemente associados.

Fonte: IBM Corporation (2005).

A Tabela 13 apresenta a interpretação dos tamanhos do efeito com base nos valores de associação (V de Cramér ou Φ), conforme parâmetro da IBM (2005). Efeitos com valores iguais ou inferiores a 0,2 são considerados fracos, indicando associações limitadas entre as variáveis. Valores entre 0,2 e 0,6 correspondem a associações moderadas, com implicações mais relevantes para análise e tomada de decisão. Já valores superiores a 0,6 indicam associações fortes, demonstrando alta interdependência entre os campos analisados. Essa classificação é fundamental para complementar a análise estatística, pois mesmo quando há significância estatística, a magnitude do efeito determina a relevância prática do achado para fins científicos e aplicados.

Na Figura 1 está a o Diagrama de Árvore de Probabilidade onde as categorias com indícios de associação estão dispostas, tudo descrito na legenda na Tabela 14:

³ O Coeficiente de Cramér, ou V de Cramér, ou Φ primer de Cramér, é o mais conhecido para medir associação em tabelas r x s e com melhores propriedade. Para tabelas 2 x 2 o V de Cramér é igual ao coeficiente Φ (Sonia, 2018).

⁴ O Coeficiente Φ - $\emptyset$, também é conhecido como W de Cohen $-1 \leq \emptyset \leq 1$.



A partir da Árvore de Probabilidades foi construída a Tabela 14 de Probabilidades:

Tabela 14 – Probabilidades

Evento	Descrição	Probabilidade
1	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 2, com mais de um autor percebido, a vítima ser do gênero masculino e estar acompanhada é de:	0,2154
2	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 1, com mais de um autor percebido, a vítima ser do gênero masculino e estar acompanhada é de:	0,2071
3	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 1, com apenas um autor percebido, a vítima ser do gênero feminino e estar acompanhada é de:	0,1095
4	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 1, com mais de um autor percebido, a vítima ser do gênero feminino e estar acompanhada é de:	0,1048
5	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 2, com mais de um autor percebido, a vítima ser do gênero feminino e estar sozinha é de:	0,0790
6	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 1, com apenas um autor percebido, a vítima ser do gênero masculino e estar acompanhada é de:	0,0786
7	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 2, com apenas um autor percebido, a vítima ser do gênero feminino e estar acompanhada é de:	0,0548
8	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 2, com apenas um autor percebido, a vítima ser do gênero masculino e estar acompanhada é de:	0,0524
9	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 2, com mais de um autor percebido, a vítima ser do gênero feminino e estar acompanhada é de:	0,0512
10	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 1, com mais de um autor percebido, a vítima ser do gênero masculino e estar sozinha é de:	0,0333
11	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 1, com mais de um autor percebido, a vítima ser do gênero feminino e estar sozinha é de:	0,0165
12	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 2, com mais de um autor percebido, a vítima ser do gênero masculino e estar sozinha é de:	0,0157
13	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 2, com apenas um autor percebido, a vítima ser do gênero feminino e estar sozinha é de:	0,0143
14	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 2, com apenas um autor percebido, a vítima ser do gênero masculino e estar sozinha é de:	0,0143
15	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 1, com apenas um autor percebido, a vítima ser do gênero masculino e estar sozinha é de:	0,0119
16	A probabilidade de ocorrido o evento roubo a transeunte, no Turno 1, com apenas um autor percebido, a vítima ser do gênero feminino e estar sozinha é de:	0,0048

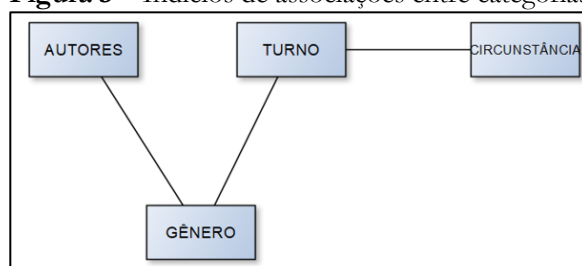
Fonte: O Autor.

A Tabela 14 apresenta as probabilidades condicionais estimadas para diferentes combinações de variáveis associadas ao crime de roubo contra transeunte, considerando turno, quantidade de autores, gênero da vítima e circunstância (acompanhada ou não). Observa-se que os maiores valores de probabilidade estão associados a vítimas do sexo masculino, acompanhadas, e alvos de ações com múltiplos autores, tanto no turno diurno (0,2071) quanto no noturno (0,2154). Esses resultados sugerem que, mesmo quando acompanhadas, vítimas do sexo masculino são alvos recorrentes.

Em contrapartida, os menores valores de probabilidade concentram-se nas situações em que a vítima é feminina, está sozinha e o roubo é praticado por um único autor no turno diurno (0,0048), o que indica baixa incidência desse perfil. De modo geral, as ações coletivas (mais de um autor) e os turnos com maior fluxo urbano (especialmente o Turno 1) concentram os eventos mais prováveis.

Na Figura 3 estão representados os indícios de relações entre as categorias que foram identificados e analisados. Os Gráficos 1, 2 e 3 exibem as frequências para as categorias ditas associadas.

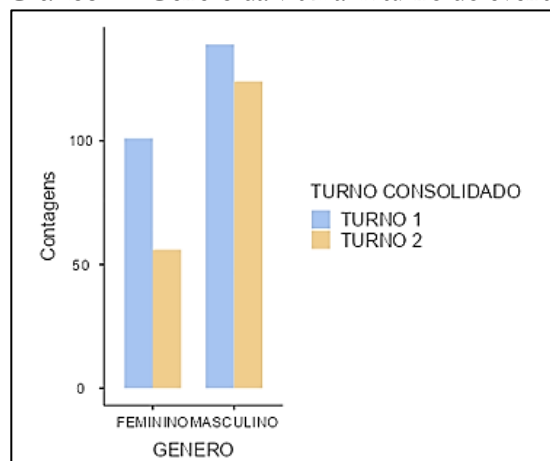
Figura 3 – Indícios de associações entre categorias



Fonte: O Autor.

A Figura 3 ilustra os indícios de associações estatisticamente significativas entre as variáveis analisadas no estudo, conforme demonstrado nos testes qui-quadrado. Observa-se a existência de relações entre o gênero da vítima e a quantidade de autores envolvidos no roubo, indicando que o perfil da vítima influencia o número de ofensores; entre gênero e turno do delito, evidenciando padrões distintos de vitimização ao longo do dia para homens e mulheres; e entre turno e circunstância da vítima (se estava acompanhada ou não), sugerindo que o período do dia está associado à configuração situacional do crime.

Gráfico 1 – Gênero da vítima X turno do evento



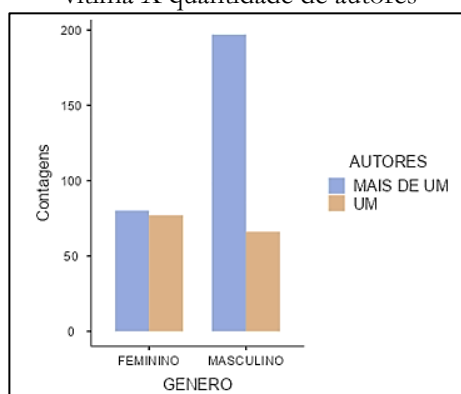
Fonte: O Autor.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição das ocorrências de roubo contra transeunte segundo o gênero da vítima e o turno consolidado do evento (Turno 1 – manhã e tarde; Turno 2 – noite e madrugada). Observa-se que, no Turno 1, tanto mulheres quanto homens foram mais vitimados, com



destaque para o sexo masculino, que apresentou o maior número absoluto de casos. No Turno 2, entretanto, a diferença entre os gêneros torna-se mais evidente: enquanto as vitimizações de homens mantêm-se elevadas, os registros envolvendo mulheres caem significativamente. Esses dados sugerem que o risco relativo de vitimização por turno varia conforme o gênero, com maior exposição masculina no período noturno, o que pode refletir padrões diferenciados de mobilidade urbana e comportamento situacional entre homens e mulheres.

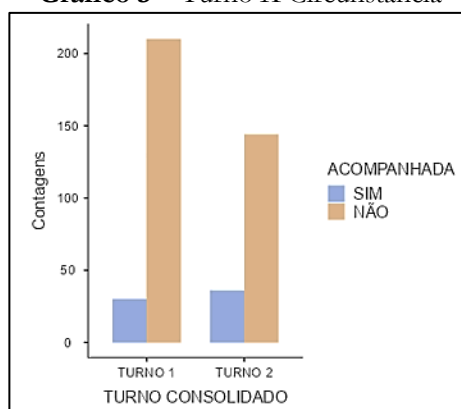
Gráfico 2 – Gênero da vítima X quantidade de autores



Fonte: O Autor.

O Gráfico 2 demonstra a relação entre o gênero da vítima e a quantidade de autores envolvidos nos crimes de roubo contra transeuntes. Verifica-se que, para vítimas do sexo feminino, os delitos se distribuíram de forma equilibrada entre ações com um único autor e ações com múltiplos autores. Em contraste, entre as vítimas do sexo masculino, há clara predominância de roubos praticados por mais de um autor, representando quase o triplo das ocorrências em relação aos casos com um só infrator. Esse padrão sugere que ofensores tendem a agir em grupo quando a vítima é do sexo masculino, possivelmente em razão de fatores como resistência esperada, localização ou perfil dos bens subtraídos.

Gráfico 3 – Turno X Circunstância



Fonte: O Autor.

O Gráfico 3 apresenta a relação entre o turno consolidado (Turno 1 – manhã e tarde; Turno 2 – noite e madrugada) e a circunstância da vítima no momento do roubo (acompanhada ou não). Observa-se que, em ambos os turnos, a maioria das vítimas estava desacompanhada, com maior concentração no Turno 1. No entanto, nota-se um aumento proporcional de vítimas acompanhadas no Turno 2, indicando que a presença de acompanhantes é relativamente mais frequente no período noturno. Esse padrão pode refletir mudanças no comportamento de circulação urbana, como deslocamentos noturnos em grupo, embora isso não reduza significativamente a vulnerabilidade à ação criminosa.

O passo seguinte foi calcular *post hoc* o Poder do Teste para as questões que não apresentaram indícios de associações entre as categorias. Os resultados estão na Tabela 15 e foram obtidos utilizando a aplicação disponibilizada por Borges (2021) PSS *Health Power and Sample Size for Health Researchers* na versão *online*.

Tabela 15 – Poder dos Testes de Associação - *Post Hoc*

Questão	Tamanho da amostra	Grau de liberdade	Alfa	W de Cohen	Poder do teste 1 - beta
8	420	1	0,05	0,004	5,1%
9	420	1	0,05	0,048	16,6%
10	420	1	0,05	0,044	14,7%

Fonte: O Autor.

A Tabela 15 apresenta a análise de poder estatístico (*post hoc*) dos testes de associação referentes às questões 8, 9 e 10, que não apresentaram significância estatística. Apesar da amostra total ser adequada ($n = 420$), os valores de *W de Cohen* encontrados foram muito baixos (entre 0,004 e 0,048), o que resultou em poderes estatísticos insuficientes: 5,1%, 16,6% e 14,7%, respectivamente. Esses valores indicam alta probabilidade de erro tipo II (falsa aceitação da hipótese nula), o que compromete a confiabilidade das conclusões de independência nas associações testadas. Assim, recomenda-se cautela na interpretação desses resultados e sugere-se a realização de estudos adicionais com delineamentos capazes de captar efeitos pequenos com maior precisão.

Nas Tabelas 16, 17 e 18 estão as Razões de Possibilidades para a ocorrência de roubo a transeunte associada as Tabelas de Contingência 7, 8 e 9.

Tabela 16 – Razão de Possibilidade: Gênero x Turno

Gênero	Turno 1	Turno 2
Feminino	1,61	0,62
Masculino	0,62	1,61

Fonte: O Autor.

A Tabela indica que mulheres têm 1,61 vezes mais chance de serem vitimadas no Turno 1 (manhã e tarde) em comparação ao Turno 2 (noite e madrugada), enquanto os homens apresentam o padrão oposto, com 1,61 vezes mais chance de serem vitimados no Turno 2. Esses dados sugerem uma associação entre o perfil da vítima e a faixa temporal do crime, evidenciando padrões distintos de vulnerabilidade por gênero, o que pode orientar ações preventivas segmentadas por turno e público-alvo.



Tabela 17 – Razão de Possibilidade: Gênero x Autores

Gênero	Mais de um	Um
Feminino	0,34	2,87
Masculino	2,87	0,34

Fonte: O Autor.

A Tabela 17 indica que mulheres têm 2,87 vezes mais chance de serem vitimadas por apenas um autor, enquanto os homens têm 2,87 vezes mais chance de serem vitimados por mais de um autor. A razão inversa para os dois grupos reforça a existência de um padrão distinto de abordagem conforme o gênero da vítima, sugerindo que os ofensores tendem a agir individualmente contra mulheres e em grupo contra homens.

Tabela 18 – Razão de Possibilidade: Turno x Circunstância

Turno	Sim	Não
Turno 1	0,57	1,75
Turno 2	1,75	0,57

Fonte: O Autor.

A Tabela indica que, no Turno 2 (noite e madrugada), a chance de a vítima estar acompanhada é 1,75 vez maior em relação ao Turno 1 (manhã e tarde). Por outro lado, no Turno 1, a probabilidade de a vítima estar sozinha é 1,75 vez maior do que no Turno 2. Esses resultados revelam que, embora a maior parte dos roubos ocorra contra vítimas desacompanhadas, há maior incidência relativa de vítimas acompanhadas no período noturno, o que pode indicar maior exposição a risco coletivo em ambientes de baixa vigilância, exigindo estratégias diferenciadas de policiamento para esse contexto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise estatística dos 420 boletins de ocorrência permitiu a identificação de padrões relevantes nas circunstâncias em que os crimes de roubo contra transeuntes ocorreram na cidade de Salvador. Os dados foram tratados com o teste do qui-quadrado de Pearson, conforme detalhado na seção metodológica, sendo complementados por medidas de associação (*V de Cramér*), cálculo do poder dos testes (*post hoc*) e razões de possibilidade (*odds ratio*).

3.1 Distribuição das variáveis e frequência observada

Inicialmente, observou-se que as frequências relativas ao gênero das vítimas nos boletins não refletiram a composição da população geral do município, de acordo com dados censitários (IBGE, 2023). A proporção de vítimas do sexo masculino foi superior à do sexo feminino, em desconformidade com a distribuição demográfica da cidade, o que sugere seletividade nas condições de vitimização.

Da mesma forma, a distribuição dos turnos de ocorrência do crime também não foi uniforme: os dados apontaram maior concentração de registros no período noturno e na madrugada, o que corrobora achados anteriores (Mello *et al.*, 2008; Caminhas; Filho, 2021). A análise também evidenciou que, durante o dia (Turno 1), as vítimas mais recorrentes foram mulheres, geralmente sozinhas; já à noite (Turno 2), predominaram vítimas do sexo masculino, frequentemente em situações com mais de um autor envolvido.

3.2. Associações significativas entre variáveis

A aplicação do teste de associação identificou três relações estatisticamente significativas:

- a) Gênero da vítima e número de autores percebidos ($\chi^2 = 25,10$; $p < 0,001$; $V = 0,245$);
- b) Gênero da vítima e turno da ocorrência ($\chi^2 = 5,29$; $p = 0,021$; $V = 0,112$);
- c) Turno da ocorrência e condição da vítima estar ou não acompanhada ($\chi^2 = 4,37$; $p = 0,037$; $V = 0,102$).

Esses resultados indicam que tais variáveis não são independentes, ou seja, há uma relação significativa entre elas, embora de intensidade considerada fraca a moderada, conforme os valores do *V de Cramér*.

Essas associações sugerem que os agressores selecionam suas vítimas com base em critérios de oportunidade e risco percebido, em consonância com a teoria da escolha racional (Becker, 1968, 1978) e a teoria econômica do crime (Frahm, 2019). Durante o dia, a presença de mulheres desacompanhadas pode representar, para os agressores, uma situação de menor risco e maior controle do evento. À noite, com menor circulação feminina isolada e maior risco percebido, os roubos tendem a ser realizados em grupo e contra vítimas do sexo masculino.

3.3. Razões de possibilidade (*odds ratios*)

A análise das razões de possibilidade reforça as conclusões anteriores:

- a) No turno diurno ([6, 18]), a chance da vítima ser mulher e estar sozinha foi superior;
- b) No turno noturno ([18, 6]), prevaleceram vítimas do sexo masculino e a presença de dois ou mais agressores;
- c) Entre os homens, a chance de perceber mais de um autor foi maior; entre as mulheres, a percepção de um único autor foi mais frequente.

Esses achados indicam um padrão comportamental dos agressores alinhado a uma lógica de maximização de ganhos com minimização de riscos, corroborando a literatura criminológica que



associa o delito à racionalidade prática e à vulnerabilidade percebida da vítima (BBC Brasil, 2012; Caminhas; Filho, 2021).

3.4. Testes sem significância e análise *post hoc*

Para as demais combinações de variáveis - como entre o gênero da vítima e a condição de estar ou não acompanhada, ou entre o turno e o número de autores percebidos - não foram observadas associações estatisticamente significativas. Contudo, o cálculo do poder dos testes *post hoc* indicou insuficiência estatística para rejeição segura das hipóteses nulas nesses casos, o que sugere a necessidade de amostras maiores em futuras investigações para confirmação ou refutação desses padrões.

4. CONCLUSÕES

As análises estatísticas realizadas com base nos boletins de ocorrência registrados na 11ª Delegacia Territorial de Salvador (BA) permitiram identificar associações estatisticamente significativas entre o gênero da vítima e a quantidade de autores percebidos, entre o gênero e o turno da ocorrência, bem como entre o turno e a circunstância de a vítima estar ou não acompanhada. Embora essas associações apresentem efeitos de baixa magnitude, elas revelam padrões relevantes de seletividade nos crimes de roubo contra transeuntes. Por outro lado, não foram identificadas associações estatisticamente significativas entre o gênero da vítima e a circunstância de acompanhamento, entre a quantidade de autores e a circunstância da vítima, nem entre o turno e a quantidade de autores. No entanto, os testes *post hoc* evidenciaram baixos poderes estatísticos nesses casos, limitando a generalização dos achados e exigindo cautela na interpretação das independências observadas.

As distribuições das variáveis nos boletins de ocorrência não seguiram padrões homogêneos, e os dados observados não foram consistentes com as proporções populacionais do município. As razões de possibilidade reforçaram os achados descritivos e indicaram que, no período diurno, mulheres desacompanhadas têm maior chance de vitimização, enquanto à noite prevalecem roubos com múltiplos autores vitimando homens. Esses padrões podem refletir escolhas estratégicas por parte dos ofensores, conforme postulam a teoria da escolha racional e a teoria econômica do crime, priorizando alvos com menor capacidade de reação ou maior vulnerabilidade percebida. Além disso, as vítimas do sexo feminino tenderam a perceber apenas um autor, o que pode estar relacionado a fatores perceptivos ou cognitivos, como sugerido por estudos de atenção seletiva com base em gênero.

As hipóteses levantadas sobre a atuação diferenciada de agressores conforme o gênero da vítima, o turno da ocorrência e a circunstância situacional do evento encontram respaldo empírico preliminar nos dados analisados, mas não podem ser confirmadas com segurança em razão das limitações do método. Por se tratar de um estudo quantitativo, baseado exclusivamente em registros administrativos, limitações como subnotificação, inconsistências descritivas e ausência de variáveis

contextuais importantes restringem o aprofundamento da análise. Assim, os achados devem ser considerados como indicativos, e não conclusivos.

Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem a base empírica, incluindo outras regiões e períodos, incorporem variáveis sociodemográficas das vítimas e características dos autores, e utilizem métodos mistos que combinem abordagens quantitativas e qualitativas. Entrevistas com vítimas e análise contextual das ocorrências podem oferecer subsídios para compreender, com maior profundidade, os fatores que influenciam a dinâmica desses crimes nos espaços urbanos.

Por fim, os resultados apresentados oferecem subsídios relevantes para o planejamento estratégico das ações de policiamento ostensivo, orientado por evidências e focado na prevenção situacional. Ao compreender os padrões de vitimização segundo gênero, turno e circunstância, os órgãos de segurança pública poderão formular respostas mais eficientes e sensíveis às particularidades sociais e territoriais da criminalidade urbana.

REFERÊNCIAS

ACPO. **ACPO Investigation of volume crime manual**. Wales and Northern Ireland: Association of Chief Police Officers of England, 2002.

ALLEN, M. **The SAGE Encyclopedia of communication research methods**. London: SAGE Publications, 2017.

BBC BRASIL. **G1 - Homens e mulheres enxergam de maneiras diferentes, diz estudo - notícias em Ciência e Saúde**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2012/09/homens-e-mulheres-enxergam-de-maneiras-diferentes-diz-estudo.html>. Acesso em: 6 out. 2023.

BECKER, G. S. **The economic approach to human behavior**. Chigado: University of Chicago, 1978.

BECKER, G. S. Crime and punishment: an economic approach. **Journal of Political Economy**, mar. 1968, v. 76, n. 2, p. 169–217. Acesso em: 26 jul. 2021.

BITTENCOURT, M. B.; TEIXEIRA, A. N. Estrutura social e dinâmica da violência: determinantes sociais dos homicídios intencionais nas microrregiões brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 40, p. e0240, 12 maio 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/mbcYGX6j9j4xGc98xBYFnqP/>. Acesso em: 16 set. 2023.

BORGES, R. B. *et al.* **PSS Health - Power and sample size for health researchers: uma ferramenta para cálculo de tamanho amostral e poder do teste voltado a pesquisadores da área da saúde**. Disponível em: https://hcpa-unidade-bioestatistica.shinyapps.io/PSS_Health/. Acesso em: 16 set. 2023.

BUSSAB, W. de O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CAMINHAS, D. A.; FILHO, C. C. B. ‘Todo ladrão vai trabalhar com a sua mente’: O uso da força e de armas nos assaltos em Belo Horizonte, Minas Gerais. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 13, n. 3, p. 645–667, 5 fev. 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/dilemas/a/VpcSXHtNRqHFH3TR7xGxf5M/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CAVALCANTE, Lucidéa; ALMEIDA, Silvia de; REIS, Adrilayne. O modus operandi do crime de roubo a transeuntes em Belém. **Planejamento e políticas públicas**, jul. 2016. p. 167-187. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7367/1/ppp_n47_modus.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

COHEN, J. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. 2. ed. United States of America: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

DINIZ, B. F. Novas perspectivas na investigação da criminalidade de massa e sua importância para o enfrentamento do crime organizado. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, v. 8, n. 1, p. 183-207, 17 jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pf.gov.br:443/index.php/RBCP/article/view/497>. Acesso em: 12 mar. 2022.

DOMICIANO, Felipe Aquino; MOREIRA, Ma Dalba Maxiamiano; LOPES, Wérika. Roubo a transeunte e formas de prevenção na cidade de Goiânia no último biênio. **Revista de Trabalhos Acadêmicos - Universo - Goiânia**, v. 0, n. 0, 2017. Disponível em: <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=3GOIANIA4&page=article&op=view&path%5B%5D=2882>. Acesso em: 12 fev. 2023.

DOMICIANO, Felipe Aquino; MOREIRA, Ma Dalba Maxiamiano; LOPES, Wérika. Roubo a transeunte e formas de prevenção na cidade de Goiânia no último biênio. **Revista Universo**, 2017. Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=3GOIANIA4&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=2882&path%5B%5D=2800>. Acesso em: 16 set. 2023.

EUR-Lex - 52004DC0165 - EN - EUR-Lex. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52004DC0165>. Acesso em: 12 fev. 2022.

FERREIRA, Luís Henrique Costa. Comparando a criminalidade nas Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) em Salvador, Bahia, Brasil. **Revista do Sistema Único de Segurança Pública**, 5 dez. 2022, v. 1, n. 2, p. 197-219. Disponível em: <https://revistasusp.mj.gov.br/susp/index.php/revistasusp/article/view/97>. Acesso em: 26 ago. 2023.

FRAHM, G. **Rational choice and strategic conflict: the subjetivistic approach to game and decision theory**. Boston: De Gruyter, 2019.

IBGE. **Censo 2022 | IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=resultados>. Acesso em: 21 jul. 2023.

IBM CORPORATION. **Cramér's V - IBM Documentation**. Disponível em: <https://www.ibm.com/docs/en/cognos-analytics/12.0.0?topic=terms-cramrs-v>. Acesso em: 27 ago. 2023.

MELLO, M. N. de *et al.* Análise estatística da ocorrência de roubo a transeunte na região metropolitana de Belém. 2008, Rio de Janeiro: [s.n.], 2008. p. 1–11. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/spolm/sites/www.marinha.mil.br/spolm/files/104_0.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

PINHEIRO, J. I. D. et al. **Estatística básica: a arte de trabalhar com dados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PINTO, J. R. de A.; ROCHA, A. J. R. da; SILVA, R. D. P. da. **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. **Operação Rodeio: PCDF investiga grupo especializado em roubo e receptação de veículos no DF - PCDF**. Disponível em: <https://www.pcdf.df.gov.br/noticias/11157/operacao-rodeio-pcdf-investiga-grupo-especializado-em-roubo-e-receptacao-de-veiculos-no-df>. Acesso em: 6 out. 2023.

PREFEITURA DE SALVADOR. **TabNet Win32 2.7: População estimada para Salvador**. Disponível em: <http://www.tabnet.saude.salvador.ba.gov.br/tabcgi.exe?tabpop/populacao.def>. Acesso em: 21 jul. 2023.



PROVENZA, M. Analisando o Roubo a Transeunte e seus Microdados. **Cadernos de Segurança Pública**, v. 2, p. 58–81, 2011. Disponível em: www.isp.rj.gov.br/revista. Acesso em: 13 fev. 2023.

SONIA, V. **Bioestatística: tópicos avançados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

THE JAMOVİ PROJECT. **user guide - jamovi**. Disponível em: <https://www.jamovi.org/user-manual.html>. Acesso em: 16 set. 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. **Circunstâncias do crime - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/a-doutrina-na-pratica/circunstancias-judiciais-1/circunstancias-do-crime>. Acesso em: 6 out. 2023.

VALENTE, M. M. G. **Criminalidade organizada e criminalidade de massa: interferências e ingerências mútuas**. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009.

VERGAL, S. **A influência dos meios eletrônicos na criminalidade de massa - Jus.com.br | Jus Navigandi**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/85556/a-influencia-dos-meios-eletronicos-na-criminalidade-de-massa>. Acesso em: 12 mar. 2022.

PERCEPÇÕES SOBRE O MEDO DO CRIME E A SENSÇÃO DE SEGURANÇA ENTRE A POPULAÇÃO DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS, ESTADO DE GOIÁS

Daniel Moreira Tavares *

Leon Denis da Costa **

RESUMO: O presente artigo tem como finalidade conhecer aspectos da dinâmica do crime, da sensação de segurança e da relação entre a população montebelense e a Polícia Militar. A pesquisa, com abordagem quantitativa, estrutura-se em um estudo de caso, onde se realizou a aplicação de questionários através da plataforma *Google Forms* junto a sociedade civil da cidade de São Luís de Montes Belos-GO para explorar as percepções de segurança e medo do crime. Com base nos resultados, constatou-se que o medo do crime e a sensação de segurança possuem dimensões emocionais, comportamentais e cognitivas, que evidenciam a complexidade desse fenômeno, reforçando o papel que condicionantes como sexo, vitimização indireta e direta, percepção de desordem, relação de confiança nos órgãos de segurança pública tem na mensuração do medo do crime e do sentimento de (in)segurança. Conclui-se que a Polícia Militar desempenha um papel fundamental no combate a criminalidade no município, proporcionando a população uma cidade tranquila e boa para se morar.

Palavras-chave: medo do crime; sensação de segurança; São Luís de Montes Belos; vitimização.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v7i18.237>

Recebido em 17 de julho de 2024.

Aprovado em 02 de agosto de 2024

* Polícia Militar de Goiás (PMGO). CV: <http://lattes.cnpq.br/9684775151587760>.

** Polícia Militar de Goiás (PMGO). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6252-4542> - CV: <http://lattes.cnpq.br/6061682489349264>



PERCEPTIONS ABOUT FEAR OF CRIME AND THE SENSE OF SAFETY AMONG THE POPULATION OF SÃO LUÍS DE MONTES BELOS, STATE OF GOIÁS

ABSTRACT: The aim of this article is to understand aspects of the dynamics of crime, the feeling of security and the relationship between the Montes Belos community and the Military Police. The research, with a quantitative approach, is structured as a case study, in which questionnaires were applied through the Google Forms platform to civil society in the city of São Luís de Montes Belos-GO to explore perceptions of security and fear of crime. Based on the results, it was found that fear of crime and the feeling of security have emotional, behavioral and cognitive dimensions, which highlight the complexity of this phenomenon, reinforcing the role that conditioning factors such as gender, indirect and direct victimization, perception of disorder, and trust in public security agencies play in measuring fear of crime and the feeling of (in)security. It can be concluded that the Military Police play a fundamental role in combating crime in the municipality, providing the population with a peaceful and good city to live in.

Keywords: fear of crime; sense of security; São Luís de Montes Belos; victimization.

1. INTRODUÇÃO

O aumento do índice de criminalidade na sociedade contemporânea é uma realidade que amedronta grande parte dos indivíduos, que cada vez mais estão se isolando dentro de suas próprias residências frente a sensação de insegurança que assola as sociedades modernas, seja nos grandes centros urbanos ou até mesmo em cidades do interior. O medo do crime é um dos maiores temores, até mesmo em locais onde o índice de criminalidade é baixo como em pequenos municípios. Para perceber a presença do medo e a busca pela segurança basta olhar para a arquitetura dos centros urbanos, as casas transformaram-se em verdadeiras fortalezas, tanto pelo aparato de segurança quanto pelo medo que limitam as atividades sociais.

Rodrigues e Oliveira (2012) afirmam que o medo do crime é uma daquelas temáticas que chama a atenção de muitos atores sociais, justamente, pela razão de ser um fato social que transmite a ideia de oposição entre as normas e valores, causando danos físicos e materiais aos indivíduos. As autoras acrescentam ainda que o medo do crime, bem como seu enfrentamento, passou a serem vistos como uma preocupação pública, sendo geralmente apontado como um obstáculo social, objeto de intervenção e manejo político.

Desta forma, esta pesquisa se justifica em detrimento da sua relevância para a sociedade e instituições de segurança pública de Goiás, pois os estudos sobre vitimização, percepções sobre o medo do crime e a sensação de segurança podem ser utilizados como fontes apropriadas e de suma importância para a elaboração de políticas públicas e também para avaliar o nível de confiança da comunidade nas instituições de justiça criminal, mais especificamente, na Polícia Militar. Esse trabalho também poderá ser usado para analisar o grau e a estrutura da criminalidade em São Luís de Montes Belos-GO, possibilitando conhecer a percepção das pessoas em relação aos serviços de policiamento ostensivo e demais ações de segurança pública como fatores geradores de tranquilidade pública.

Logo, o presente estudo partiu da seguinte questão: como se dá a dinâmica do crime sob a percepção do medo e da sensação de segurança da população de São Luís de Montes Belos-GO. O objetivo deste trabalho foi compreender aspectos da dinâmica do crime, da sensação de segurança e da relação entre a população montebelense e a Polícia Militar. E para a consecução de tal objetivo, a opção metodológica adotada foi a realização de um estudo de caso com recorte quantitativo.

As informações quantitativas foram levantadas a partir de um questionário realizado através da plataforma *Google Forms* junto a sociedade civil, organizado a partir de categorias analíticas, por meio do qual procurou-se traçar o perfil socioeconômico e demográfico das vítimas, as percepções de segurança, os mecanismos de proteção e a relação da população com os órgãos de segurança locais, em especial, a Polícia Militar. Com o propósito ético de preservar a identidade manteve-se o sigilo e a privacidade dos participantes durante todas as etapas do estudo e posteriormente na divulgação científica.



O desenvolvimento deste artigo foi segmentado da seguinte forma: na primeira seção revisou-se a literatura referente a atividade policial, o medo do crime e a sensação de segurança; na segunda, descreveu-se a metodologia utilizada para a realização da pesquisa e, por fim, analisou-se os resultados da pesquisa sobre o medo do crime e a sensação de (in)segurança em São Luís de Montes Belos-GO.

2. ATIVIDADE POLICIAL, MEDO DO CRIME E SENSÇÃO DE SEGURANÇA

O termo policiamento, assim como polícia, está diretamente relacionado à palavra política, logo, foram derivados da palavra grega *polis*. Policiamento referia-se a governança dos Estados e das cidades e, de uma maneira geral, remetia a ideia de regulação da sociedade e gestão administrativa de uma comunidade. O termo grego *politeia* relacionava-se as questões de sobrevivência e ao bem-estar do Estado ou cidade (*polis*). No contexto romano, a palavra *politia*, em latim, poderia ser traduzida, como Estado, se aproximando do significado da palavra *polis*. Já no cenário medieval, esse termo passou a ser usado nas universidades, principalmente, para justificar a autoridade do príncipe sobre seus territórios (Monet, 2001).

Para Monet (2001), mesmo o significado de polícia e policiamento ter passado mudanças ao longo do tempo, deixando de expressar o conjunto da função governamental, a ideia geral que prevalecia, no século XVIII, em relação ao exercício de policiamento referia-se apenas ao ramo da administração geral, ou seja, a regulamentação alusiva a preservação da do trabalho, da tranquilidade pública, da ordem, do comércio e da higiene. Em uma perspectiva complementar, ao analisar o policiamento e a segurança privada, Zanetic (2012) ressalta que a palavra policiamento, a princípio, não estava associada às práticas policiais, esse acontecimento se deu mais recentemente na história, quando houve o ato de centralização dos órgãos de segurança nas mãos do Estado, na metade do século XIX. O termo se consolidou, da mesma forma que o termo polícia, que começou a ser utilizado para designar exatamente a estrutura de funcionários encarregados pela segurança pública do Estado, e também para a garantia da ordem pública, tendo como sua principal característica a competência do uso legítimo da força, que a diferenciava das demais atividades desempenhadas por agentes do Estado.

Dentro desta perspectiva, na busca de desenvolver uma teoria de policiamento, Bayley (2006) ressalta que o agente de segurança pública é reconhecido pela capacidade exclusiva do uso da força física para regular um comportamento e, mais ainda, por ter permissão legal para o emprego que pelo seu efetivo uso real. Afinal, existem outras pessoas que a utilizam e não são agentes de segurança pública, porém, o seu uso é limitado. O autor acrescenta que quanto ao seu uso interno, refere-se ao utilizá-la dentro de uma sociedade, isto é, difere das forças armadas que a usam para ações externas contra estrangeiros.

De acordo com o *Oxford Dictionary*, o termo polícia pode ser conceituado como “uma organização oficial cujo trabalho consiste em fazer as pessoas obedecerem à lei e prevenir e resolver os

problemas relacionados ao crime” (Wehmeier, 2000, p. 1016). Esta definição se apresenta em consonância com a concepção de Bayley (2006, p. 20) que estabeleceu o significado de polícia como “pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através da aplicação da força física”.

Neste contexto, é importante destacar que a função policial está regulamentada pela Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu artigo 144, no parágrafo 5º os seguintes aspectos:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil (Brasil, 1988).

No exposto acima, percebe-se que a segurança pública é uma obrigação do Estado, que tem como objetivo central manter a incolumidade das pessoas, a ordem pública e o patrimônio, sendo a polícia militar, um dos principais órgãos responsáveis por cumprir essa disposição. Aqui, percebe-se a relevância da polícia para a conservação do Estado Democrático de Direito.

No entanto, o conceito de polícia ostensiva é muito amplo e deve ser, portanto, compreendido como a atuação da polícia em perspectiva preventiva, com a finalidade de garantir a ordem pública, mas também repressiva, para restabelecê-la quando necessário. Segundo o Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, o policiamento ostensivo pode ser definido como a atuação policial, específica das Polícias Militares, isoladamente ou em grupo, podendo ser reconhecida de vislumbre, quer seja pelo uso da farda, quer pelo equipamento, ou pela própria viatura, cujo objetivo é o alcance da ordem pública.

Teza (2011) afirma que o termo polícia ostensiva contém os atributos indispensáveis para a garantia da ordem pública, até mesmo meios administrativos, com o objetivo de evitar a prática de situações que possam romper com a ordem social. No entanto, a polícia ostensiva é uma expressão nova que, de acordo com Lazzarini (1999), foi escolhida para determinar a perspectiva constitucional e definir a ampliação da capacidade dos policiais militares para mais do que o policiamento ostensivo.

De acordo com a Polícia Militar do Distrito Federal (2016), no seu Manual de Policiamento Ostensivo, a palavra ostensivo pode ser conceituado como ação pública de convencer uma pessoa a deixar de fazer alguma coisa, um atributo do agente de segurança pública fardado e com armas, caracterizado pelo instrumento militar empregado, que retrata a força de uma corporação edificada pela hierarquia e disciplina. Para Di Pietro (2010), o policiamento ostensivo tem como objetivo principal atender as urgências básicas de segurança do meio social. Em síntese, pode-se afirmar que o policiamento ostensivo é aquele que é perceptível aos olhos da população, que diz respeito ao agente de segurança pública fardado e nas viaturas.

Diante das normas e conceitos destacados, evidencia-se que a Polícia Militar exerce uma função essencial na redução ou eliminação das práticas delitivas oportunizadas pela sociedade, contribuindo para a redução do índice de criminalidade. Logo, as estratégias policiais empregadas no enfrentamento a criminalidade se pautam em duas funções distintas, sendo que uma delas acontece em circunstâncias normais, isto é, não tendo o rompimento da ordem pública. Nessa primeira situação, a atuação da Polícia Militar se dará de maneira preventiva, buscando evitar o cometimento de crimes, pautando-se, assim, no policiamento ostensivo. A segunda situação, se dará na medida em que a ordem pública foi rompida, ou seja, no momento em que a ordem da sociedade foi deixada de lado. Nesse caso, a atuação será de maneira repressiva (Nascimento; Nascimento, 2018).

Na concepção de Meirelles, Aleixo e Burle Filho (2012), o policiamento preventivo é mais importante, haja vista que ao evitar o rompimento da ordem, impede-se vários prejuízos sociais que não conseguem ser revertidos, desde a perda do patrimônio de grande valor até situações psicológicas promovidas nas vítimas e também em sua família, a sensação de insegurança e tantos outros fatores intrínsecos.

Nesse cenário, pesquisadores e estudiosos buscam compreender os principais fatores que explicam o que levam as pessoas a sentirem medo do crime, como também estudar os impactos que esse medo gera no cotidiano das pessoas. No entanto, em uma perspectiva geral, os estudos em relação ao medo do crime se pautam em duas categorias para explicar esse fenômeno. A primeira categoria trabalha com ênfase nas particularidades que elevam o medo, dentre eles: desordens, desorganização da sociedade, e vulnerabilidades. Já a outra categoria, se pauta no estudo dos elementos que diminuem o medo, por exemplo: vínculos e laços sociais, e coesão social (Franklin; Franklin, 2009).

Com nuances de similaridade, Costa e Durante (2019) afirmam, em sua análise no Distrito Federal, sobre a polícia e o medo do crime que há inúmeros circunstâncias que influenciam para crescer o medo do crime. Entre esses fatores, os autores destacam o ambiente urbano como um potencializador no medo. Além disso, os moradores de ambientes com desorganização (como edifícios e veículos abandonados, terrenos baldios com lixo acumulados) e impolidez (som alto, pichações, prostituição, brigas) estão mais propícios a sentirem mais medo. Os autores acrescentam que o nível dos serviços públicos também afeta imediatamente o sentimento de segurança, ou seja, iluminação, fiscalização do trânsito e os serviços de transporte. Além desses fatores apontados, outro aspecto que influencia imensamente o medo do crime refere-se ao sentimento de qualidade e eficiência dos serviços prestados.

Soares (2008), ao analisar a sensação de insegurança, trabalha com três dimensões teóricas para analisar estas diferentes situações. A primeira delas abrange o conhecimento sobre a violência e os dados sobre a violência. Segundo o autor, para que o indivíduo tenha medo e insegurança é essencial que tenha ciência da situação. A segunda compreende a teoria das janelas quebradas. Essa ideia aponta o princípio da competência involuntária do crime, que consiste na compreensão que o crime se desenvolve começando pequeno e terminando grande - “*Se uma janela de um edifício for quebrada e não for consertada, todas as outras janelas logo serão quebradas*” - estando também ligada à dimensão dos espaços públicos (Wilson; Kelling *apud* Soares, 2008, p. 109, tradução nossa). Assim, para Soares (2008, p. 110,

tradução nossa) “os ambientes públicos ficam restritos a certos horários e espaços e, a partir do momento que vão se desvalorizando e sendo abandonados pelos órgãos públicos, acabam se tornando em “não lugares”, ou melhor dizendo, espaços adequados para a prática de crimes”.

Por fim, a terceira dimensão teórica utilizada por Soares (2008) para explicar o medo e a insegurança na sociedade, refere-se à questão do ambiente conhecido ou não conhecido. Para o autor, as pessoas tendem se sentir mais confiante e tranquilas em ambientes que conhecem do que naqueles desconhecidos, ou seja, o medo e a insegurança têm correlata espaciais e pode ser analisado em áreas convergentes. Isso quer dizer que quanto mais longe de lugares conhecidos, maior irá ser a sensação de insegurança e sentimento de medo.

As estatísticas publicadas pelo IBGE (2010), sobre as características da vitimização, reforçam a teoria apontada anteriormente. Segundo o relatório divulgado em âmbito nacional, a sensação de segurança reduz à medida que o indivíduo se afasta do seu lar. A estimativa é que 78,6% dos brasileiros se sentem seguros onde reside, quantidade que reduz para 67,1% quando a situação se refere ao bairro e quando a abordagem é referente à cidade, esse número diminui para 52,8%.

A partir desse cenário, Guedes, Cardoso e Agra (2012) destacam, em sua revisão conceitual sobre o medo do crime, dois aspectos conceituais para o sentimento de insegurança. O primeiro aspecto refere-se a insegurança objetiva, que pode ser compreendida como sendo aquela desencadeada precisamente pelo crime e pelos comportamentos desviantes. O segundo aspecto, definida como insegurança subjetiva, está relacionada à ressonância particular e intersubjetiva do medo, que remete a percepções reais ou imaginárias, emoções, crenças e interpretações dos indivíduos sobre o meio. Em suma, pode ser conceituada como sensação de risco.

Nessa perspectiva, Natal e Oliveira (2021) apontam o medo do crime como uma percepção de risco de vitimização, ou seja, os indivíduos a partir de suas experiências avaliam e julgam as probabilidades de serem vítimas de vários crimes, mas também pode estar relacionado com as crenças, sejam elas positivas ou negativas, que acreditam sobre a frequência de delitos no setor onde moram. Neste aspecto, para os autores, perceber o crescimento da violência no seu bairro ou mesmo se sentir inseguro ao caminhar sozinho a noite consistem em uma avaliação sobre os riscos de vitimização, pautada nos diversos dados, vivências e crenças dos indivíduos construídas no cotidiano.

Frente a essa preocupação com o aumento do crime e do medo, houve um aumento nos comportamentos protetivos e as ações restritivas da população. Segundo Cardia (2003), percebe-se que os principais mecanismos de proteção e segurança são adotados pelos moradores de São Paulo mais expostos a violência. Dentre os principais equipamentos protetivos que visam promover a segurança pessoal estão:

Maiores investimentos também são feitos nas moradias daqueles que estão mais expostos à violência: cadeados, grades, cães de guarda, aumento da altura do muro, contratação de vigias, instalação de porteiros eletrônicos ou alarmes são ao menos 3 vezes mais frequente os



entrevistados mais expostos a violência que entre os menos expostos. A adoção destas medidas de segurança tem custos econômicos e custos sociais (Cardia, 2003, p. 317).

Ainda segundo a autora, além das medidas de segurança adotadas acima, percebe-se entre os paulistanos algumas ações restritivas que implicam na mudança de determinados comportamentos, cujo objetivo é evitar as possibilidades de vitimização, dentre elas estão: parar de caminhar por ruas a noite, mudar o caminho percorrido habitualmente, evitar usar certas linhas de ônibus. Há casos extremos, como o de isolamento dos vizinhos, por medo, as pessoas deixam de conversar com a sua vizinhança, ou até mesmo proibem seus filhos de brincarem com outras crianças do bairro ou condomínio (Cardia, 2003).

Nos últimos tempos, o assunto do medo/insegurança ganhou destaque nas pesquisas em relação a violência no Brasil. As pesquisas vêm procurando identificar não só os fatores que levam ao surgimento do medo do crime, como foram lapidando as percepções sobre o sentimento de (in)segurança, mapeando os contextos que contribuem para o aumento da sensação de segurança. As pesquisas mostram que a polícia desempenha um papel essencial neste processo de promoção da ordem pública por meio de estratégias policiais usadas para reduzir o medo, e por conseguinte, aumentar o sentimento de segurança. Entre as formas de práticas policiais utilizadas, sobressaem: o policiamento orientado pela inteligência o policiamento comunitário e solidário, e o trabalho de análise criminal.

Cordner (2010 *apud* Almeida, 2013) destaca que o policiamento orientado para o problema consiste no conhecimento dos problemas existentes, e por conseguinte, no estudo, como antecessora da aplicação das soluções necessárias. O autor acentua ainda que as respostas (soluções) devem ser escolhidas de acordo com a natureza e as causas dos problemas, conforme as discussões expostas no processo de análise. Esse método deve ser visto com uma mente mais aberta e não voltada para métodos tradicionais anteriores. Dessa forma, tanto o estudo, quanto as soluções precisam ser pontuadas cuidadosamente, principalmente, quando se refere à regiões onde o problema é mais concentrado e às pessoas que mais sofrem com isso. As respostas deverão ser implementadas, em seguida, faz-se necessária um estudo detalhado para ver se a questão foi resolvida ou, se apenas, foi deslocada de local.

No que tange a estratégia de policiamento orientado pela inteligência, as instituições policiais, incluindo a Polícia Militar de Goiás (PMGO), tem usado essa ferramenta com o objetivo de produzir conhecimento em relação aos fatos ou circunstâncias de relevância da polícia ostensiva para se antepor as práticas criminosas e, principalmente, para identificar e imobilizar os transgressores habituais, prevenindo, assim, o aumento da criminalidade. Esta compreensão entra em consenso com as afirmações de Alcântara (2011, p. 97), o autor aponta as principais características desse modelo de atuação policial:

[...] destina-se a alcançar a prevenção e redução da criminalidade e a interromper atividades dos infratores; c) emprega uma abordagem de gerenciamento estratégico; d) combina a análise criminal e a Atividade de Inteligência na Inteligência criminal; e) usa a Inteligência criminal para direcionar recursos e decisões policiais; f) concentra as atividades de aplicação da lei em infratores perigosos e contumazes (Alcântara, 2011, p. 97).

Partindo destas análises, o autor afirma que por meio de tal estratégia é possível verificar “[...] à repressão qualificada, à mitigação da criminalidade e da violência, à redução do medo e do crime e, conseqüentemente, às seguranças objetiva e subjetiva” (Alcântara, 2011, p. 99).

Para alcançar esses objetivos, Almeida (2013) demonstra a importância de se implementar outra prática policial denominada de “autor repetido”. Segundo o autor, essa modalidade consiste em um padrão criminal. Logo, se a polícia conhecer esse padrão é possível direcionar estratégias que possibilitam a prevenção do crime. Neste contexto, Clarke e Eck (2003) ressaltam que na criminologia um dos princípios predominantes refere-se ao fato que uma porção pequena de indivíduos são responsáveis por uma grande quantidade de crimes. Os autores acrescentam ainda, com base no estudo de coorte de Marvin Wolfgang na Philadelphia, que 5% dos criminosos são culpados por 40% dos crimes cometidos.

Assim sendo, Clarke e Eck (2003) acreditam que combater os crimes reincidentes, em geral, irá contribuir para a diminuição do crime e em consequência irá melhorar a qualidade de vida. Mas para que isso aconteça, faz-se necessário um maior investimento em pessoal qualificado e meios para se alcançar as informações que possibilitam identificar os criminosos e os crimes reincidentes.

Nesse sentido, a análise criminal é muito importante, na prevenção de crimes, conseqüentemente, para aumentar o sentimento de segurança e diminuir o medo do crime. Clarke e Ecke (2003) evidenciam a importância dos analistas de crime na construção de táticas policiais efetivas, pois que o mesmo trabalha com informações e o emprego de métodos que possibilitam traçar o padrão do crime. Segundo os autores, a análise criminal também contribui para o emprego do policiamento voltado pela inteligência e o orientado para o problema, pois em ambas as estratégias, há a necessidade de informações que orientem as práticas policiais com o objetivo de prevenir o crime.

3. METODOLOGIA

O presente artigo encontra-se no campo da investigação quantitativa, pois se procedeu à aplicação de questionários através da plataforma *Google Forms* junto a sociedade civil da cidade de São Luís de Montes Belos-GO para explorar as percepções de segurança e medo do crime. Ainda adotou-se a pesquisa bibliográfica, de acordo com as orientações de Lakatos e Marconi (2003, p.183), pois, “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”, afinal como esclarece Manzo (1971, p. 32) tal pesquisa “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”.

A amostra foi escolhida aleatoriamente em razão da metodologia aplicada ser de coleta de dados direcionada para a população em geral do município em estudo, podendo qualquer pessoa responder ao questionário. Esta amostra foi edificada em duas etapas distintas. Na primeira etapa, foram

aplicados questionários via plataforma digital, tendo por base o *Instagram* e o *Whatsapp*. Com efeito, o link do formulário de perguntas foi postado nos stories do *Instagram* e enviados no direct. Ainda nesta primeira etapa, procurou-se enviar mensagens direcionadas em grupos de *Whatsapp* para familiares e amigos residentes na cidade de São Luís de Montes Belos-GO. Também foi solicitado o reencaminhamento do mesmo para outros grupos dos participantes da pesquisa.

Na segunda etapa, pretendeu-se estender a pesquisa a uma amostragem mais divergente e diversificada, de forma que não fosse construída somente por familiares e amigos. Dessa forma, foram fixados cartazes com *QR code* em pontos estratégicos da cidade, principalmente em espaços públicos como praças, igrejas, feiras, rodoviária, escolas. Deste modo, foram aplicados os questionários a diferentes indivíduos, sem haver qualquer seleção, e em vários bairros da cidade. Os resultados e discussões dos dados levantados se pautaram em uma análise descritiva porque conforme pontua Gil (2002, p. 42) “algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação”.

No período de 14 de setembro de 2023 a 26 de outubro de 2023 foi aplicado o questionário. Ele foi composto por dezenove questões que permitem averiguar a sensação de segurança e o medo do crime. Dessa forma, o mesmo foi estruturado com os seguintes questionamentos: sociodemográficos (sexo, idade, escolaridade), percepções de insegurança (medo do crime no bairro, horário que sente mais medo, como obtém informação sobre os crimes praticados no bairro), sensação de segurança (ao andar pelas ruas, ao ver uma viatura, diante de ações policiais), sensação de insegurança (desordens físicas e sociais) e a credibilidade/confiança na atuação dos órgãos de segurança pública, bem como a satisfação com os serviços prestados.

Ressalta-se que as perguntas sobre a credibilidade/confiança e satisfação com o serviço dos policiais foram respondidas independentemente de os participantes terem ou não tido contato direto com a polícia. Afinal, se trata de uma pesquisa de opinião pública que busca avaliar as percepções de segurança e medo do crime, consequentemente, analisa-se a atuação da polícia a partir da visão da população em geral, partindo das suas próprias experiências ou por ter presenciado atos violentos de familiares, amigos e/ou vizinhos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Contextualização do município

A cidade de São Luís de Montes Belos, onde foi realizada a pesquisa empírica, está localizada na região Centro Oeste, na microrregião de Anicuns, e se encontra a 120 km da capital Goiânia, a qual é ligada pela GO 060, e a 326 km de Brasília. O município se estende por uma área de 829, 620 km², conforme dados do censo demográfico do IBGE (2022). Limita-se ao norte com o município de Sanclerlândia; ao nordeste, com os municípios de Adelândia e Turvânia; ao sul e sudeste

o município faz fronteira com o município de Firminópolis; a sudoeste limita-se com o município de Aurilândia; e a oeste faz divisa com os municípios de Sanclerlândia e Córrego do Ouro.

Figura 1 – Microrregião São Luís de Montes Belos



Fonte: SEGPLAN (2006) Sudes/Gerência de Desenvolvimento do Oeste.

Localizado em um ponto estratégico, a cidade de São Luís vem atraindo vários investidores, principalmente na área industrial e varejista. Dentre os fatores que explicam esse crescimento estão as duas importantes rodovias (GO 060 e GO 164) que cortam a cidade e possibilitam o escoamento da produção para diversas regiões do Estado e do país. Segundo dados do IBGE (2020), o PIB do município era de R\$37.101,20 mil.

No contexto da segurança pública, o 43º Batalhão de Polícia Militar de Goiás é responsável pelo policiamento preventivo, ostensivo e preservação da ordem pública de dez municípios, dentre eles o de São Luís de Montes Belos, e também de dezesseis povoados da região oeste do Estado de Goiás, contando com um efetivo de setenta e cinco policiais para promover a segurança da sociedade e conter o avanço da criminalidade no território (PMGO, 2023).

Por meio do Decreto nº 9.776, de 30 de dezembro de 2020, São Luís de Montes Belos se tornou sede do 7º Comando Regional da Polícia Militar (CRPM) e também da 7ª Delegacia Regional de Polícia. Tais unidades estavam instaladas nos município de Iporá, mas após um estudo técnico de situação promovido pelas próprias forças policiais, foram transferidas para a cidade de São Luís com a finalidade de dar suporte as demais localidades da região no que tange as políticas de segurança pública (SSP, 2002; PMGO, 2023).

Há ainda a 4ª Companhia Independente de Polícia Militar - Cia de Policiamento Especializado, que tem desempenhado um papel muito importante no policiamento ostensivo, na preservação da ordem pública e no combate as várias formas de crimes na cidade (PMGO, 2023). Neste



contexto, o município também conta com atuação da Guarda Civil Municipal (GCM), instituída pela Lei Complementar nº 21/2022 de 10 de agosto de 2022, que tem como função promover a proteção da população, bens, serviços, instalações públicas municipais, além de dar apoio à administração municipal no âmbito do seu poder de polícia administrativa. Também é responsável pela realização das políticas e diretrizes voltadas à segurança pública, tanto preventiva como a comunitária, dentro das competências legais do município. Atualmente, a GCM conta com efetivo de vinte guardas municipais (Lei Complementar nº 21/2002).

4.2 A Caracterização da amostra dos respondentes

A tabela 1 refere-se às características sociodemográficas dos participantes do estudo, mais concretamente no que concerne ao sexo, a idade e a escolaridade. A amostra foi composta de 153 pessoas, das quais 66 (43,1%) são do sexo feminino e 87 (56,9%) são do sexo masculino. A idade predominante entre os participantes é entre 31 e 50 anos (36,6%) e de 22 a 30 anos (32%). A maioria possui ensino superior completo 74 (48,4%), seguido pelos que possuem ensino médio completo 34 (22,2%).

Tabela 1 – Caracterização da amostra por sexo, idade e escolaridade

Variáveis	Quantidade	(%)
Sexo	153	100
Feminino	66	43,1
Masculino	87	56,9
Idade		
16 até 21 anos	17	11,1
22 a 30 anos	49	32,0
31 a 50 anos	56	36,6
51 a 60 anos	18	11,8
61 anos acima	13	8,5
Grau de escolaridade		
Ensino fundamental completo	6	3,9
Ensino fundamental incompleto	12	7,8
Ensino médio completo	34	22,2
Ensino médio incompleto	14	9,2
Ensino superior completo	74	48,4
Ensino superior incompleto	13	8,5

Fonte: Tavares (2023).

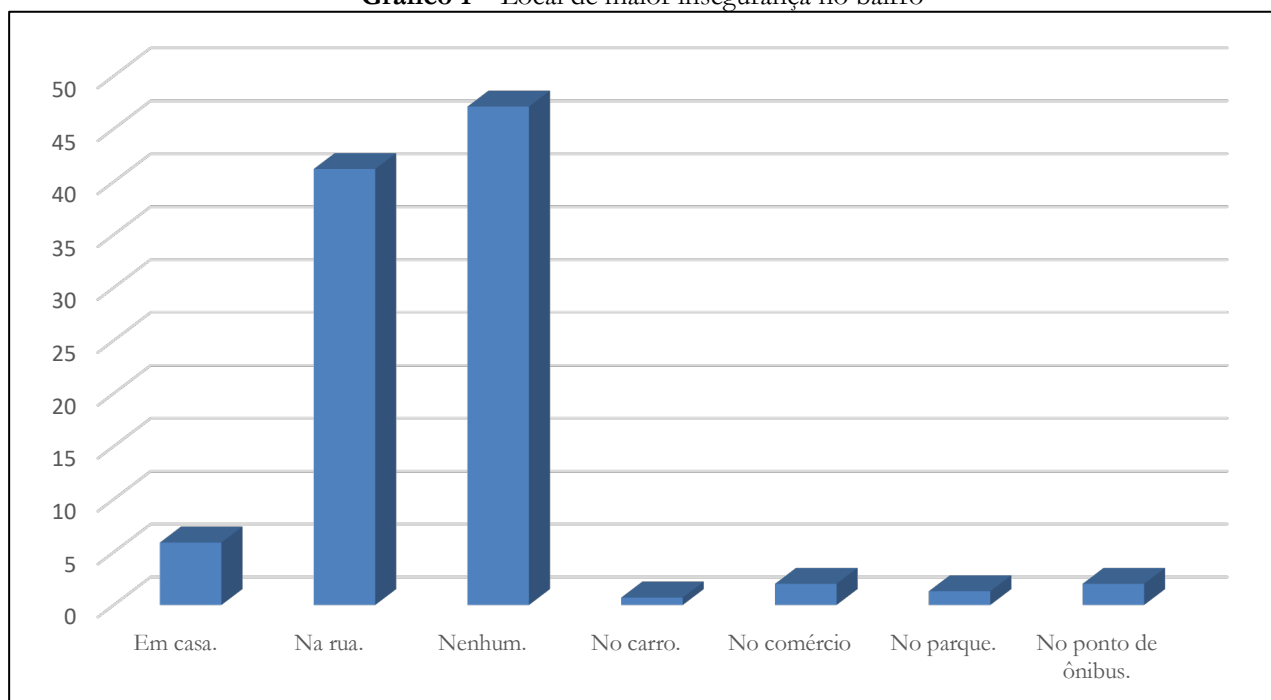
Ainda no âmbito do contexto sociodemográfico dos respondentes, observa-se que quanto ao tempo de residência/trabalho no bairro, mais de três anos foi o tempo com maior frequência, o que corresponde a 81,7% dos participantes, sendo que (15%) responderam que moram/trabalham de 1 a 3 anos. Já em relação a quantidade de pessoas com que convive em casa, 44,4% dos participantes afirmaram que moram com 3 a 5 pessoas, enquanto 39,2% convivem com 2 pessoas. Apenas 14,4% disseram residir sozinho. Dentre os participantes, a maioria (77,1%) respondeu que reside em casa térrea e 12,4% em apartamento.

4.3 Os principais fatores de sentimento de medo

Com o objetivo de abordar sobre a percepção do medo do crime e os principais fatores que levam a esse sentimento, na pesquisa sobre a sensação de segurança em São Luís de Montes Belos-GO, a população foi questionada sobre o sentimento do medo nos seguintes contextos: (1) lugar onde se sente mais medo no bairro; (2) horário que sente mais medo de crime no bairro; (3) o tipo de crime que tem mais medo no bairro; (4) foi vítima de algum desses crimes neste último ano no bairro; (5) algum vizinho ou familiar foi vítima de crime no último ano; (6) como você se informa sobre a ocorrência de crimes e atos de violência no bairro; (7) situações de medo/insegurança.

Os dados da pesquisa demonstram que as situações de medo do crime são mais comuns no período noturno, principalmente, durante a madrugada entre 00h às 6h da manhã (58,2%). É importante ressaltar que, em uma análise comparativa entre os sexos dos respondentes, constatou-se que as mulheres (52) sentem mais medo nesse horário que os homens (37). Essa afirmação remete ao que aponta o estudo realizado por Rodrigues e Oliveira (2012), onde apontam que as mulheres tem 164,6% mais chances que os homens de se sentirem inseguras. Em relação ao lugar que mais sentem medo, (41,2%) dos respondentes disseram ser a rua o local de maior medo. Apenas 2% da população sente mais medo no comércio. Por outro lado, é interessante pontuar que, no geral, a população sente-se segura em São Luís de Montes Belos-GO, haja vista que a maioria dos participantes (47,1,%) responderam que não sente medo em nenhum lugar, como pode ser observado no Gráfico 1, que possibilita uma melhor visualização do medo do crime:

Gráfico 1 – Local de maior insegurança no bairro



Fonte: O Autor.

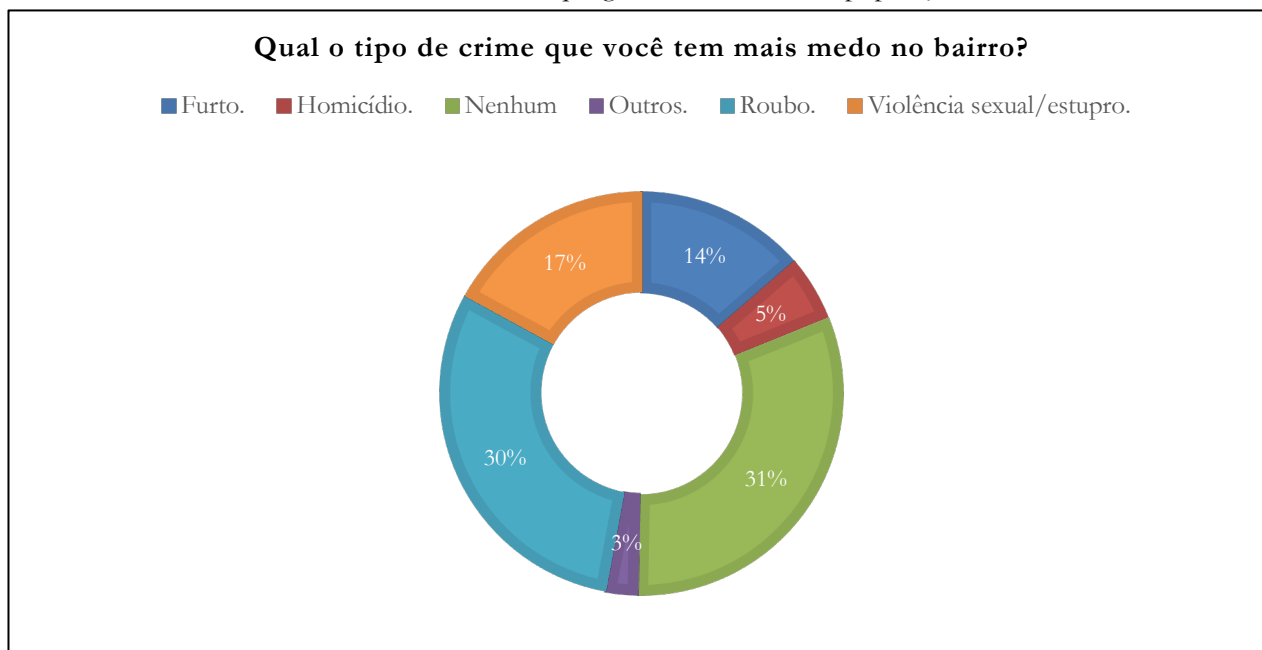


Outro aspecto que evidencia ser alta a sensação de segurança na cidade, refere-se ao fato de que 89,5% dos participantes não foram vítimas de nenhum crime no último ano. Estes dados se consolidam na fala de um participante, que ao expressar sua opinião sobre a sensação de segurança, relata: “Há 5 anos atrás decidi me mudar de Goiânia para São Luís de Montes Belos, uma realidade totalmente diferente. São Luís é uma cidade acolhedora, tranquila e que traz muita segurança aos seus moradores” (Participante). Deste relato emerge, de maneira mais nítida, que a sensação de segurança na cidade é um dos fatores que tem contribuído para o seu crescimento demográfico.

Ao serem questionados se sabe se algum vizinho ou familiar foi vítima de crime no último ano, 56,9% responderam que não foram e 29,4% não sabem. A porcentagem dos que afirmaram que não sabem é bem significativa neste contexto, pois por se tratar de uma cidade pequena, as notícias sobre algum fato ou acontecimento como crime se espalham rapidamente, tendo bastante repercussão e visibilidade quando acontece. Neste sentido, os meios de comunicação digitais têm contribuído para trazer a população local as principais informações sobre a criminalidade, principalmente, quando se refere a ocorrência de crimes e atos de violência no bairro. As redes sociais (*Instagram, Whatsapp e Facebook*) foram apontadas pelos participantes como a principal fonte de acesso a tais fatos e acontecimentos (53,6%). Além delas, (13,7%) disseram que usam a internet e (25,5%) conversando com pessoas no seu bairro.

Em relação ao tipo de crime que sentem mais medo, percebe-se que as pessoas sentem mais medo de serem roubadas (30,1%), furtadas (13,7%) ou violentadas sexualmente (17%), conforme elucida o gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 – Crimes que geram mais medo na população



Fonte: O Autor.

Cabe aqui ressaltar que o medo da violência sexual é característico do sexo feminino, pois 25 mulheres responderam que sentem medo desse crime e apenas 1 homem marcou essa opção. Analisando a Tabela 2, que traz uma abordagem do medo do crime por sexo, observa-se que os homens sentem mais medo de serem roubados (34) e furtados (13). Já as mulheres, além do estupro, apontaram também o medo do roubo (12) em maior quantidade. Estes dados do sentimento de medo em relação aos tipos crimes se apresentam em consonância com o que afirma Rodrigues e Oliveira (2012), em sua pesquisa, apontando que as mulheres possuem 31,5% mais chances que os homens de sentirem medo de serem roubadas e 43,2% mais probabilidade de perceberem risco de agressão perto de seu domicílio. O que evidencia que as percepções do medo do crime variam conforme o sexo, a idade, a cor, o contexto geográfico, entre outros.

Tabela 2 – Análise do medo do crime por sexo

Sexo	Furto	Homicídio	Nenhum	Outros	Roubo	Violência sexual/estupro	Total
Feminino	8	1	17	3	12	25	66
Masculino	13	7	31	1	34	1	87
Total	21	8	48	4	46	26	153

Fonte: O Autor.

O medo do crime não necessariamente está diretamente relacionado com a realidade local, pois (31,4%) das pessoas responderam que não sentem medo de nenhum tipo de crime citado (roubo, furto, homicídio, violência sexual/estupro). Ou seja, há uma tendência de os indivíduos trazerem para seu contexto uma percepção que pode estar relacionada a outros lugares, tendo em vista que estão o tempo todo conectados com notícias que evidenciam o aumento da criminalidade no Brasil, em outros estados e regiões.

Além disso, outros fatores contribuem para aumentar o medo do crime. As características estruturais, assim como aspectos da organização social do espaço geográfico, são elementos essenciais que impactam significativamente na análise do medo do crime/insegurança, ou seja, questões subjetivas como às desordens físicas (falta de iluminação, limpeza) e sociais (presença de usuários) podem impactar diretamente na sensação de insegurança da população (Tabela 3).

Tabela 3 – Sensação de insegurança/medo

VARIÁVEIS	Continua				
	C. P.	C. T.	D. P.	D. T.	NÃO D. nem C.
Medo/insegurança quando vê ou passa perto de pessoas usando drogas nas ruas/local público.	17%	68%	7,8%	2,6%	4,6%
Medo/insegurança de pessoas estranhas ao bairro andando pelas ruas.	24,8%	60,1%	5,9%	3,3%	5,9%
Medo/insegurança de ver ou passar perto de pessoas embriagadas nas ruas.	29,4%	52,3%	7,2%	7,2%	3,9%
Medo/insegurança de passar em ruas que não tem iluminação ou mal iluminadas.	17,6%	68,6%	7,2%	4,6%	2%
Medo/insegurança de ruas com lotes com mato alto.	19%	67,3%	5,9%	5,2%	2,6%



Tabela 3 – Sensação de insegurança/medo

VARIÁVEIS						Conclusão
	C. P.	C. T.	D. P.	D. T.	NÃO D. nem C.	
Medo/insegurança de passar perto de pessoas com som alto (em veículos) nas ruas.	30,7%	39,9%	9,2%	12,4%	7,8%	
Medo/inseguro de ruas e casas abandonadas ou com pichações e sinais de abandono.	18,3%	62,7%	7,2%	7,2%	4,6%	
Medo/insegurança de passar por bares e distribuidora de bebidas com pessoas na porta.	30,7%	37,9%	9,8%	11,1%	10,5%	
Medo/insegurança quando passa por ruas com entulhos, lixo e sujas.	19,6%	56,2%	10,5%	7,2%	6,5%	
Medo/insegurança quando vejo homens passando de motos.	35,9%	45,8%	7,2%	6,5%	6,5%	
Medo/inseguro quando vejo carros parados na rua de casa com pessoas/homens dentro do veículo	25,5%	56,9%	5,2%	5,2%	7,2%	

*CP= concordo parcialmente *CT= concordo totalmente *DP= discordo parcialmente *DT= discordo totalmente *Não D nem C= não discordo e nem concordo

Fonte: O Autor (2023)

A partir da análise dos dados apresentados na Tabela 3, observa-se que o contexto ambiental contribui para o sentimento do medo/insegurança de maneira significativa. A percepção visual de risco de vitimização está associada ao aspecto social, em que as pessoas associam o físico como facilitador para a prática de crimes. Tal constatação demonstra semelhança com o que é descrito por Soares (2008) quando afirma que pequenas incivildades, dentre elas, pichações, bêbados, e moradores de rua, assim como comportamentos destrutivos (depreciação de patrimônio público) trazem sensação de medo e insegurança, e também de uma compreensão que não há governo e nem autoridade.

Além dos problemas apresentados acima, um dos entrevistados complementa dizendo outras situações que tem retirado sua tranquilidade, principalmente, no período noturno.

Sinto inseguro com tantas imprudências no trânsito, em especial, praticada por motociclistas. Nas ruas de São Luís, à noite, parece festa, toda esquina tem alguém empinando moto, entregador furando sinal vermelho, bagunças em frente aos colégios e bares, sem contar na quantidade exorbitante de motos com escapamentos adulterados que tiram a paz e sossego de todos os moradores. Eu acho que as forças públicas deveriam se unir e tentar tomar alguma iniciativa afim de coibir esse tipo de comportamento (Participante).

Esta fala traz um sentimento que vai além de uma simples compreensão de segurança, ela traduz uma preocupação com as questões de trânsito, com as desordens noturnas, com a perturbação do sossego dos moradores, expressando uma consciência da importância do trabalho conjunto dos órgãos de segurança para a preservação da ordem pública.

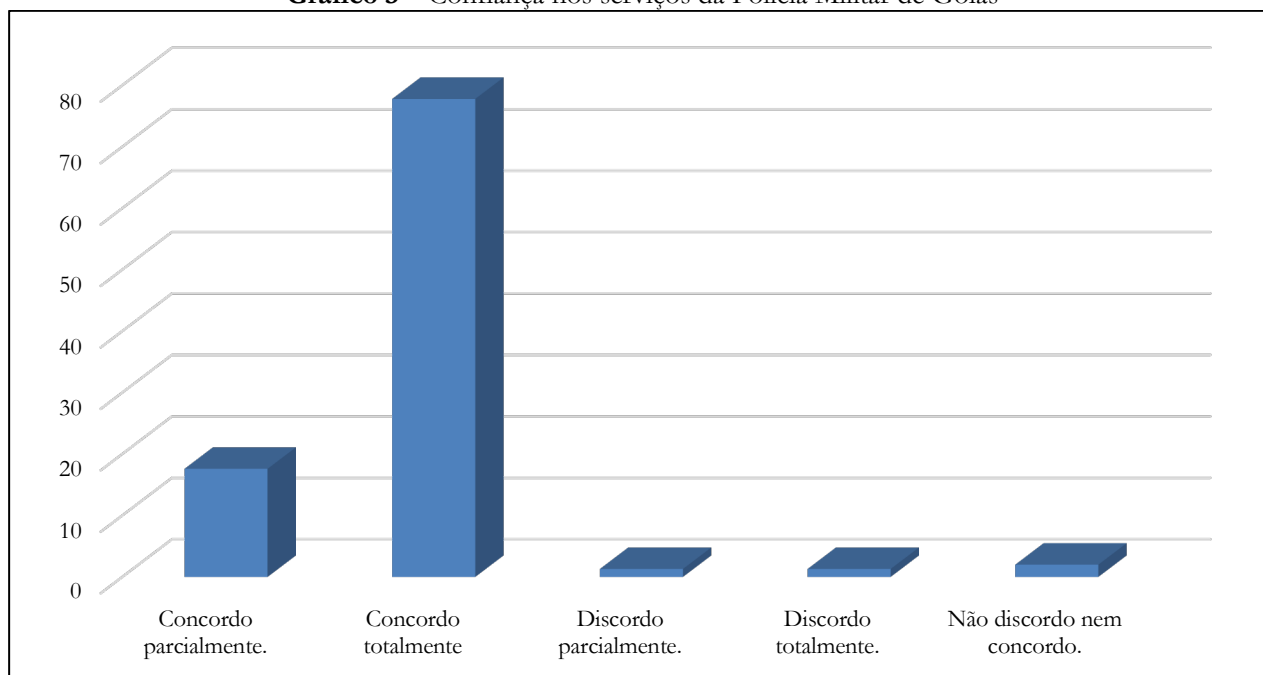
4.4 A sensação de segurança

Em São Luís de Montes Belos-GO o sentimento de segurança é bastante alto, o suficiente para ser considerada um bom lugar para se morar. Este sentimento se traduz pela fala de um dos participantes ao afirmar “Eu acho muito segura essa cidade. Já morei em Imperatriz/MA e não tinha

paz nem durante o dia, uma cidade muito violenta! Aqui durmo até com as portas e janelas da casa abertas e não tenho receio” (Participante). Assim, para analisar os condicionantes dessa sensação, foram selecionadas variáveis como a percepção de segurança frente ao trabalho desempenhado pelos órgãos policiais, a confiança da população nas instituições de segurança pública e a satisfação com o atendimento dos serviços dos órgãos de segurança pública.

Dessa forma, no que tange a sensação de segurança, pela análise do gráfico 3, observa-se que os impactos da atuação dos órgãos de segurança pública, especialmente, da Polícia Militar, no medo dos indivíduos, confirma a teoria de que a população sente mais segura quando percebe a presença de policiamento nas vias públicas tanto do seu bairro, como da cidade, de maneira geral. Cabe salientar que quanto maior a visibilidade do trabalho policial, tais como: fazendo blitz de trânsito, abordando (revistas) pessoas e veículos, abordando (parando e revistando/buscas) pessoas e veículos, menor será o medo e, assim, o sentimento de segurança será maior.

Gráfico 3 – Confiança nos serviços da Polícia Militar de Goiás



Fonte: O Autor.

Costa e Durante (2019) afirmam, ao analisarem o medo do crime no Distrito Federal, que as pessoas sentem menos medo quando constatarem a presença de policiais nas áreas públicas da vizinhança, independentemente de ser a pé ou em viatura. Os depoimentos dos participantes nesta pesquisa apresentam elementos que comprovam a relação entre a atuação da polícia e a sensação de segurança, ao relatarem que “São Luís é uma cidade muito segura. A atuação policial é constante e sempre vemos operações para conter o crime” (Participante) e “O patrulhamento da Polícia Militar e da CPE traz tranquilidade para a população” (Participante).



Os dados levantados na pesquisa permitem também uma análise da sensação de segurança no Estado de Goiás, pois 55,6% afirmaram que se sentem muito satisfeitos e 36,6% sentem-se satisfeitos quando estão sendo atendidos pelos órgãos de segurança do Estado de Goiás e 74,5% afirmaram sentirem-se seguros no Estado de Goiás. Dessa forma, é possível afirmar que a população se sente segura em Goiás, principalmente, porque há uma polícia atuante no combate à criminalidade.

A confiança da população de São Luís de Montes Belos-GO tanto na Polícia Militar quanto nos demais órgãos de Segurança Pública do Estado de Goiás (Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Técnico Científica, Polícia Penal) é elevada. Em geral, 75,8% declararam confiar totalmente nos serviços de Segurança pública do Estado. Estes dados corroboram com a pesquisa realizada no Distrito Federal por Costa e Durante (2019), onde os autores constataram que a confiança da população na Polícia Militar e na Polícia Civil é alta. Conforme o estudo, 87% dos participantes afirmaram confiar na Polícia Civil e mais de 82% disseram confiar na Polícia Militar. Partindo desse pressuposto, é possível afirmar que quando há uma relação de confiança entre a comunidade e a polícia, os resultados no combate à criminalidade tendem a ser positivos, afinal, há uma maior participação dos cidadãos nas estratégias policiais de prevenção ao crime.

Sobre a satisfação com o atendimento dos serviços dos órgãos de segurança pública de Goiás, os participantes avaliaram de forma positiva as atividades executadas pela Polícia Militar, 52,9% responderam que estão muito satisfeitos com o trabalho executado e 38,6% afirmaram que estão satisfeitos. Dessa forma, somando os percentuais, tem-se que 91,5% das pessoas que participaram da pesquisa veem positivamente a atuação da PM em São Luís de Montes Belos-GO. No geral, a percepção que a sociedade tem dos serviços prestados pelos órgãos de segurança pública do Estado de Goiás é boa, 55,6% estão muito satisfeitos e 36,6% estão satisfeitos. Essa avaliação positiva pela maioria da população quanto aos serviços prestados é muito importante, pois serve como um termômetro para medir a sensação de segurança. Quanto mais satisfeitos as pessoas estiverem com o trabalho executado pelos órgãos de segurança, menor será o medo do crime e também o sentimento de insegurança.

No entanto, nota-se por meio dos depoimentos dos participantes, que mesmo avaliando positivamente o trabalho desempenhado pelos órgãos de segurança em São Luís de Montes Belos-GO, a população compreende ser necessário um maior investimento por parte do governo na área de segurança, principalmente, no que tange ao número de policiais. Como eles mesmos afirmam, é preciso colocar mais policiais nas ruas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho indicam que o medo do crime e a sensação de segurança são elementos multidimensionais, sendo plurais as suas formas de mensuração. Assim, as condicionantes cognitivas, emocionais e comportamentais afetam diretamente as percepções dos indivíduos sobre o sentimento de (in)segurança e o medo do crime.

Sobre as variáveis sociodemográficas dos participantes, observa-se que a pesquisa contou com a participação de mais homens do que mulheres, sendo composta por um grupo de jovens e adultos com um grau de escolaridade elevado, o que possibilita uma maior compreensão dos fatos abordados, consequentemente há uma maior conscientização da realidade vivenciada pela comunidade local. Em uma análise cruzada dos dados, percebe-se que as mulheres demonstraram maiores níveis de percepção de risco e insegurança em relação aos crimes sexuais e roubo. Já os resultados relativos à caracterização do ambiente residencial dos participantes informaram que a maioria são residentes a mais de três anos no município e moram com seus familiares, variando o grupo familiar entre 2 a 5 pessoas.

Em relação aos principais fatores do medo do crime, constata-se a importância das variáveis espaciais sobre a sensação de insegurança, sendo que os fatores como usuários de drogas, pessoas embriagadas, falta de iluminação ou mal iluminação, lotes baldios, pichações e casas abandonadas, pessoas estranhas, ruas sujas, entre outros, afetam negativamente a percepção das pessoas, trazendo um sentimento de medo a população, que associa o visual com o social e, consequentemente, com a possibilidade de vitimização de algum crime. Portanto, percebe-se que se sentir seguro é consequência da relação de aspectos objetivos e subjetivos que se interagem na construção do bem estar das pessoas.

Sobre o lugar onde sente mais medo, assim como o horário e o tipo de crime que tem mais medo, observa-se que o medo do crime é mais comum na rua durante a madrugada. Porém, é necessário frisar que, apesar dessa constatação, a cidade de São Luís de Montes Belos é considerada segura, pois os resultados apontam que a maioria dos participantes não foram vítimas de nenhum crime e nem conhecem vizinhos ou familiares que foram. Isso indica que os órgãos de segurança pública, principalmente a Polícia Militar, é bem atuante no município, e tem desempenhado um papel primordial para a garantia e manutenção da ordem pública.

Dessa forma, a pesquisa evidencia a relevância da análise do medo do crime a partir das percepções da sociedade sobre a atuação policial. Ao verificar que dimensões relacionadas a confiança e a satisfação da população com os órgãos de segurança pública contribuem para reduzir a sensação de insegurança e o medo do crime, ressalta-se a importância de articular medidas de combate a criminalidade que favoreçam a participação da comunidade. Evidentemente tal conclusão não descarta a necessidade de investimento do poder público na área de segurança, principalmente, no que se refere a quantidade de efetivos policiais.

Concluindo, espera-se que este breve estudo contribua para um maior conhecimento sobre as percepções do medo do crime e da sensação de segurança, e, consequentemente, possa nortear o desenvolvimento de políticas públicas de prevenção a criminalidade.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Ronaldo Silveira de. **A institucionalização da inteligência de segurança pública como potencializadora do exercício da polícia ostensiva em Minas Gerais**. 2011. 214 f. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública). Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2011.

ALMEIDA, Flávio Oliveira de. **Mandado de busca e apreensão domiciliar**: sua contribuição para a prevenção de homicídios no 41º BPM. 147f. Monografia (Especialização em Segurança Pública). Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Minas Gerais, 2013.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise internacional comparativa. Tradução de Renê Alexandre Belmonte (2ª ed., 1ª. reimpr.). São Paulo: USP, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983**. Aprova o Regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 out. 1983. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d88777.htm. Acesso em: 28 set. 23.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; DURANTE, Marcelo Ottoni. A polícia e o medo do crime no Distrito Federal. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, 2019.

CARDIA, Nancy. “Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos”. **Lusotopie**, nº 10, p. 299-328, 2003.

CLARKE, Ronald V.; ECK, John E. **Análise de crime para solucionadores de problemas em 60 pequenos passos**. Tradução de Alessandro Souza Soares e revisão de Elenice de Souza. Washington/EUA: Departamento de Justiça, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FRANKLIN, Cortney; FRANKLIN, Travis. Predicting fear of crime: considering differences across gender. **Feminist Criminology**, v. 4(1), pp. 83-106, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, Ines Sousa; CARDOSO, Carla; AGRA, Cândido da. Medo do Crime: revisão conceptual e metodológica. In: AGRA, Candido da. (Org) **A Criminologia**: um arquipélago interdisciplinar. Editora Universidade do Porto, Portugal, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ines-Guedes/publication/289745762_Medo_do_crime_revisao_conceptual_e_metodologica/links/579b4efb08ae80bf6ea33a06/Medo-do-crime-revisao-conceptual-e-metodologica.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil em 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades:** produto Interno Bruto dos municípios. Goiás: IBGE, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de Direito Administrativo:** Sistematização: Rui Stoco. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

MANZO, Abelardo. J. **Manual para la preparación de monografías:** una guía para presentar informes y tesis. Buenos Aires: Humanistas, 1971.

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO, José Emanuel. **Direito administrativo brasileiro.** 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa.** São Paulo: Edusp, 2001.

NASCIMENTO, Nélio Reis Biá; NASCIMENTO, Paula Rafaela Tagata Biá. Policiamento ostensivo como ferramenta de prevenção a ilícitos. **Revista Eletrônica Casa de Makunaima**, v. 1, n.1, jan/jun, 2018.

NATAL, Paulo Ariadne; OLIVEIRA, André Rodrigues de. Medo do crime: mensurando o fenômeno e explorando seus preditores na cidade de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 27, nº 3, set.-dez., p. 757-796, 2021.

PMDF. **Manual de policiamento ostensivo.** Brasília: PMDF, 2016.

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS. Articulação. Goiânia: PMGO, 2023.

RODRIGUES, Corinne Davis; OLIVEIRA, Valéria Cristina de. Medo de crime, integração social e desordem: uma análise da sensação de insegurança e do risco percebido na capital de Minas Gerais. **Teoria e Sociedade**, v.2, n.20, jul/dez, 2012.

SÃO LUÍS DE MONTES BELOS. Lei Complementar nº 21/2022 de agosto de 2022. Cria a Guarda Civil Municipal de São Luís de Montes Belos/GO, dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no quadro da administração municipal, fixa a carga horário e dá outras providências. São Luís de Montes Belos: Câmara Municipal, 2022. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/go/s/sao-luis-de-montes-belos/lei-complementar/2022/3/21/lei-complementar-n-21-2022-cria-a-guarda-civil-municipal-de-sao-luis-de-montes-belos-go-dispoe-sobre-a-criacao-de-cargos-de-provimento-efetivo-no-quadro-da-administracao-municipal-fixa-a-carga-horario-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 24 out. 2023.

SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEGAMENTO (SEGPLAN). **Sudes/Gerência de Desenvolvimento do Oeste.** Goiânia, 2006.

SSPGO. Notícias da SSP. **Governo de Goiás entrega novas sedes do 7º CRPM e da 7ª Delegacia Regional, em São Luís de Montes Belos e anuncia programa ‘RG Para Todos.** Disponível em: <https://www.seguranca.go.gov.br/ultimo-segundo/rg-para-todos-programa-da-pcgo-busca-levar-requerimento-de-documento-para-cidades-goianas.html>. Acesso em: 25 out. 2023.



SOARES, Gláucio Ary Dillon. O sentimento de insegurança: teorias, hipóteses e dados. In: DUARTE, Mario Sérgio de Brito. (coord.). **Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007**: análise criminal. v. 2, Rio de Janeiro: Coleção Instituto de Segurança Pública, 2008.

TEZA, Marlon Jorge. **Temas de polícia militar**: novas atitudes da polícia ostensiva na ordem pública. Florianópolis: Ed. Darwin, 2011.

WEHMEIER, Sally (org). **Oxford Dictionary**. Oxford, Oxford University Press, 2000.

ZANETIC, André. Policiamento e segurança privada: duas notas conceituais. **Estudos de Sociologia**, v. 17, n. 33, 2012.

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE LIBRAS E DA PREPARAÇÃO OPERACIONAL PARA ABORDAGEM DE PESSOAS SURDAS ENTRE ALUNOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

Alfredo Schuch *
Luciana Mara Silva **

RESUMO: A Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), inserida no Sistema Único de Segurança Pública, presta atendimento a uma sociedade plural, incluindo aproximadamente 102 mil pessoas surdas estimadas no estado, segundo projeção do IBGE (2022). Considerando os direitos humanos e a necessidade de acessibilidade comunicacional, investigou-se o nível de conhecimento dos alunos sargentos do Curso de Formação de Sargentos (CFS) de 2023 da PMSC em relação à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e suas implicações na abordagem a pessoas surdas. A pesquisa adotou metodologia descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa e quantitativa, valendo-se de levantamento bibliográfico, documental e aplicação de questionário online com 341 alunos sargentos em formação na Academia de Polícia Militar da Trindade (APMT), número estatisticamente representativo. Os resultados demonstraram que 76,5% dos respondentes desconhecem Libras e apenas 0,6% afirmam ter fluência, além de ampla percepção de despreparo para abordagens a pessoas surdas nas diversas situações típicas do serviço policial. Constatou-se que, embora a APMT ofereça a disciplina em cursos iniciais, ainda é insuficiente a capacitação em larga escala, especialmente na formação continuada. A pesquisa conclui pela necessidade de ações estruturadas de capacitação, ampliação da disciplina de Libras nos cursos e implantação de Procedimento Operacional Padrão (POP) para abordagem policial a pessoas surdas, como estratégia de respeito à cidadania, à equidade e à eficiência no serviço público.

Palavras-chave: abordagem policial; pessoa surda; libras; acessibilidade comunicacional; Polícia Militar de Santa Catarina.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v7i18.235>

Recebido em 27 de junho de 2024.

Aprovado em 02 de agosto de 2024

* Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5895-8065> - CV: <http://lattes.cnpq.br/4375542623060294>

** Faculdade da Polícia Militar de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3513-2375> - CV: <http://lattes.cnpq.br/3005116350546030>.



ANALYSIS OF THE LEVEL OF KNOWLEDGE ON LIBRAS AND OPERATIONAL PREPAREDNESS FOR APPROACHING DEAF INDIVIDUALS AMONG STUDENTS OF THE SERGEANT TRAINING COURSE OF THE MILITARY POLICE OF SANTA CATARINA

ABSTRACT: The Military Police of Santa Catarina (PMSC), as part of Brazil's Unified Public Security System, serves a plural society, including an estimated 102,000 deaf individuals in the state, according to IBGE (2022). Considering human rights and the need for communicational accessibility, this study aimed to assess the knowledge level of the 2023 Sergeant Training Course (CFS) students regarding Brazilian Sign Language (Libras) and its impact on police approaches to deaf people. The research employed a descriptive and exploratory methodology, combining qualitative and quantitative approaches, using bibliographic and documentary analysis, and a questionnaire administered to 341 sergeant students from the Military Police Academy of Trindade (APMT), a statistically representative sample. Results revealed that 76.5% of respondents were unfamiliar with Libras and only 0.6% were fluent, alongside a widespread perception of unpreparedness for interactions with deaf individuals. Although the academy includes Libras in its training curricula, training remains limited, particularly in ongoing education. The study concludes with the recommendation to expand Libras instruction, promote continuous training, and implement a Standard Operating Procedure (POP) for police approaches to deaf individuals, reinforcing inclusion, equality, and effective public service delivery.

Keywords: Police approach; deaf person; sign language; communication accessibility; Military Police of Santa Catarina.

1. INTRODUÇÃO

Segundo o IBGE 2010, 5% da população brasileira tem alguma deficiência auditiva. Deste grupo, 27% possuem surdez profunda, necessitando se comunicar por meio de Libras (IBGE, 2011). Os dados preliminares do Censo 2022 do IBGE indicam que a população brasileira é de 203.062.512 habitantes, o que significa existir aproximadamente 2.741.344 pessoas surdas, que necessitam se comunicar por meio de libras, se mantida a mesma proporção desconsiderando-se uma eventual taxa de crescimento. Ainda segundo o Censo 2022 a população de Santa Catarina é de 7.609.601 habitantes, de onde se estima haver 102.730 pessoas surdas que necessitam se comunicar por libras, se mantida a mesma proporção e se desconsiderar eventual taxa de crescimento (IBGE, 2022).

Conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão, cabe às instituições públicas e às empresas concessionárias de serviços públicos de saúde assegurar atendimento e tratamento apropriado às pessoas com deficiência auditiva, em consonância com as normas legais vigentes (Brasil, 2002).

No contexto desta pesquisa, torna-se relevante incluir a concepção de polícia como instituição pública. Nesse sentido, Balestreri (1998) entende que a polícia foi criada pelas sociedades urbanas com o propósito de restringir os elementos desordenadores inerentes à vida coletiva. Para o autor, trata-se de uma instância de contenção simbólica, comparável a um “superego social”, indispensável à regulação das pulsões negativas que emergem do inconsciente coletivo.

O policial detém de autoridade natural e a exerce no sentido de promover e garantir os direitos humanos. Papel este, que muito pode contribuir para mitigar eventual descrédito social e assegurá-lo dessa autoridade moral como agente da democracia. Para tanto, sendo considerado como instrumento de transformação é necessária a aproximação com todos os membros da sociedade (Balestreri, 1998).

A polícia militar, inserida no Sistema Único de Segurança Pública - SUSP (Lei 13.675/2018), tem a tendência de assumir sua função de prestadora de variados serviços e o policial militar tem o dever perante o Estado de oferecer um serviço de qualidade a todos os cidadãos. Sob este prisma, o agente de segurança pública – inserido em uma nação que abriga uma população dotada de tanta pluralidade, composta por diferentes gêneros, classes, faixas etárias, ideologias, crenças e etnias – deve ser capaz de estabelecer canais eficazes de comunicação com todos os membros da sociedade, acolhendo e mitigando toda e qualquer forma de preconceito.

A pesquisa trata de mais um desafio no contexto da garantia da ordem pública de nosso país. Dada a abrangência da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) nos mais diversos rincões catarinenses, resta bem evidente que num dado momento da atividade, o policial militar se deparará

com a necessidade de abordar alguma pessoa surda. Apresentar-se-á na seção 2.4 dados relacionados ao quantitativo de abordagens/interações entre policiais militares e pessoas surdas, entre os anos de 2003 e 2023 (PMSC, 2023b).

Dada a capilaridade da PMSC em todo o território catarinense, com aproximadamente 9.484 integrantes (PMSC, 2023a), torna-se passivo que o policial militar catarinense se depare com a necessidade de abordar/atender de alguma pessoa surda. Para tanto, acredita-se que, sob a forma de um Procedimento Operacional Padrão (POP) a ser proposto, será possível instruir policiais militares para proceder com abordagens e primeiras interações em pessoas surdas com segurança para ambos.

Diante da estimativa da população surda em Santa Catarina, a perspectiva de oferecer um serviço mais qualificado e direcionado para essa população repousa na justificativa social da pesquisa que trata de aproximar através da comunicação expressa, efetiva e eficiente para o consequente oferecimento de segurança/socorro/presença adequadas à comunidade surda.

Considerando que muitas das prevenções, ocorrências, chamados por socorro atendidos diuturnamente pela PMSC são resolvidos por meio da presença e da consequente interação vislumbra-se como elementar bem capacitar policiais militares para, com segurança e treinamento adequados, atender parcela tão importante de cidadãos catarinenses (pessoas surdas). Com a proposição de apresentar um diagnóstico sobre conhecimento dos integrantes do Curso de Formação de Sargentos (CFS) da PMSC sobre a temática de libras, foram colhidos junto aos alunos sargentos da 1ª edição do CFS de 2023, em formação na Academia de Polícia Militar da Trindade (APMT). Partiu-se da hipótese de se, ainda que tenham cursado a disciplina de Técnicas de Polícia Ostensiva (TPO), os policiais militares não se julgavam aptos a realizar abordagem policial em pessoa surda nos seguintes tipos: abordagem a pessoa, abordagem em condutor de veículo (fiscalização de documentação), abordagem em condutor de veículo (busca no veículo) e abordagem interagindo com pessoa em residência/comércio (cumprimento de mandado de busca e apreensão).

Diante do cenário exposto, apresenta-se o problema de pesquisa: qual o nível de conhecimento dos alunos sargentos do CFS 2023 em relação às libras, e como esse conhecimento impacta a abordagem policial à população surda?

Investigar o conhecimento dos alunos sargentos do CFS 2023 sobre libras e a sua inferência na abordagem à população surda foi o objetivo geral da pesquisa e os objetivos específicos foram: a) caracterizar aspectos sobre os direitos humanos e garantias fundamentais da pessoa surda para compreensão de como esses direitos devem ser assegurados nas abordagens policiais; b) realizar um diagnóstico do conhecimento de libras nos alunos sargentos do CFS 2023 para as abordagens à população surda; e, c) apresentar proposta de um POP para atendimento à população surda a fim de promover uma abordagem policial mais inclusiva às necessidades da população surda.

O conhecimento sobre a temática de libras desde o advento da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e a sua regulamentação através do Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 é fundamental

para que o policial militar exerça suas funções com equidade perante toda a população. Tanto a lei, quanto seu regulamento tratou de apresentar metas a serem perseguidas no sentido de contemplar a comunidade surda de direitos básicos e providências necessárias, principalmente por parte do poder público, a fim de lhes proporcionar o pleno usufruto de sua cidadania (Brasil, 2002; 2005).

A comunidade surda se serve da língua brasileira de sinais para se comunicar, sem verbalização, entre si e os demais com quem convivem. Ignorar tal direito de se fazer compreender trata de deixá-los incompletos. A legislação brasileira sobre libras prevê o oferecimento de cursos aos docentes de diferentes níveis e para servidores públicos, justamente para melhorar o acesso da pessoa surda ao meio em que convive.

A corporação PMSC também tem por dever esta atribuição legal, comunicando-se de forma clara e com todos os grupos da sociedade. Afinal, sem interação, não é possível sequer tomar parte de qualquer acontecimento, seja ele de: prestar informação, orientação, exercer o poder legal que lhe é constituído, através da ordem de polícia, do consentimento de polícia, da fiscalização de polícia e da sanção de polícia, proceder com abordagens e salvamentos, etc.

Está dentro do escopo da pesquisa apresentar uma proposta de POP a fim de subsidiar policiais militares de Santa Catarina na preparação e nos procedimentos necessários às abordagens em pessoas surdas. Diante desse cenário, justifica-se a importância do desenvolvimento dessa pesquisa no âmbito da corporação, no sentido de aproximá-la da comunidade surda, garantindo-lhes os merecidos direitos e o pleno exercício da cidadania.

A pesquisa está estruturada em cinco seções, a primeira sendo esta, a introdução, a segunda seção trata do desenvolvimento do trabalho. Na terceira seção trata da metodologia adotada. A quarta seção trata da análise de dados coletados. E por fim, a quinta seção se prestará a discorrer sobre as considerações e achados da pesquisa seguidos das referências.

2. DESENVOLVIMENTO

A temática sobre o uso de libras na atividade policial militar, em especial para a realização/interação dos tipos de abordagens policiais elencados, objetos desta pesquisa é ampla e complexa. Essa seção discorre sobre alguns pontos, tais quais: direitos humanos e as garantias fundamentais da pessoa surda; comunicação inclusiva - língua brasileira de sinais e abordagem policial à pessoa surda.

2.1 Direitos humanos e garantias fundamentais da pessoa surda

A rotina dos operadores da ordem pública, especialmente os policiais militares, envolve o enfrentamento constante de variadas situações problemáticas no contexto social, relacionadas diretamente às interações humanas. Esses profissionais atuam em diferentes tipos de atendimento, desde o fornecimento de informações e apoio logístico até o socorro em emergências e



encaminhamentos a unidades hospitalares e delegacias. Em todas essas ações, um aspecto é transversal: a comunicação. Esta se configura como elemento essencial, de caráter universal e democrático, sendo indispensável para a mediação e resolução de conflitos que emergem nas dinâmicas sociais.

No entendimento de Behares, os direitos humanos estão intrinsecamente relacionados às políticas linguísticas direcionadas aos indivíduos e seus agrupamentos, sendo parte constitutiva da própria condição humana. Assim, quando pessoas surdas se organizam em comunidades, esses mesmos direitos devem ser assegurados a elas, em igualdade de condições com os demais segmentos sociais (Behares, 2017).

A partir da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, diversas constituições nacionais passaram a incorporar em seus textos princípios fundamentais que consolidam direitos básicos como vida, liberdade, saúde, moradia e identidade, além de promoverem os alicerces dos direitos civis e sociais. Embora essa declaração não tenha feito referência explícita às línguas e seus falantes, é possível interpretar que os direitos linguísticos se encontram incluídos no conjunto de garantias atribuídas a grupos cultural e etnicamente diferenciados (Behares, 2017).

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 refletiu essas preocupações ao estabelecer, logo em seu artigo 1º, inciso III, que a dignidade da pessoa humana constitui um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Já no artigo 4º, reforçou-se o compromisso com a prevalência dos direitos humanos e com a busca pela solução pacífica dos conflitos no âmbito das relações internacionais (Brasil, 1988).

Faz-se assim necessário refletir: o que poderia ser melhor para o cidadão (respeitada sua individualidade) que poder recorrer ao socorro/amparo do Estado senão pela comunicação? Não se dando por satisfeitos e preocupados com o “modismo inclusivista”, alguns dos governos passaram a apreciar/legislar sobre temas polêmicos, como por exemplo, a frequência de alunos com determinadas limitações em escolas regulares, os quais despertam interesse e simpatia na sociedade. São estes desafios importantes, contudo de difícil implementação em sua plenitude (Benassi, 2012).

No ano de 2020, o Estado brasileiro formalizou seu compromisso com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), ao aderir aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa adesão foi consolidada por meio do Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, o qual instituiu a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031. O documento, originado a partir de deliberações do Comitê Interministerial de Governança, estabeleceu, no eixo social, a diretriz 5.1, que contempla o desafio de efetivar os direitos humanos fundamentais e a cidadania. Entre as metas estipuladas, destaca-se o aprimoramento da governança dos programas e serviços especializados voltados ao atendimento de grupos vulneráveis, com ênfase na proteção de vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2020b).

A concepção dessa política pública se alinha à meta ODS 16.10, cujo propósito é garantir o acesso público à informação e assegurar liberdades fundamentais, conforme previsto na legislação nacional e em tratados internacionais (Estratégia ODS, 2023).

No contexto da segurança pública, cabe destacar o papel constitucional atribuído às polícias militares. De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal, tais instituições são responsáveis pela preservação da ordem pública e pela proteção da integridade física e patrimonial da população. Mais especificamente, o §5º desse artigo determina que compete às polícias militares a execução da polícia ostensiva e da manutenção da ordem (Brasil, 1988).

Dessa forma, considerando a função institucional das polícias militares como agentes garantidores de direitos fundamentais, é imperativo que a atuação dessas corporações respeite as particularidades e especificidades de todos os cidadãos, incluindo pessoas com deficiência, como as surdas. A seguir, serão abordadas as características da comunidade surda, sua forma de comunicação e os esforços governamentais voltados à capacitação de profissionais de segurança pública para promover a inclusão e assegurar o direito à comunicação dessa população.

2.2 Comunicação inclusiva – Língua Brasileira de Sinais – Libras

Com o propósito de fundamentar o estudo sobre a comunicação inclusiva por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), torna-se essencial compreender o conceito de surdez. Esta condição refere-se a uma privação sensorial que compromete a comunicação efetiva e interfere na forma como a pessoa surda interage com o ambiente. Sua origem pode ser congênita ou adquirida, sendo classificada em diferentes graus, desde leve até profunda, conforme parâmetros técnicos estabelecidos pelo Ministério da Educação (Brasil, 2006).

Segundo essa mesma instituição, existem dois sistemas principais através dos quais os seres humanos produzem e reconhecem a linguagem: o sistema sensorial, baseado nos sentidos da visão, audição e vocalização - característico das línguas orais - e o sistema motor, que envolve os movimentos visuais das mãos e braços - base das línguas de sinais. Quando o primeiro sistema se mostra inoperante, como ocorre com as pessoas surdas, o segundo assume papel primordial na construção da linguagem. Assim, reconhece-se que a língua natural dos surdos se manifesta por gestos dotados de estrutura gramatical própria, e estudos indicam que crianças surdas podem desenvolver uma forma espontânea de linguagem gestual, mesmo sem instrução formal em Libras. Tal fenômeno assemelha-se à interação entre falantes fluentes de idiomas completamente distintos (Brasil, 2006).

Autores como Dizeu e Caporali argumentam que a sociedade brasileira é fundamentalmente estruturada em torno da língua oral, exigindo dos indivíduos sua adaptação aos meios de comunicação majoritários, independentemente de suas limitações. Assim, formas alternativas de comunicação, como a língua de sinais, tendem a ser socialmente desvalorizadas em comparação com a oralidade. Além disso, é importante distinguir entre os conceitos de linguagem e de língua: enquanto a linguagem está ligada à expressão individual e subjetiva, a língua é um fenômeno coletivo, pertencente ao grupo social e à cultura. A língua de sinais, nesse contexto, não deve ser confundida com gestos aleatórios ou mímicas improvisadas, pois constitui um sistema linguístico legítimo, com regras próprias, tal como ocorre com a Libras no Brasil ou a *British Sign Language* (BSL) na Inglaterra (Dizeu; Caporali, 2005).



Com base nesses fundamentos, o Estado brasileiro, amparado pelos direitos e garantias fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão por meio da promulgação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Posteriormente, regulamentou essa legislação por meio do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Esse decreto define a pessoa surda como aquela que, em virtude da perda auditiva, interage com o mundo prioritariamente por meio de estímulos visuais, manifestando sua cultura através do uso da Libras. Também estabelece critérios técnicos para a caracterização da deficiência auditiva e determina a obrigatoriedade da inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia, além de incentivá-la como componente optativo em demais cursos de ensino superior e educação profissional (Brasil, 2005).

De acordo com Benassi (2012), paulatinamente o poder público tem se esforçado, reconhecendo libras como meio de comunicação da comunidade surda, sob a forma da Lei. Para tanto, o Estado tem investido na criação/oferecimento de cursos de licenciatura em libras e capacitações ao funcionalismo público dada a necessidade de efetividade da legislação sobre a temática. Ocorre que faltam profissionais capacitados e comprometidos com o aprendizado dos alunos para o ensino de libras, aliado à carga horária que, não é fixada por lei (e até por vezes, optativa), tem seu regimento definido pelos cursos de licenciatura das instituições de educação superior.

Considerando a relevância de garantir às pessoas com deficiência o pleno acesso aos direitos assegurados a todo cidadão, foi instituído, em julho de 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência por meio da Lei nº 13.146. Essa norma visa promover a inclusão social e a cidadania, assegurando, em igualdade de condições, o exercício de direitos e liberdades fundamentais por parte da população com deficiência. Define-se, nesse contexto, que tal condição abrange impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais de longo prazo que, em interação com barreiras diversas, dificultem a plena participação social. A lei também amplia o conceito de comunicação, incluindo nela não apenas a linguagem oral e escrita, mas também alternativas como Libras, Braille, sistemas táteis, tecnologias assistivas e outros meios visuais e digitais que viabilizem a interação entre os cidadãos (Brasil, 2015).

Dentre os inúmeros desafios enfrentados pela comunidade surda, destacam-se a ausência de compreensão familiar, barreiras físicas e tecnológicas em residências e espaços públicos, impossibilidades de leitura labial devido à má articulação oral, deficiências na comunicação em geral e impactos psicológicos como a depressão, entre outros fatores que comprometem sua qualidade de vida (Pfeifer, 2020).

No mesmo sentido, o Decreto nº 5.626, de 2005, ao regulamentar a política de promoção da Libras, previu como responsabilidade das esferas federal, estadual e municipal a criação de instrumentos para implantar, monitorar e difundir o uso da língua de sinais e sua interpretação, bem como a destinação de recursos orçamentários para a formação e capacitação de profissionais voltados a esse fim. Essas medidas visam qualificar o atendimento prestado à comunidade surda, especialmente no serviço público (Brasil, 2005).

Apesar dos avanços normativos, especialistas apontam que tais determinações ainda não resultaram na expansão necessária de cursos e capacitações em número e qualidade adequados para atender à demanda. As limitações na infraestrutura e na formação docente comprometem a efetividade das políticas de inclusão (Benassi, 2012).

Além disso, observa-se que pessoas com deficiência auditiva ainda enfrentam, cotidianamente, barreiras comunicacionais significativas, em especial pela falta de preparo dos ouvintes para se comunicar por Libras. Diante disso, reforça-se a necessidade de que o Estado brasileiro mantenha e amplie políticas públicas que garantam a acessibilidade comunicacional a essa parcela da população (Bond, 2019).

Na seção seguinte, serão discutidos os conceitos e objetivos da abordagem policial à população surda, destacando-se os desafios específicos envolvidos nesse tipo de interação, os esforços empreendidos pela Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) na capacitação de seu efetivo e a importância de se instituírem procedimentos operacionais específicos que assegurem a assertividade e a eficácia desse atendimento.

2.3 Abordagem policial à comunidade surda

Assim como já mencionado na seção 2.1, a existência da polícia militar se justifica pela necessidade de o Estado ordenar as relações entre integrantes que convivem em sociedade. Para tanto, acresce-se às atividades inerentes da polícia a definição de abordagem policial que trata de uma aproximação necessária a fim de interpelar, identificar, buscar, podendo resultar em orientação, admoestação e até na prisão dos envolvidos (Santa Catarina, 2022).

Por mais que se desagrade a pessoa abordada, o Estado investe a polícia de autoridade para realizar procedimentos que variam de acordo com as circunstâncias do meio e da avaliação do policial acerca da pessoa com quem necessita interagir, seja em decorrência de crime ou não, e amparado pela lei (PINC, 2020).

É, portanto, na aproximação e na revista pessoal, que a interação essencial para cumprir a lei, cessar ou impedir crimes. A verbalização é até então a precursora do prosseguimento da abordagem policial ao uso da força necessária para o sucesso e segurança, para todos. Resta o questionamento: está o policial militar preparado para interagir com uma pessoa surda, por meio de libras? abordar? prestar socorro? (Ribeiro, 2021).

O uso do Procedimento Operacional Padrão (POP) é um dos meios para tornar conhecidas, estáveis e acessíveis tais atividades, bem como para viabilizar que essas sejam gerenciadas de modo efetivo nas organizações (Correa *et al*, 2020).

As corporações policiais têm importante missão neste sentido. Perpassando para seus policiais opções/cenários e ações/consequências de forma que as suas atitudes estejam os mais

adequado possíveis para as situações/ocorrências a serem diuturnamente enfrentadas. Essa forma específica de carrear/conduzir os comportamentos dos policiais para com o público é chamado de procedimento operacional. As instituições policiais tomando ciência sobre a importância dessas padronizações (e necessários treinamentos) têm incentivado a propositura/aplicação prática dos POPs para as mais diversas atribuições desenvolvidas pelos policiais. Com atitudes como essas, as corporações conseguem mapear soluções para as ocorrências policiais, mitigando esquecimentos, erros, falhas e posturas desproporcionais, como o uso desproporcional da força, tudo culminando em segurança para o policial e para as pessoas direta e indiretamente envolvidas (PINC, 2020).

Na seção seguinte serão apresentados dados obtidos a partir da Diretoria de Pessoal (DP), da Agência Central de Inteligência (ACI), da Divisão de Formação e Graduação (DFG) e da Divisão de Ensino Continuo (DEC), sendo estas últimas divisões da APMT, juntamente com as ações adotadas, até o presente momento por esta, no sentido de capacitar policiais militares para o atendimento à pessoa surda.

2.4 A constituição dos esforços da Polícia Militar de Santa Catarina na formação e capacitação de policiais militares

Já se passaram 20 anos desde o advento da lei e resta a pergunta: quais as ações de ordem prática-operacional que foram dirigidas à PMSC, a qual pela presença diuturna lida com relações humanas, para bem (melhor) atender as pessoas surdas? Para responder ao questionamento anterior, nada melhor que situar a leitura a partir de dados obtidos das diretorias/divisões da PMSC.

Na Diretoria de Pessoal (DP) da PMSC obteve-se a informação que a polícia militar conta com efetivo policial militar de 9.484 integrantes, sendo estes dados computados em 03 de agosto de 2023 (PMSC, 2023a).

Já a partir da Agência Central de Inteligência (ACI), desde o advento da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 até o oferecimento da resposta (11 de agosto de 2023) a PMSC atendeu 1.243 ocorrências/chamados envolvendo pessoas surdas (PMSC, 2023b).

E ainda, conforme já citado na introdução desta pesquisa, considerando a população catarinense surda estimada em 102.730 habitantes (IBGE, 2022), pode-se estabelecer por meio de uma simples proporção, que 1,2% dessa população surda já obteve contato/atendimento pela PMSC.

Pode numa primeira análise esse percentual parecer ínfimo, contudo, para oferecimento da competente resposta deve-se analisar também, o contexto formativo de capacitação dos policiais militares para atendimento dessas ocorrências/chamados; se estão os policiais militares preparados e como se sentem (preparados) para tais atendimentos. Considerando que a APMT no corrente ano (2023) só detinha alunos no CFS, em nível de pós-graduação; a partir desses, explorou-se por meio de questionário *online* acerca da percepção e do preparo desses para realização de abordagens em pessoas surdas, para as quais serão tecidas análises na seção 4 desta pesquisa.

Quanto ao contexto formativo inicial de cursos já realizados na APMT, junto da Divisão de Formação e Graduação (DFG) obteve-se informação que, para a graduação do Curso de Formação de Soldados (CFSd) foi oferecida a disciplina de libras na modalidade de Ensino à Distância (EaD) para 1.038 alunos, entre os anos de 2020 e 2021; e para a graduação do Curso de Formação de Oficiais (CFO) foi oferecida a disciplina de libras na modalidade optativa, mas cursada por todos, para 92 alunos, nos anos de 2014, 2015 e 2021 (PMSC, 2023c).

Oportunamente, aos 414 alunos do CFS nas edições de 2020 e 2022, foram oferecidas capacitações sobre a temática libras, através de palestras ministradas por integrantes do Departamento de Libras da UFSC e integrantes da Associação de Surdos do Extremo Sul Catarinense, respectivamente (PMSC, 2023c).

Com referência ao ensino de libras na formação continuada (pós formados), segundo a Divisão de Ensino Continuoado (DEC), no que se refere ao oferecimento de capacitação através de outros cursos/treinamentos/estágios ou revitalizações, nos anos de 2009, 2019/1º semestre e 2019/2º semestre, 67 policiais militares participaram de curso de libras para policiais nos níveis básico e intermediários, respectivamente (PMSC, 2023d).

Com a apresentação dos levantamentos acima, resta evidenciado, que apesar da corporação dispor da disciplina de libras nas malhas curriculares dos cursos de formação inicial da PMSC, ainda foram poucos os policiais militares, em pronto emprego (formados), capacitados ao atendimento ao cidadão surdo, considerando o período em que estão na PMSC. Para tanto, através dos bancos formativos é dever da APMT, enquanto órgão de execução de ensino da PMSC e instituição de ensino superior, esforçar-se para capacitar ainda mais policiais militares para melhor atender às pessoas surdas.

Oportunamente, na seção 4 deste trabalho serão apresentadas análises com referência aos alunos sargentos, integrantes do CFS 2023, 1ª edição, e suas percepções/preparo para atendimento/abordagem em pessoas surdas.

A partir da próxima seção será detalhada a metodologia utilizada para bem desenvolver a pesquisa, bem como apresentar como foram auferidos os dados e informações necessárias.

3. METODOLOGIA

Após a definição do objeto de estudo, o plano de pesquisa foi estruturado com base em métodos e técnicas reconhecidos na literatura científica. O delineamento adotado caracteriza-se como descritivo e exploratório. A pesquisa é descritiva por buscar identificar e relatar as principais características da população estudada, e exploratória por permitir, durante o processo de coleta de dados, a ampliação da compreensão do tema, a definição mais precisa dos objetivos, a formulação de

hipóteses e, eventualmente, a identificação de novos enfoques investigativos. Tal natureza flexível justifica sua classificação como uma proposta de planejamento modular, conforme destacam Prodanov e Freitas (2013).

No que diz respeito à abordagem metodológica, optou-se por um modelo misto, combinando métodos qualitativos e quantitativos. Essa estratégia permitiu a análise simultânea de dados numéricos e descritivos, conforme recomendações de Creswell (2007), que destaca a implementação paralela da coleta de dados como uma das características dos estudos de métodos mistos. A definição da ênfase entre os tipos de dados, bem como a aplicação de estruturas teóricas indutivas ou dedutivas, integra as decisões estratégicas de condução desse tipo de investigação.

O método lógico adotado foi o indutivo, pautado na premissa de que a partir da observação empírica de casos particulares é possível chegar a generalizações sobre o fenômeno estudado. Assim, os resultados foram construídos com base em regularidades e padrões identificados no conjunto dos dados coletados, conforme defendem Prodanov e Freitas (2013).

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa envolveu levantamento bibliográfico, análise documental e aplicação de questionário. O levantamento teórico foi realizado a partir de obras acadêmicas publicadas, incluindo livros, artigos científicos e documentos institucionais, com o intuito de contextualizar e fundamentar a análise sobre a temática da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no contexto da formação policial.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, etc. e a pesquisa documental com documentos institucionais. Buscou-se averiguar a eventual existência de disciplina sobre a temática de libras nos cursos de formação e aperfeiçoamento da APMT, considerando o período transcorrido de vigência da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais) e de seu regulamento, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

O levantamento bibliográfico foi realizado na base de dados da Biblioteca APMT por constituir um acervo específico e qualificado na área de Segurança Pública e no portal OasisBR, por ser uma fonte coletora de documentos acadêmico-científicos em acesso aberto no Brasil e também no Portal da Capes, com uma variedade de documentos de cunho acadêmico-científico.

Como instrumento de coleta de dados aplicou-se um questionário *online* (Google Forms) junto ao corpo discente do CFS 2023, em formação junto da APMT, isto é, 359 alunos sargentos, caracterizada pela população desta pesquisa. O *link* do questionário foi enviado aos respondentes no dia 24 de julho de 2023, com apoio dos sargentos monitores dos pelotões da Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (ESFAP). O questionário, conforme apresentado no Apêndice A, contemplou 13 questões de múltipla escolha para atender ao objetivo de investigar o conhecimento dos alunos sargentos do CFS 2023 sobre libras e a sua inferência na abordagem à população surda.

A amostra foi constituída por meio de uma amostragem aleatória simples, oferecendo a todos os elementos da população oportunidade de fazer parte da amostra. Com a população de 359 alunos, a amostragem realizada para ser validada a pesquisa com 98% de confiabilidade e margem de erro de 2% fica em torno de 331 pessoas, sendo que ao todo foram entrevistadas 341 pessoas, atingindo o número para ser validada a pesquisa.¹

Para as questões fechadas, utilizou-se do método estatístico, fundamentando-se pela aplicação da boa probabilidade para se constituírem como verdadeiras as investigações (Prodanov; Freitas, 2013). Para tanto, os resultados serão apresentados e analisados por meio de gráficos/tabelas na próxima seção.

Seguindo para a próxima seção, tratar-se-á de analisar e tecer comentários acerca dos dados levantados junto dos alunos do CFS 2023, primeira edição.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Os alunos do CFS edição 2023 preencheram o questionário (Apêndice A), o qual foi subdividido em três temáticas: (1) informações básicas do policial militar; (2) informações sobre os conhecimentos de libras sobre o atendimento de ocorrências envolvendo pessoa surda; (3) informações sobre ocorrências envolvendo pessoas surdas.

4.1 Informações básicas do policial militar

A primeira e a segunda questão abordaram a origem dos respondentes advindos das mais diversas Organizações Policiais Militares (OPMs) da PMSC, os quais passam, em formação, a estar vinculados a uma turma/pelotão do CFS/2023. Há representação de todos os 12 Comandos de Região Policial Militar (CRPM) da PMSC em todos os pelotões do CFS 2023.

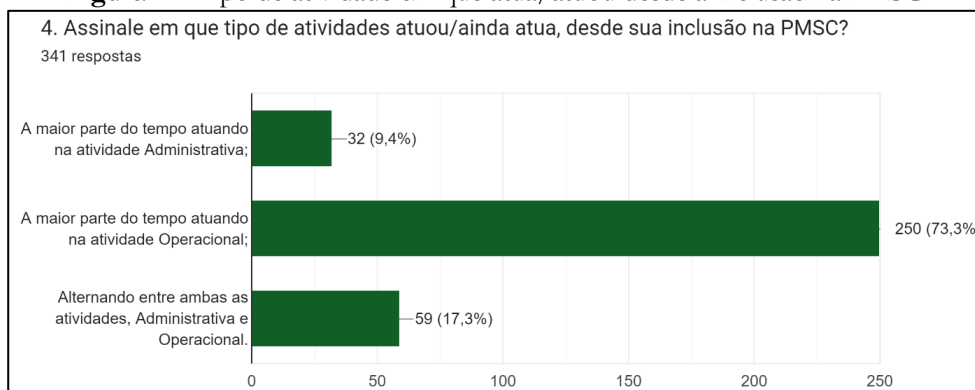
Procurou-se saber o tempo de atuação dos respondentes como policial em Santa Catarina, (78,9%) atua há mais de 20 anos como policial militar, 12,9% entre 10 a 20 anos e 8,2% há menos de 10 anos. Esses dados sugerem que há uma proporção significativa de membros que acumularam experiência ao longo dos anos de trabalho, atuando em diferentes segmentos, lidando com diversos tipos de pessoas nos mais diversos atendimentos realizados pela PMSC.

Referente à atuação profissional na PMSC dos respondentes a pesquisa aponta que 73,3% dos respondentes atua a maior parte do tempo na atividade operacional (Figura 1). Ou seja, encontra-se em atividade de linha de frente junto à população de Santa Catarina dotada de tanta pluralidade.

¹ Cálculo realizado por meio da plataforma SOLVIS. Disponível em: <https://solvis.com.br/calculadora/>.



Figura 1 – Tipo de atividade em que atua/atuou desde a inclusão na PMSC



Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 1 apresenta os resultados obtidos a partir da pergunta aplicada aos discentes do Curso de Formação de Sargentos (CFS) 2023 da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), referente ao tipo de atividade desempenhada desde sua inclusão na corporação. Dos 341 respondentes, 73,3% (n=250) indicaram ter atuado predominantemente em atividades operacionais, 17,3% (n=59) relataram alternância entre atividades administrativas e operacionais, enquanto apenas 9,4% (n=32) declararam atuação majoritária em funções administrativas. Esses dados demonstram a predominância de experiências operacionais entre os discentes, fator relevante para a análise de sua percepção sobre situações de campo, incluindo o atendimento a pessoas surdas em contextos de abordagem policial.

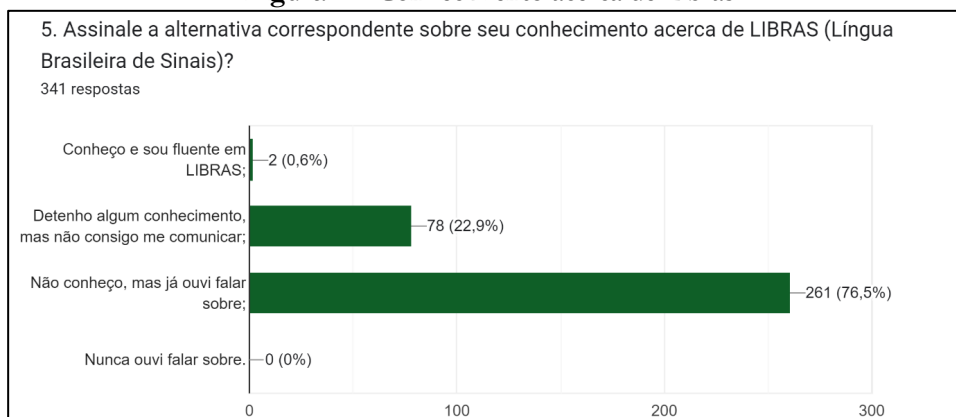
4.2 Informações sobre os conhecimentos sobre libras para atendimento de ocorrências envolvendo pessoa surda

No intuito de se obter um panorama do nível de conhecimento dos alunos em relação à Libras, questionou-se sobre o conhecimento acerca da temática. Entre os 341 participantes, 76,5% (n=261) afirmaram não conhecer a Libras, embora já tenham ouvido falar sobre ela; 22,9% (n=78) declararam possuir algum conhecimento, mas sem capacidade para se comunicar; e apenas 0,6% (n=2) indicaram fluência na língua.

Nenhum respondente declarou desconhecimento total do tema. Esses dados revelam um baixo nível de proficiência em Libras entre os discentes, o que evidencia a necessidade de ações formativas específicas voltadas à comunicação inclusiva com pessoas surdas no contexto da atividade policial.

Com base nas respostas infere-se, já num primeiro momento pela importância de palestras, treinamentos e/ou práticas sistematizadas a fim de melhorar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, corroborando com o apontamento de Dizeu e Caporali (2005), os quais afirmaram que a língua de sinais é minorada se comparada à língua oral.

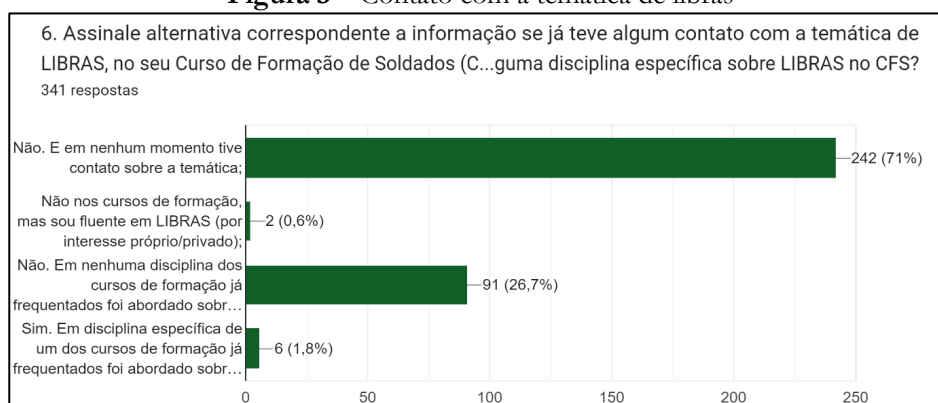
Figura 2 – Conhecimento acerca de Libras



Fonte: Dados da pesquisa.

A questão seis (Figura 3) buscou identificar o contato dos respondentes com Libras durante os cursos de formação ofertados pela APMT e/ou em alguma disciplina específica. A maioria dos respondentes (71%) afirmou que não teve nenhum contato com a temática de Libras nos cursos de formação, e 26,7% revelou que em nenhuma disciplina dos cursos de formação já frequentados foi abordada a temática de Libras. Apenas uma parcela de 1,8% informou ter conhecimento a partir de uma disciplina específica, conforme gráfico 6. Infere-se que essa questão não está sendo abordada de maneira significativa nesses contextos de formação policial militar. Contudo, é interessante reverenciar que 0,6% dos entrevistados mencionaram que, apesar de não terem contato com Libras nos cursos de formação, se tornaram fluentes na língua por interesse próprio ou privado. Os resultados destacam a necessidade de uma maior atenção à comunicação inclusiva nas formações dos policiais militares, garantindo a comunicação eficaz com todos os cidadãos, incluindo aqueles que têm deficiência auditiva, o que reverbera aos questionamentos de Ribeiro (2021): está o policial militar preparado para interagir com uma pessoa surda, por meio de libras? abordar? prestar socorro? (Ribeiro, 2021).

Figura 3 – Contato com a temática de libras



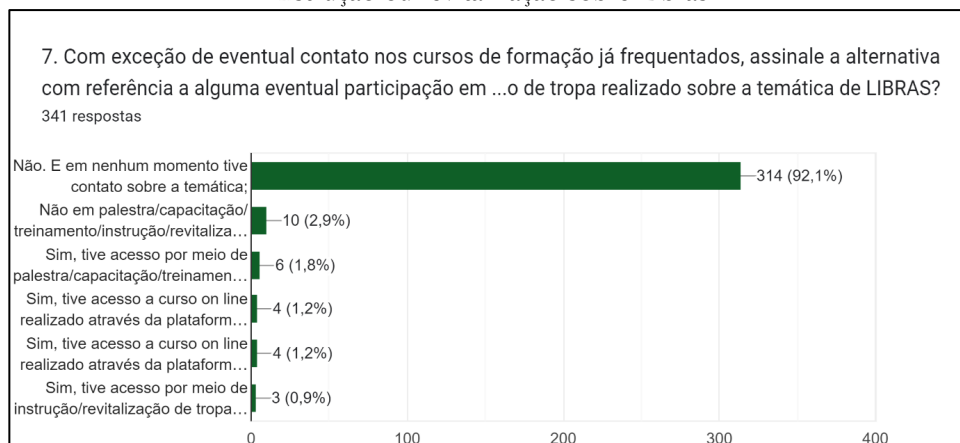
Fonte: Dados da pesquisa.

A questão sete (Figura 4) procurou observar se houve a participação dos respondentes em alguma palestra, capacitação, treinamento, curso, instrução ou revitalização sobre Libras. 92,1% dos



respondentes afirmaram que em nenhum momento teve contato com a temática. Os dados representados no gráfico 7 apontam um baixo conhecimento em relação a temática no grupo pesquisado, sugerindo uma maior conscientização e divulgação da importância da Libras na atividade policial.

Figura 4 – Participação em alguma palestra, capacitação, treinamento, curso, instrução ou revitalização sobre Libras



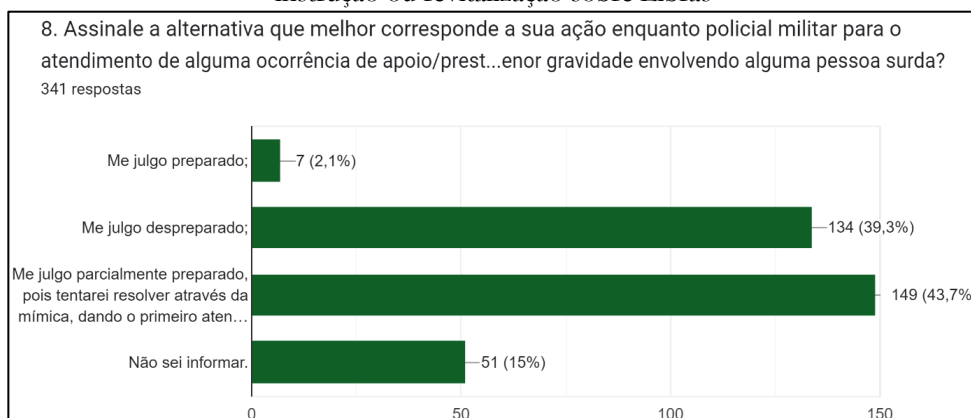
Fonte: Dados da pesquisa.

4.3 Informações sobre ocorrências envolvendo pessoas surdas

As questões de 8 a 13 proporcionaram um cenário de como os policiais sentem-se preparados para diversos tipos de abordagens envolvendo alguma pessoa surda.

Questionados se estariam preparados para apoio/prestação de informação ou atendimento de ocorrência de menor gravidade envolvendo alguma pessoa surda, 39,3% não se consideram preparados, 43,7% julgam-se parcialmente preparados com o uso de mímica para a abordagem (gráfico 8). Infere-se aqui a iminência de ações preparatórias e regulatórias para a abordagem policial a esse público, considerando que apenas 2,1% dos respondentes se julgam preparados.

Figura 5 – Participação em alguma palestra, capacitação, treinamento, curso, instrução ou revitalização sobre Libras

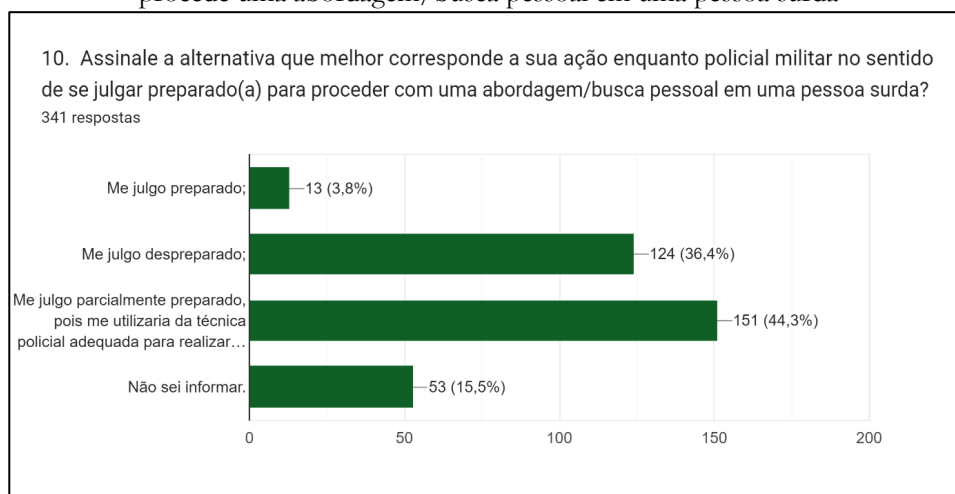


Fonte: Dados da pesquisa.

O cenário não foi muito diferente ao serem questionados se sentem-se preparados para o atendimento de uma emergência envolvendo alguma pessoa surda. Apenas 1,8% dos respondentes se julgam preparados, 16,7% não soube responder, 39,3% se consideram despreparados e 42,2% se julgam parcialmente preparados, valendo-se do uso da mímica para interação em abordagem.

Questionados se estariam preparados para uma abordagem pessoal envolvendo alguma pessoa surda, apenas 3,8% dos respondentes se julgam preparados, 36,4% se consideram despreparados e 44,3% se julgam parcialmente preparados para abordagem, por considerar bem se utilizar das adequadas técnicas policiais (Figura 6).

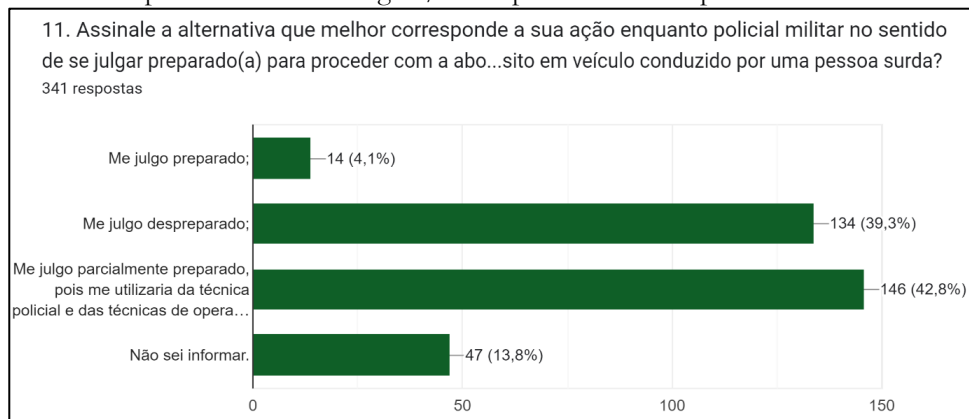
Figura 6 – Ação enquanto policial militar no sentido de julgar preparado para procede uma abordagem/busca pessoal em uma pessoa surda



Fonte: Dados da pesquisa.

Referente a abordagem/fiscalização de trânsito em veículo conduzido por uma pessoa surda, observa-se uma pequena elevação no número de policiais preparados, 4,1%. Contudo 39,3% ainda não se consideram preparados para a abordagem e 42,8% se julgam parcialmente preparados (Figura 7).

Figura 7 – Ação enquanto policial militar no sentido de julgar preparado para procede uma abordagem/busca pessoal em uma pessoa surda

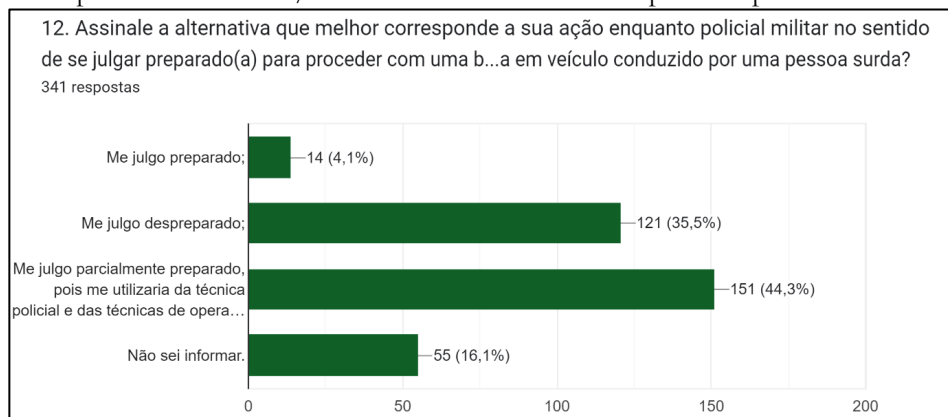


Fonte: Dados da pesquisa.



Questionados sobre o preparo para proceder com uma busca/revista em veículo conduzido por uma pessoa surda, obteve-se resultados similares: 4,1% se consideram preparados, 35,5% despreparados e 44,3% parcialmente preparados. Observa-se aqui uma parcela relativamente alta de 16,1% que não sabe informar o nível de preparo para conduta apresentada (Figura 8).

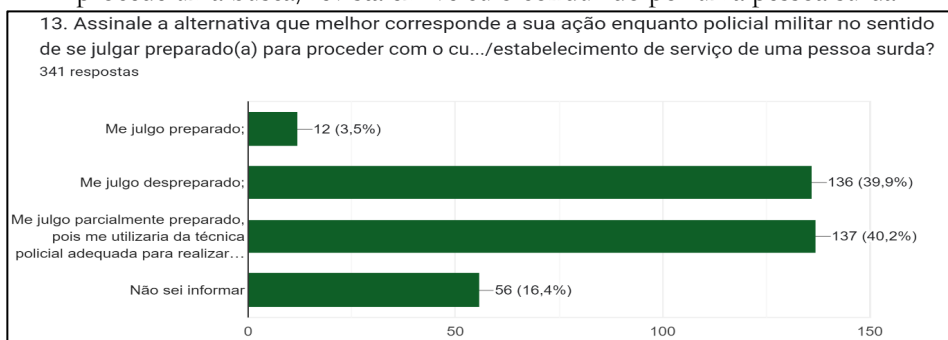
Figura 8 – Ação enquanto policial militar no sentido de julgar preparado para procede uma busca/revista em veículo conduzido por uma pessoa surda



Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação ao preparo para proceder com o cumprimento de um mandado de busca e apreensão em residência/estabelecimento de serviço de uma pessoa surda, 3,5% dos respondentes se julgam preparados, 39,9% não se consideram e 40,2% se julgam parcialmente preparados utilizando-se das adequadas técnicas policiais de abordagem (Figura 9).

Figura 9 – Ação enquanto policial militar no sentido de julgar preparado para procede uma busca/revista em veículo conduzido por uma pessoa surda



Fonte: Dados da pesquisa.

Com os resultados apresentados apontam-se para algumas considerações importantes:

É baixo o percentual de respondentes que se sentem preparados para abordagem com pessoas surdas; sugere-se assim, que pode haver uma falta de conhecimento ou habilidades específicas para lidar com esse público. Isso reforça a necessidade de programas de capacitação e treinamento para melhorar a competência dos policiais militares nesse aspecto.

Outro aspecto relevante é o da comunicação, os resultados sugerem que pode haver desafios na comunicação com pessoas surdas. Isso pode se traduzir em barreiras para o acesso à informação e aos serviços para esse grupo, destacando a importância da adoção de práticas específicas para os policiais militares, assim como será destacado na seção 2.3, culminando paliativamente, na necessidade de adoção de um Procedimento Operacional Padrão para abordagem às pessoas surdas, conforme proposto no apêndice B.

Há necessidade de mais ações de formação e de conscientização para que policiais militares possam interagir com pessoas surdas e garantir uma sociedade mais inclusiva e acessível.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou diagnosticar o nível de conhecimento dos alunos sargentos do Curso de Formação de Sargentos (CFS) da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), edição 2023, quanto à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e sua preparação para o atendimento à população surda. Considerando-se o expressivo número estimado de pessoas surdas no estado - cerca de 102.730 indivíduos - e a capilaridade da PMSC, com 9.483 integrantes espalhados por todo o território catarinense, torna-se evidente a relevância da temática abordada.

Os dados apontaram que a maioria dos alunos sargentos atua predominantemente na atividade operacional e tem grande possibilidade de, em algum momento de sua trajetória profissional, interagir com uma pessoa surda. Ainda assim, 76,5% dos respondentes declararam não conhecer Libras, e apenas 0,6% afirmaram ter fluência. A ausência de contato sistematizado com a temática em cursos de formação e capacitação foi outro ponto crítico evidenciado, o que compromete a eficácia comunicacional das abordagens.

Apesar dos esforços empreendidos pela Academia de Polícia Militar da Trindade (APMT), especialmente com a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação desde 2014, constata-se que a formação continuada e a capacitação prática dos policiais formados ainda carecem de investimentos mais robustos. Essa lacuna pode gerar dificuldades operacionais, falhas na mediação de conflitos e risco de violação de direitos fundamentais da pessoa surda, considerando a centralidade da comunicação como meio de atuação da polícia ostensiva.

Com base nesses achados, foi proposta a criação de um Procedimento Operacional Padrão (POP) para orientar abordagens policiais a pessoas surdas, com foco na segurança, padronização, eficiência e respeito à diversidade comunicacional. O POP, ainda que paliativo, visa subsidiar o policial militar que não domina Libras, oferecendo um roteiro prático para interação inicial, com suporte visual e referências técnicas.



Entre as limitações desta pesquisa, destaca-se a restrição da amostra à 1ª edição do CFS 2023 e o foco exclusivo nos discentes da APMT, o que pode comprometer a generalização dos resultados para o efetivo total da corporação. Adicionalmente, não foram exploradas as percepções das pessoas surdas quanto à atuação da PMSC, nem o impacto prático das abordagens já realizadas.

Como sugestões para pesquisas futuras, recomenda-se: (a) ampliar a investigação para outras edições e níveis de formação na PMSC; (b) incluir a perspectiva da comunidade surda sobre a atuação policial; (c) avaliar o impacto da adoção do POP proposto na redução de falhas comunicacionais; (d) investigar a efetividade de metodologias de ensino de Libras voltadas a profissionais da segurança pública; e (e) realizar análises comparativas entre estados da federação quanto à implementação de políticas inclusivas na formação policial.

Conclui-se que a qualificação dos policiais militares para a comunicação inclusiva com a população surda é imprescindível à promoção de uma segurança pública democrática, acessível e pautada nos direitos humanos. O fortalecimento das ações formativas e a adoção de práticas institucionais padronizadas, como o POP aqui proposto, podem contribuir significativamente para esse processo, garantindo à comunidade surda um atendimento digno, eficiente e cidadão.

REFERÊNCIAS

BALESTRERI, R. B. **Direitos humanos**: coisa de polícia. Passo Fundo, RS: CAPEC, 1998.

BEHARES, L. E. A educação e os direitos linguísticos dos surdos: relações, princípios e políticas públicas. **Políticas Educativas**, Santa Maria, v.1, n.1, p. 193-208, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/77084/45817>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BENASSI, C. A.; DUARTE, A. S; PADILHA, S. de J. Libras no ensino superior: sessenta horas para aprender a língua ou para saber que ela existe e/ou como se estrutura. **Revista de Letras Norte@mentos**: estudos linguísticos, v.15, n.10, p. 48-60, jul./dez., 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/4145501/LIBRAS_NO_ENSINO_SUPERIOR_SESENTA_HORAS_PARA_APRENDER_A_L%C3%8DNGUA_OU_PARA_SABER_QUE_ELA_EXISTE_E_OU_COMO_SE ESTRUTURA. Acesso em: 30 jul. 2023.

BOND, L. Surdos enfrentam dificuldade para atendimento em saúde. **Agência Brasil**, 07 out. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-10/surdos-enfrentam-dificuldade-para-atendimento-em-saude>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. [IBGE, 2011]. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico: características da população e domicílios** [Internet]. 270p. [citado 2020 Apr 16]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=793>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020**. Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031. [2020a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10531.htm#:~:text=DECRETA%3A-Art.federal%20direta%2C%20aut%C3%A1rquica%20e%20fundacional. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 30 jul. 2023.



BRASIL. Ministério da Economia. **Estratégia federal de desenvolvimento para o Brasil 2020-2031**. Brasília, DF: Ministério da Economia, [2020b]. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/estrategia-federal-de-desenvolvimento>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. 2. ed. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunossurdos.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. [2023]. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CORREA, G. T. *et al.* Uso de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) comportamentais na realização de atividades profissionais. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 1011-1017, jun. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572020000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 ago. 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIZEU, L. C. T. B.; CAPORALI, S. A. A língua dos sinais construindo o surdo como sujeito. **Educação Social Campinas**, v. 26, n. 91, p. 583-597, maio/ago., 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de julho de 2023.

ESTRATÉGIA ODS. **Sobre a estratégia**. 2023. Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/sobre-a-estrategia>. Acesso em: 09 ago. 2023.

IBGE. **Censo brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PFEIFER, P. Surdez: as dificuldades comuns que enfrentamos. **Crônicas da surdez**, 05 fev. 2020. Disponível em: <https://cronicasdasurdez.com/surdez-dificuldades/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PINC, T. Abordagem policial: um encontro (des)concertante entre a polícia e o público. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 1, n. 2, p. 6- 23, 2007. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/13/11>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PMSC. Diretoria de Pessoal. **[Dados de gestão]**. Florianópolis: PMSC, 2023a. [Dados internos. Acesso restrito].

PMSC. Agência Central de Inteligência. **[Dados de ocorrências]**. Florianópolis: PMSC, 2023b. [Dados internos. Acesso restrito].

PMSC. Academia de Polícia Militar da Trindade. Divisão de Formação e Graduação. **[Dados de gestão acadêmica]**. Florianópolis: PMSC, 2023c. [Dados internos. Acesso restrito].

PMSC. Academia de Polícia Militar da Trindade. Divisão de Ensino Continuado. **[Dados de gestão de ensino]**. Florianópolis: PMSC, 2023d. [Dados internos. Acesso restrito].

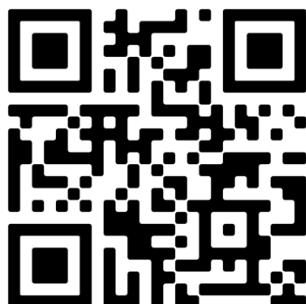
PRODANOV, C. C.; ERNANI, C. de F. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 30 jul. 2023.

RIBEIRO, D. C. V. Abordagem à pessoa surda na Polícia Militar (PA): uma avaliação sobre a necessidade de capacitação do policial militar. **CESDH**, ano 1, n. 16, abr., 2021. Disponível em: https://pepcex.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Ponto-de-Vista_Ano1_n16.pdf . Acesso em: 30 jul. 2023.

SANTA CATARINA. Polícia Militar de Santa Catarina. Estado-Maior Geral. ROSA, A. J. P. da *et al.* **Manual de técnica de polícia ostensiva**. 7. ed. Florianópolis, SC: PMSC, 2022.



APÊNDICE A – Questionário aplicado



APÊNDICE B – Procedimento Operacional Padrão



CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES DO PROERD NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE TOCANTINS: imersão total no processo de capacitação profissional

*Railson Alves ***Leonardo Andrade Carneiro ***

RESUMO: O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, centrada na formação de instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins. O estudo teve como objetivo compreender o processo de capacitação profissional por meio de uma metodologia de imersão total, caracterizada pela observação participante, associada à revisão bibliográfica. Os dados foram coletados ao longo do Curso de Formação de Instrutores do PROERD (CFIP/2023), revelando aspectos organizacionais, pedagógicos e subjetivos do processo formativo. Os resultados evidenciaram a seriedade da formação, a necessidade de adaptação dos policiais ao novo papel educacional e a importância de critérios rigorosos de seleção. Constatou-se, ainda, a carência de estudos científicos sobre a preparação de instrutores, bem como a necessidade de ajustes no currículo do PROERD à realidade educacional brasileira, especialmente frente às dificuldades de alfabetização e estrutura escolar. A conclusão reforça a relevância do programa como política pública de prevenção e a urgência da formação continuada dos profissionais envolvidos, destacando seu potencial transformador tanto na vida dos alunos quanto na trajetória dos instrutores.

Palavras-chave: políticas públicas; formação profissional; PROERD; segurança pública; prevenção.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v7i18.245>

Recebido em 24 de junho de 2024.

Aprovado em 02 de agosto de 2024

* Universidade Federal de Tocantins (UFT).

** Universidade Federal de Tocantins (UFT). ORCID: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v5i13.156> - CV: <http://lattes.cnpq.br/5236550947764476>.



PROERD INSTRUCTOR TRAINING COURSE IN THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF TOCANTINS full immersion in the professional training process

ABSTRACT: This article presents the results of a qualitative, descriptive, and exploratory study focused on the training of instructors for the Drug Abuse Resistance Education Program (PROERD) within the Military Police of the State of Tocantins. The study aimed to understand the professional training process through a methodology of total immersion, characterized by participant observation and literature review. Data were collected during the 2023 PROERD Instructor Training Course (CFIP/2023), highlighting organizational, pedagogical, and experiential aspects of the training. The findings revealed the seriousness of the course, the need for police officers to adapt to an educational role, and the importance of rigorous selection criteria. The research also identified a lack of academic studies on instructor training and the need to adapt the PROERD curriculum to the Brazilian educational context, particularly concerning literacy challenges and school infrastructure. The study concludes by emphasizing the program's relevance as a public prevention policy and the urgency of continued training for participating professionals, underscoring its transformative potential for both students and instructors.

Keywords: public policies; professional training; PROERD; public security; prevention.

1. INTRODUÇÃO

Políticas públicas são decisões tomadas pelo governo com o objetivo de lidar com as diversas situações sociais. Elas podem ser para a área da economia, meio ambiente, saúde, segurança e outros temas que afetam direta ou indiretamente a sociedade. Carvalho (2019) afirma que quando se trata de políticas públicas, o estado deixa de simplesmente cumprir e executar normas, pois ganha função comunitária, atuando em processos de evolução de vida, algo muito complexo para que se deixe completar apenas com cumprimento e execução normativa.

Ao tratar sobre a formação instrutores no Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD), o presente manuscrito apresenta diálogos relevantes articulados para o ensino, pesquisa e extensão. Trazendo uma análise dos desdobramentos do programa na Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO). Para tal, foi realizado um estudo por meio de pesquisa participante, onde o pesquisador, por meio de imersão total na formação tem participação direta no objeto de estudo. Ademais, por meio de uma revisão bibliográfica e da técnica do relato de experiência busca analisar os avanços e desafios das ações do Estado para políticas públicas e sociais em interface com práticas de cuidado, prevenção e avaliação de políticas voltadas à temática de usos de substâncias psicoativas.

O PROERD é uma política pública preventiva de grande reconhecimento. Segundo o Ministério da Educação (MEC), é ministrado por policiais militares habilitados para trabalhar com pais, professores, alunos e a comunidade. O projeto visa prevenir, orientar e instruir jovens e adolescentes no ambiente escolar sobre más influências e como resistir à pressão de delinquentes (Scaringi, 2010).

Aspirando uma profunda compreensão da formação de instrutores do PROERD, o pesquisador utilizou de uma grande inovação na metodologia de formação acadêmica para melhor compreensão de políticas públicas, a Residência em Políticas Públicas (RPP), que se assemelha as residências médicas, proporcionando aos alunos um espaço para aprendizagem. O modelo de Residência em Políticas Públicas possibilita a oportunidade da imersão para se analisar as estratégias e ações governamentais. Para Silva *et al.*, (2015), a RPP possibilita “a integração entre teoria e prática” [...] “e constitui uma atividade analítico-reflexiva que utiliza técnicas de pesquisa para compreender determinados aspectos da gestão de políticas públicas” (Silva *et al.*, 2015, p. 591).

Nessa lógica, a presente pesquisa contribui para uma maior cognição do PROERD. Ela faz parte da disciplina de Residência em Políticas Públicas da Universidade Federal do Estado do Tocantins (UFT) e se concentrou no Curso de Formação de Instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) - CFIP/2023, da Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO), buscando entender como é a formação dos responsáveis por representar a política pública no Estado do Tocantins.



Almeida (2021) menciona que a origem do PROERD ocorreu nos Estados Unidos, pela Polícia de Los Angeles, na década de 1980 em um contexto de surgimento da cocaína, o que trouxe uma crescente guerra contra as drogas no cenário estadunidense. Devido a sua importante missão, organização e forma de atuação peculiar, o programa se difundiu para diversas partes do mundo de maneira exponencial. No Brasil, o primeiro estado a receber o programa foi o Rio de Janeiro, onde ficou decidido que teria a denominação de PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas.

Castiajo (2021) após entrevistar os pioneiros do programa no Brasil, registra que em reunião com integrante do programa dos Estados Unidos a fim de decidir o formato de atuação no Brasil, foi verificado que daria para ser adaptado às características da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) sob a figura de um policial fardado em sala de aula, o que de fato ocorreu entre 1991 e 1992 com parceria entre o Consulado Americano e a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

No Estado do Tocantins, a implantação do programa ocorreu em 2002 e atualmente são atendidos o currículo da educação infantil, o ensino fundamental e também o currículo PROERD pais, todos por militares capacitados para atuar em cada currículo. Ademais, a Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO) tem histórico positivo de grande atuação e reconhecimento no PROERD, visto que já foram atendidos, até o ano de 2023, 464.532 crianças e adolescentes e 9.857 pais, ultrapassando mais de 475 mil atendimentos (Ribeiro, 2024).

No intuito de conscientizar crianças e adolescentes sobre drogas (lícitas e ilícitas) e violência, o PROERD ensina acerca do tema e auxilia na tomada de boas decisões, considerando que os alunos são indivíduos em formação e muitas vezes não possuem bons exemplos em seus lares. Realidade que faz a visão sobre o policial se estender para além da sala de aula. Para Santos (2022), a presença da Polícia Militar está criando um novo cenário de concepção social, estabelecendo conexões que são fundamentais para o desenvolvimento humano. Assim essas crianças e adolescentes veem a “polícia como incentivadora do protagonismo, senso crítico, desconstruindo, portanto, estereótipos negativistas que outrora se manifestavam na estrutura de imagem” do policial na sociedade (Santos, 2022, p. 429).

Dentro deste contexto, o relato de experiência permite o conhecimento da formação de instrutores do PROERD na PMTO, do plano pedagógico e da vivência no ambiente instrucional, que buscam desenvolver as habilidades, competências e atitudes, as quais devem compor o perfil desejado para os profissionais que atuam no programa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O PROERD é um projeto de educação preventiva que aproxima a polícia militar, comunidade escolar e a família, contribuindo para o fortalecimento da cultura de paz. Destaca-se que é

desenvolvido e implementado em todos os estados brasileiros pelas Polícias Militares, sendo um dos programas de prevenção mais reconhecidos nacionalmente (Pereira, Sales e Oliveira, 2022).

O programa é posto em prática com a alocação de um servidor integrante da segurança pública em sala de aula, onde policial passa a se tornar um exemplo de comportamento para os alunos, Santos (2021, p. 244) afirma que “O Policial Militar torna-se, em sua perspectiva da representação social, um agente formador. Um professor informal”. Dessa maneira, o PROERD além de trazer uma visão preventiva contra as drogas e a violência, procura agir diretamente no comportamento das crianças, compreendendo que a conduta é aprendida através da vida em sociedade.

Nessa perspectiva, no que diz respeito a aspectos teóricos, o programa pode ser fundamentado nos princípios da teoria da associação diferencial, que ressalta o comportamento desviante como algo aprendido e desenvolvido por meio das interações sociais, podendo ser reforçado no cotidiano (Bernard, 1947). A teoria, defende ainda que indivíduos inclinados para desvios e ações delituosas em ambientes propícios podem se aproveitar das oportunidades para cometer atos desviantes (Bernard, 1947).

Para Carneiro (2023), cada pessoa nasce com predisposições que são fortalecidas ou não pelas estruturas sociais ao longo da vida. Segundo o autor, condutas, atitudes e práticas desviantes são aprendidas e desenvolvidas por meio das relações sociais no espaço em que o indivíduo está inserido. Essa perspectiva destaca a importância do ambiente social na formação e na transformação do comportamento ao longo do tempo. Destaca-se ainda que “quanto mais próxima uma pessoa estiver de indivíduos envolvidos em atividades desviantes, maiores serão as chances de ela se envolver em comportamentos desviantes” (Carneiro, 2023, p. 1498).

Portanto, conforme teoria da associação diferencial analisada pelos autores, o comportamento criminoso é aprendido por meio de interações sociais. Daí sua relação com a importante atuação do PROERD, visto que o programa busca fornecer modelos positivos de comportamento por meio da interação com policiais, algo que demonstra a necessidade de que tais policiais sejam selecionados de maneira seletiva e criteriosa, pois irão passar a atuar como educadores.

Melo (2019) ao pesquisar sobre a efetividade do programa, destaca que nos Estados Unidos foram realizados estudos com resultados desestimulantes quanto à redução no abuso de drogas por adolescentes. Isso levou à implementação do PROERD “*Keepin’ it REAL*” (posteriormente lançado no Brasil com o nome “Caíndo na REAL”), com currículos desenvolvidos por pesquisadores da Universidade Estadual da Pensilvânia - EUA, embasados em evidências científicas e com maior foco na formação cidadã.

Para Rolim, Hermann e Oliveira (2020) são raros os estudos científicos sobre o PROERD e em regra, crianças, adolescentes, pais, professores e policiais compartilham uma visão positiva sobre



o programa, no entanto, isso nada diz sobre a efetividade em prevenir o consumo de drogas e comportamentos violentos, pois “a participação no PROERD não está associada a menores taxas de consumo de drogas, nem está associada a um melhor desempenho escolar dos estudantes” (Rolim, Hermann e Oliveira, 2020, p. 382). Lemos e Macedo (2024), entendem que apesar de ser necessária a existência de mais estudos, é possível inferir que o PROERD mostra satisfatórios resultados graças à sua intersetorialidade com a educação e a família dos usuários. Ressaltam ainda que existem pontos divergentes relacionados à eficiência do programa.

Em estudo sobre a relevância do PROERD como política pública, Veloso (2023) encontrou pontos que demonstram que o ensino no programa tem sintonia com a realidade escolar, mas afirma que como qualquer programa governamental, carece de autoavaliação, porém não se pode negar sua importância, pois suas características e conteúdo pedagógico fazem do PROERD uma política pública relevante no combate à violência escolar no Brasil. De modo semelhante, Gusmões (2023) aponta que o programa é bem visto pela sociedade, mas que o currículo do PROERD não está totalmente de acordo com a realidade da escola pública brasileira, muitas vezes devido à falta de estrutura ou dificuldade na alfabetização dos alunos, o que faz com que o instrutor tenha que se adequar à situação. Contudo, afirma que “o PROERD apresenta uma capilaridade e sustentabilidade nacional que nenhum programa conseguiu, o que é um ponto fortíssimo” (Gusmões, 2023, p. 107).

Quanto a formação de instrutores do PROERD viu-se dificuldade em encontrar bibliografias que tratem sobre o tema, enaltecendo a formação dos profissionais que irão atuar no PROERD lecionando em sala de aula. Dessa maneira, é fundamental um olhar voltado para a formação do profissional de segurança pública que irá operar na política pública, trazendo inclusive, maior publicidade para a forma como a gestão estatal age na preparação de seus profissionais. Diante disso, é importante ressaltar que na grade instrucional do PROERD existem cursos específicos para cada público alvo: crianças, adolescentes e pais. Inclusive, cada um desses cursos possui requisitos próprios. O curso fruto da presente pesquisa em formato de imersão total é apenas parte do todo PROERD, devendo ser analisado e compreendido para que se possa ter uma visão mais ampla sobre o funcionamento da estrutura que compõe o programa, essa realidade só será possível através de mais pesquisas sobre formação profissional dos policiais.

Ao pesquisar sobre a capacitação dos instrutores do programa, Henriques (2023, p. 81) “almejou influenciar e contribuir em estudos sobre cursos de capacitação”, concluindo que “O estudo sobre a capacitação dos Policiais Militares, Instrutores Proerd, buscou ser uma construção lógica por entender que os profissionais sentem necessidade da formação continuada [...]”. A capacitação contínua dos profissionais é uma necessidade, tendo em vista que o curso de formação de instrutores é um instrumento da política pública que prepara o profissional para atuar no PROERD.

Portanto, fica evidenciado que o PROERD é uma política pública operada por profissionais da segurança pública no ambiente educacional que visa prevenir o uso de drogas e a violência, fornecendo

orientação e instrução sobre como resistir a más influências. Sendo possível a utilização da teoria da associação diferencial de Sutherland para explicar como o PROERD influencia comportamentos positivos por meio da interação com policiais, destacando a importância do ambiente social na formação do comportamento e evitabilidade de condutas desviantes combatidas pelo programa.

Embora reconhecido nacionalmente e presente em todos os estados brasileiros, há desafios como a necessidade de avaliar sua eficácia e adaptar seu currículo à realidade das escolas públicas. Dessa forma, a importância do PROERD como política pública relevante no combate à violência escolar é reconhecida, devendo ser levado em consideração a carência existente de estudos sobre a formação dos profissionais que estarão atuando diretamente em salas de aula, partindo da função de agentes de segurança público em combate à criminalidade, para a de professores de crianças, adolescente, na busca de contribuir com a tomada de decisões.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Devido à sua importância social e à necessidade de novos estudos, o PROERD torna-se um tema importante para pesquisas científicas, que Gil (2001, p. 17) define como “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos [...]”, isso ocorre a partir do momento que não se dispõe de informações suficientes, ou quando as informações que se dispõe estão em desordem, sendo incapazes de responder ao problema. Assim, essa pesquisa surgiu da necessidade de averiguar como funciona a formação dos instrutores do PROERD no Estado do Tocantins, objetivando dar as informações maior clareza no que tange a atuação fim do profissional no programa.

Pesquisas científicas visam chegar a uma resposta para problema apresentado, para isso são utilizadas metodologias, as quais representam o caminho escolhido para chegar aos objetivos da pesquisa (Gerdhart e Silveira, 2009). Na presente pesquisa, como caminhar metodológico optou-se por uma abordagem qualitativa, de natureza básica que visa gerar novos conhecimentos sobre o programa, partindo de uma perspectiva institucional, ao adentrar na realidade da formação do futuro instrutor PROERD. Quanto aos objetivos, trata-se de pesquisa exploratória que busca proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa. Gerdhart e Silveira (2009) afirmam que o principal propósito da pesquisa exploratória é fornecer uma compreensão mais profunda do problema a ser investigado. Algo perfeitamente possível através de imersão total na política pública, se aprofundando no modelo de formação profissional no PROERD.

No tocante aos procedimentos utilizados, trata-se de pesquisa participante e bibliográfica. Bibliográfica por se basear na análise de “fontes escritas” que “provém apenas de livros e artigos consultados”, oferecendo uma visão abrangente do conhecimento atual sobre o PROERD (Gerdhart e



Silveira, 2009, p. 69-80). Participante porque “caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas” (Gerhardt e Silveira, 2009, p. 40). A pesquisa participante foi realizada por meio de imersão total, inserindo-se na realidade do curso de formação do PROERD, sendo utilizado a técnica de observação participante na qual o pesquisador “obtem informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (Gerhardt e Silveira, 2009, p. 75). Para isso, foram coletadas as informações da realidade diária na formação dos militares do curso de instrutor Proerd.

Para alcançar os resultados da pesquisa, foi necessário primeiramente se familiarizar com o funcionamento do programa, compreendendo a função da Coordenação Estadual do PROERD no Estado do Tocantins, responsável por todos os procedimentos relacionados ao curso, tais como a elaboração do edital, seleção dos docentes, organização das cerimônias de formatura e emissão dos certificados. Apenas dessa forma foi possível participar do Curso de Formação de Instrutores do PROERD, objeto da presente pesquisa, que se tornou público por meio do edital de seleção nº 03/2023 publicado em 03 de outubro de 2023, com 42 vagas, 38 para membros da Polícia Militar do Tocantins e 04 para instituições militares coirmãs, que trouxe também as informações básicas de todas as atividades do curso, desde a realização das inscrições até o término do curso (Tocantins, 2023).

Para que a participação fosse possível, foi necessário atender os requisitos estabelecidos para a seleção de policiais militares interessados, dentre os quais se destacam: voluntariado, habilidade docência, mínimo de um ano de serviço na corporação, estar no mínimo em bom comportamento, estar no serviço ativo, não responder a procedimentos que lesem a honra ou dignidade da instituição, não ter condenação penal, disposição para atividades sociais e educativas comunitárias, ter afinidade com educação infantil e o ensino fundamental, habilidade de comunicação interpessoal e capacidade de lidar com crianças e adolescentes, além de ter boa oratória, caligrafia, expressão verbal, concentração e motivação, entre outros (Tocantins, 2023).

Ademais, o policial militar do Estado do Tocantins deveria ser “aprovado e classificado pela Comissão de Pré-Seleção estabelecida para o Curso de Formação de Instrutores do PROERD 2023” e o policial militar de instituição coirmã deveria “ser indicado pela instituição a que pertença” (Tocantins, 2023, p. 4). No entanto, durante o curso, não houve participação de militares das instituições coirmãs, e todas as vagas foram ocupadas por militares do Estado do Tocantins.

Cabe ressaltar que a participação do pesquisador, assim como os demais militares selecionados só foi possível após seguir todas as etapas do processo de inscrição até sua homologação e convocação dos aprovados para início do curso no dia 16 de outubro de 2023. Portanto, os dados coletados foram adquiridos em loco pelo pesquisador que esteve durante todo o período de curso imerso no processo de formação.

4. RESULTADOS E DISCURSÕES

Dentro do processo de pesquisa, após o cumprimento de todos os requisitos, foi possível a participação no curso de formação, onde no primeiro dia de aula esse pesquisador, juntamente com os demais alunos, foi ciente do modelo de formação de instrutores do PROERD, onde existiam membros do programa em graus superiores chamados de facilitador, pedagogo (especialista em educação) e mentores, responsáveis pela formação do novo instrutor, todos autorizados pelo Centro de Treinamento do PROERD que, conforme informado por Melo (2019):

Os Policiais do PROERD, instrutores do programa, são capacitados por um corpo docente composto por outros policiais mais experientes na aplicação do programa e que receberam qualificação específica para tornarem-se multiplicadores (são os Facilitadores e Mentores do PROERD) além de profissionais pedagogos especialistas em educação. Esse corpo docente forma a chamada Equipe de Treinamento PROERD. Algumas instituições policiais participantes do programa podem constituir uma equipe e solicitar ao *D.A.R.E. América* ou ao *D.A.R.E. International* o reconhecimento como Centro de Treinamento D.A.R.E./PROERD (Melo, 2019, p. 6).

Devido à inexistência de Centro de Treinamento no Estado do Tocantins, foi necessário trazer para o curso um facilitador e uma pedagoga da Polícia Militar de São Paulo, responsáveis pela formação dos novos instrutores. Por esse motivo, constou no edital: “as atividades letivas do curso serão inteiramente de responsabilidade do Centro de Treinamento da Polícia Militar do Estado de São Paulo responsável pela chancela do Curso” (Tocantins, 2023, p. 6). Após serem apresentados para a turma, os profissionais do Estado de São Paulo, um 1º Sargento, facilitador, e uma Cabo, pedagoga especializada em educação, forneceram informações básicas sobre o funcionamento do programa.

Foram destacados pontos de extrema importância, como a necessidade de seguir estritamente o Manual do Instrutor PROERD de cada currículo e de estarmos cientes de que existe um perfil de aceitação institucional para se formar um policial PROERD, pois esses profissionais serão influenciadores diretos na vida de crianças e adolescentes, servido como modelo de conduta, motivo da importância de atuar com presteza, dedicação e responsabilidade. Também que os requisitos presentes no edital possuíam essa finalidade, de selecionar militares voluntários capazes de compreender a missão do PROERD, seguindo as normativas pedagógicas repassadas. Para tanto foi entregue o Manual de Facilitação do Instrutor PROERD, onde está descrito o projeto pedagógico do programa, que tem como base a afirmação que o novo papel do instrutor passa a ser de facilitador “da construção coletiva do conhecimento”, mediador “da aprendizagem, indo assim ao encontro das mais atuais teorias pedagógicas”. Nesse novo atuar pedagógico, cabe ao instrutor ter habilidades para saber “instigar e estimular os alunos” para construir conhecimento por meio de discussões em grupo mediadas pelo instrutor (Santa Catarina, 2009, p. 4).

Foram entregues aos discentes quatro manuais com a metodologia PROERD “Caindo na Real”, que possui currículos desenvolvidos por pesquisadores da Universidade Estadual da Pensilvânia



- EUA, embasados em evidências científicas e com maior foco na formação cidadã (Melo 2019), sendo eles: Manual de Facilitação do Instrutor PROERD, Manual do Instrutor PROERD Kids, Manual do Instrutor 5º Ano e Manual do Instrutor 7º ano. A função dos manuais é repassar ao futuro instrutor a pedagogia do programa e a forma de lecionar os currículos em sala de aula. A grade curricular do curso foi de 90 horas aulas, com 16 disciplinas, dentre elas introdução ao PROERD, onde é ensinado sobre o contexto histórico do programa, seus objetivos, realizações e caminhos até a atualidade. Também a disciplina definir e processar lições, onde o futuro instrutor aprende a repassar os objetivos das lições e fazer com que os alunos processem o aprendizado. As disciplinas foram organizadas e nomeadas conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Conteúdo Programático do Curso de Formação de Instrutor PROERD – PMTO

Ord.	Conteúdo Programático	Carga Horária (H/A)
1	Instrução Educacional	11
2	Dinâmicas de Apresentação	01
3	Introdução ao PROERD	03
4	Dinâmicas de Sensibilização	02
5	Definir e Processar Lições	12
6	Demonstração de Lições	04
7	Prática das Lições	08
8	Visão Geral dos Currículos	03
9	Atividades de Painel e Passeio pelas Lições	03
10	Palestras	05
11	Reuniões Pedagógicas em Grupos	08
12	Atividades Administrativas	02
13	Demonstração Prática Monitorada em Escolas	05
14	Papel da Coordenação Estadual do PROERD	01
15	Formatura do Curso	01
16	À disposição da Administração Escolar	12
Total de Horas		90

Fonte: Arquivo do autor (2024).

Durante a capacitação foi exaustivamente ressaltado que na atuação como instrutor, é necessário que o policial utilize estratégias de aprendizagem ativa “escuta ativa, perguntas, trabalho em equipe, gerenciamento de classe e reflexão” (Santa Catarina, 2009, p. 10). Como didática de formação, os discentes foram divididos em equipes separadas por cor, o que perdurou até o fim do curso, sendo designado um mentor para cada equipe, policial PROERD com maior experiência e formado em curso específico para mentor. Ele é o profissional que acompanha sua equipe de maneira contínua, observando o aprendizado, tomando anotações e verificando a capacidade dos mesmos para desempenhar ou não o papel de policial PROERD. Trata-se de um acompanhamento mais individualizado. Esse pesquisador foi integrante da equipe rosa, composta por quatro militares e teve um 2º sargento da PMTO como mentor.

Foi possível observar e compreender que as instruções são extremamente adaptadas para o objetivo de tornar policiais capazes de lecionar para crianças e adolescentes. Os docentes do curso buscam o crescimento pessoal e profissional do militar em formação, reconhecendo que cada um possui em sua atuação rotineira o combate ao crime, algo que gera grandes desgastes, além de trazer traumas por atuar diretamente em situações de perigo, vivências que afetariam a maioria dos indivíduos, e capazes de fazer com que o policial se torne mais frio e retraído para expressar suas emoções, principalmente fardado. Os instrutores demonstram compreender que tais vivências fazem com que interações sociais como dançar em público, sorrir ou até mesmo um abraço se tornem tarefas de extrema dificuldade e eles as exigem no curso.

Reconhecendo a realidade do policial militar, no curso não é ensinado apenas a técnica pedagógica a ser repassada aos alunos ou como agir com profissionalismo em sala de aula, mas a metodologia de ensino aplicada para o futuro instrutor PROERD, o faz compreender na prática a dinâmica de lecionar para crianças e adolescentes, modo de tratá-los, jeito de falar e necessidade de sorrir e ter empatia. Também traz as diversas formas de abordagem existentes ao se comunicar com as diferentes idades. Desta maneira, a verdade repassada pelo facilitador, pedagoga e mentores é de que o programa faz a diferença não apenas socialmente, mas principalmente na vida dos instrutores que aprendem a ensinar com responsabilidade, confiando nos benefícios trazidos pelos objetivos do programa.

As aulas ocorriam de segunda a sexta-feira, nos períodos matutino e vespertino, com intervalos para o almoço. Durante o período noturno, não havia aulas formais, mas os participantes estavam sempre ocupados com preparativos para o dia seguinte. Era responsabilidade de cada um revisar todo o conteúdo estudado durante o dia e das equipes de alunos preparar o material necessário para as aulas do dia seguinte. Os futuros instrutores tinham a tarefa de assimilar todos os currículos e ser capazes de transmiti-los conforme prescrito nos manuais, seguindo o tempo designado para cada parte da aula.

Essa tarefa resultava em poucas horas de sono, contudo satisfatórias devido ao fato de que, corroborando com a fala dos instrutores do curso, ao se aprofundar no material, passa-se a acreditar na contribuição positiva na vida do público-alvo. Sempre foi ressaltado que o cansaço e o estudo metodológico se fazem necessários na formação, tendo em vista que durante a atuação, os policiais PROERD muitas vezes têm que se deslocar para diversos municípios e vilarejos para lecionar, devendo ser equilibrados diante das turmas mesmo estando em situações de tensão e estresse.

Finalizando a primeira semana, teve-se que lecionar a primeira vez para o mentor e equipe, quando fomos avaliados criticamente sobre a desenvoltura em aula e fidelidade ao manual. Essa foi uma tarefa complexa devido à tensão de repassar a lição planejada para crianças e adolescentes para um público de adultos. Aquele que não apresentasse a lição de forma satisfatória deveria realizar nova tentativa. No fim da primeira semana, após avaliação dos mentores e supervisão do facilitador e da pedagoga, dois militares de outros grupos foram convidados a se retirar do curso, pois ainda não



estavam preparados para a atuação prática como policial PROERD. Durante o fim de semana não houve aula, mas havia atividades para serem realizadas e estudadas.

Na segunda e última semana de curso, de segunda a quarta-feira, as aulas foram voltadas para estudar lições e lecionar para nossas equipes. Dessa vez, também foi lecionado para outras equipes e monitores, sempre sendo avaliados quanto à desenvoltura prática na sala de aula. Na quinta-feira, dia 26 de outubro pela manhã, levaram todos os discentes para escolas onde cada um teve uma experiência prática de lecionar direto ao público-alvo. Por se tratar de aula avaliativa para os futuros instrutores, nem sempre as aulas eram na turma que consta no manual. Esse pesquisador apresentou uma lição do currículo do 7º ano para uma turma do 8º.

Na sala de aula, foi apresentado como policial PROERD seguido de nossos nomes na instituição. Após solicitar que os alunos abram a cartilha que é entregue para eles com as lições e aplicar a aula conforme consta no Manual do instrutor PROERD, procurando seguir à risca cada momento da aula. A experiência de lecionar para os alunos mostra a realidade do PROERD sob a perspectiva do instrutor, que consegue observar os alunos interessados e também os que ignoram. Já nessa primeira experiência com o público alvo foi possível verificar pontos em que o programa precisa ser estudado e moldado para se adequar à realidade educacional brasileira, houveram militares que ao lecionar, principalmente para turmas do 5º ano, informaram que alguns alunos não conseguiram acompanhar a leitura da cartilha, retardando o tempo descrito no cronograma da lição.

Apesar da necessidade de algumas adaptações, é possível notar que a presença de um policial fardado causa impacto diante dos alunos, e no decorrer da exposição da aula por meio das estratégias de aprendizagem ativa, esse policial passa a perceber que se torna um exemplo a ser seguido, querido e respeitado pela maior parte da turma e que apesar dos questionamentos, o dito por esse profissional se torna uma mensagem a ser considerada.

Ao final da aula, que também foi um meio de avaliação da prática do futuro instrutor, os mentores coletaram dos alunos recados que eles gostariam de deixar para o policial PROERD que lecionou em sua turma. Diante de todos os recebidos na condição de instrutor, esse pesquisador pode compreender a parte emotiva do programa, motivo pelo qual, apesar da dificuldade do curso, os mentores afirmavam que compensaria permanecer firmes, pois a demonstração de carinho e admiração pelo policial, que foi evidenciada nas cartas é parte da vida do instrutor PROERD em cada nova turma em que leciona. Diante desta realidade, além da sensação de segurança que o programa traz para o ambiente escolar e o vínculo com a comunidade, o verdadeiro policial PROERD se importa com a mensagem do programa, auxiliando crianças e adolescentes a tomarem decisões acertadas. Isso é o que os proerdianos que estavam nos formandos sempre falavam e que muitos de nós, formandos, só conseguimos compreender ao vivenciarmos.

Na tarde do dia 26 foi realizado o encontro final, quando foi dito quais militares haviam concluído com êxito o curso e definitivamente se tornado um proerdiano. Nesse momento foi possível ver a emoção dos novos instrutores, alegres e ávidos com a nova missão. Muitos relataram que a experiência de lecionar para os alunos trouxe um sentimento de gratidão e um novo modo de ver e viver a vida, algo compreensível, pois só profissionais que vivenciam situações de vício com álcool e outras drogas sabem a grande diferença social que faz contribuir por meio da conscientização que uma criança ou adolescente se desvie de tal realidade. Foram repassadas ainda, instruções básicas sobre o futuro atuar do novo instrutor no programa, devendo seguir as orientações da Coordenação Estadual do PROERD, a qual define o processo necessário para que o novo instrutor possa lecionar. Na sexta-feira, dia 27 de outubro de 2023 pela manhã, ocorreu a formatura no Quartel do Comando Geral em Palmas Tocantins.

Dessa forma, a conclusão do curso e a experiência acadêmica de imersão total foram enriquecedoras, pois o pesquisador observou diretamente a realidade de todos os colaboradores que estiveram no processo de formação, constatando que no contexto do curso todos os envolvidos respeitam e acreditam no PROERD, e mesmo reconhecendo pontos a serem aperfeiçoados têm a certeza prática dos resultados positivos através da vida prática. Inclusive, muitos instrutores que já possuem anos de atuação têm o privilégio de ver alunos que hoje são adultos lhes agradecendo pelas aulas.

Assim, o presente relato possui grande importância para a compreensão mais aprofundada no que se refere à formação do policial PROERD e sua incontestável contribuição para essa política pública. Durante a pesquisa foram vivenciadas as exigências para se tornar capaz de lecionar como instrutor do programa, algo que contribui sobremaneira academicamente, trazendo à compreensão o processo de aprendizado pelo qual o policial se torna capaz de sair das ruas, com atuação em ambientes de marginalização e criminalidade, passando a instruir crianças e adolescentes em salas de aula.

Ademais, o pesquisador constatou ainda que apesar da boa aceitação social do PROERD, existe uma resistência ao programa, a grande maioria entre os que não conhecem o processo de formação e mantém a visão deturpada de que lugar de policial é apenas na rua combatendo ao crime, e não consideram possível que o policial esteja em sala de aula lecionando para crianças e adolescentes. Tratam-se de pessoas que desconhecem e desrespeitam ao trabalho preventivo da polícia militar previsto constitucionalmente, através da polícia ostensiva e preservação da ordem pública (BRASIL, 1998). Esses indivíduos, inclusive membros da segurança pública, passam a se tornar parte do público alvo de estudos científicos como a presente pesquisa.

Ao findar o curso, foi entregue o certificado de conclusão contendo assinatura dos responsáveis pela formação do novo proerdiano, como recompensa pelo esforço e demonstração da qualificação do profissional para atuar conforme repassado durante o período de aprendizado. Portanto, ultrapassando o debate institucional, a pesquisa sobre a formação de instrutores para um programa de



tamanho capilaridade trata-se de forma de reconhecimento e valorização da formação pessoal e profissional do policial.

5. RESULTADOS E DISCURSÕES

O estudo analisou o processo de formação de instrutores do PROERD por meio de relatos de experiência como aluno do Curso de Formação de Instrutores do PROERD na Polícia Militar do Estado do Tocantins – PMTO (CFIP/2023). A pesquisa possibilitou dar maior publicidade para a formação de agentes estatais, trazendo uma visão interna do funcionamento desse processo, desde a publicação do edital até a formatura dos instrutores, conhecidos como policiais PROERD em sala de aula e proerdianos no meio militar. Além disso, destacou a função dos facilitadores, pedagogos e mentores na preparação individualizada dos participantes.

Durante o período das instruções, ficou evidente a necessidade de autorreflexão dos policiais, passando de uma atuação focada na aplicação da lei para uma abordagem mais instrutiva sendo mediador do conhecimento a ser repassado, atuando diretamente na educação de crianças e adolescentes. Trajetória que reforça a relevância da formação dos agentes de segurança pública. Outrossim, além de trazer contribuição para o conhecimento social e acadêmico, a pesquisa enfatizou a relevância do PROERD como uma política pública de combate às drogas e à violência, enaltecendo a necessidade de se compreender o processo de formação dos profissionais que atuam em políticas públicas. Também destacou a necessidade de mais estudos para adaptar o programa à realidade brasileira.

Ademais, observou-se que a formação integral dos militares está alinhada aos objetivos do programa, de maneira a deixá-los capazes para a nova atuação partindo da atividade em segurança pública para a educação. Portanto, essas descobertas não apenas enriquecem a literatura existente, mas também oferecem informações valiosas para diversos setores da sociedade, além de ampliar a compreensão acadêmica, social e institucional a respeito do PROERD.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou a importância do Curso de Formação de Instrutores do PROERD no âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins, especialmente quanto ao processo de capacitação de policiais militares para atuarem em uma política pública de educação preventiva voltada ao combate às drogas e à violência entre crianças, adolescentes e famílias. A imersão total no curso permitiu ao pesquisador vivenciar todas as etapas do processo formativo, desde o edital de seleção até a atuação prática em sala de aula, culminando na cerimônia de formatura. Esse percurso metodológico fortaleceu a

compreensão do PROERD não apenas como instrumento educacional, mas também como estratégia estatal de valorização da cidadania, da prevenção e do fortalecimento do protagonismo juvenil.

Como resultado, constatou-se que o curso possui elevado rigor técnico-pedagógico, estruturado em uma matriz formativa compatível com as exigências da atuação em ambientes escolares. Observou-se, no entanto, a carência de pesquisas acadêmicas sobre o processo de formação dos instrutores, o que dificulta a publicização do modelo de preparação adotado e reduz o reconhecimento institucional e social da função docente exercida por policiais no PROERD. Além disso, alguns desafios estruturais permanecem, como a necessidade de atualização curricular para atender à diversidade das escolas públicas brasileiras, bem como a superação de resistências internas e externas ao emprego do policial militar em função educativa.

Como lacuna importante, destaca-se a escassez de investigações empíricas sobre os impactos do curso na atuação prática dos instrutores, bem como sobre a eficiência pedagógica dos conteúdos trabalhados. A pesquisa também aponta a necessidade de aprofundar estudos voltados à recepção do programa por parte da comunidade escolar, de pais e responsáveis, para que se avalie com maior clareza os efeitos do PROERD no desenvolvimento das competências socioemocionais de seus participantes.

Sugere-se, portanto, a realização de novos estudos comparativos entre estados, análise longitudinal do impacto da atuação dos instrutores sobre os indicadores escolares e sociais, e pesquisas que explorem a percepção dos alunos sobre a presença do policial em sala de aula. Também se recomenda a investigação sobre o perfil ideal de policial PROERD, os efeitos da formação continuada e o uso de tecnologias no aprimoramento didático do programa.

Por fim, ressalta-se que o presente estudo representa um passo significativo para o reconhecimento do PROERD como uma política pública consolidada, mas que demanda constante aprimoramento e valorização da formação dos seus agentes executores. A integração entre segurança pública e educação, mediada pela formação humanizada de seus profissionais, surge como um caminho promissor para a construção de uma cultura de paz, prevenção e cidadania.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. **Proteção à criança e ao adolescente: polícia comunitária como instrumento de eficácia das medidas de prevenção primária ao uso de drogas e resistência à violência por meio do Proerd no Ceará**. 2021. 50 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/59139>. Acesso em: 06 ago. 2024.

BERNARD, T. J. Edwin Sutherland. **Encyclopedia Britannica**. 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Edwin-Sutherland>. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

CARNEIRO, L. A. Uma análise relacional de indivíduos privados de liberdade: explorando dinâmicas relacionais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 6, p. 1496-1522, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10365>. Acesso em: 09 ago. 2024.

CARVALHO, O. F. As políticas públicas como concretização dos direitos sociais. **Revista de Investigações Constitucionais**. Curitiba, vol. 6, n. 3, p. 773-794, set/dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rinc/a/JsrYZ4CfjsDSRntd3L6BpHj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 ago. 2024.

CASTIAJO, D. **Contextos históricos que orientam mudanças curriculares no PROERD do Rio de Janeiro: Narrativas de Instrutores Pioneiros**. 2021. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/16964>. Acesso em 26 abr. 2024.

GERHARDT, T. E. *et al.* **Métodos de pesquisa**. [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil–UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica–Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas. 2002.

GUSMOES, D. S. **Avaliação do efeito da fidelidade de implementação nos resultados do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd)**. 2023. 156f – Tese (Doutorado) – Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSP_4403886ba5fc71d52bd292fc81217f2f. Acesso em: 07 ago. 2024.

HENRIQUES, A. S. **A capacitação dos instrutores do Programa Educacional de Resistências às Drogas e à Violência – Proerd/AM a partir das concepções sobre a sua formação e aplicação do programa**. 2023. 91 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos). Escola Superior de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Amazonas,

Manaus, 2023. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/5508>. Acesso em: 08 ago. 2024.

LEMOS, J. F. S.; MACEDO, M. E. C. Análise das características e benefícios do Proerd da Polícia Militar do Ceará para a política de segurança pública na prevenção de uso das drogas nas escolas. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino E Educação**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 430–445, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.10790730. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/156>. Acesso em: 09 ago. 2024.

SANTA CATARINA, Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **Manual de Facilitação do Instrutor Proerd** / The University of Akron, 2004; 4 ed. Centro de Capacitação DARE/PROERD da PMSC. 2009.

MELO, S. T. Revisão histórica do programa educacional de resistência às drogas: uma estratégia eficiente e de baixo custo adotada pela Polícia Militar de Minas Gerais. Diretoria de Apoio Operacional, **Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/uploadFCK/proerd/15032019105009377.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PEREIRA, M. G; SALES, T. H.; OLIVEIRA, R. E. Policiamento comunitário como prática educacional: um diálogo sobre o impacto na realidade brasileira. **RHM - Homens do Mato**. Vol 22 nº 02 - Jul/Dez 2022. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/571/pdf>. Acesso em: 07 de ago. 2024.

TOCANTINS. Polícia Militar do Estado do Tocantins. **Comissão de Seleção nº03/2023 - CFIP/2023**: Estabelece normas para Seleção de Policiais Militares para o I Curso de Formação de Instrutores do PROERD – Programa Educacional de Resistência às drogas e a Violência – CFIP/2023, da Polícia Militar do estado do Tocantins – PMTO, e das outras providências. Polícia Militar: Quartel do Comando Geral, Palmas - TO, 15p, 3 out. 2023.

RIBEIRO, M. F. Polícia Militar do Tocantins atua com projetos sociais em diversas regiões do Estado. **Boletim Político 2024**. Disponível em: <https://boletimpolitico.com.br/noticia/29349/policia-militar-do-tocantins-atua-com-projetos-sociais-em-diversas-regioes-do-estado>. Acesso em: 06 ago. 2024.

ROLIM, M.; HERMANN, D.; OLIVEIRA, C. L. O PROERD funciona? Notas a partir de estudo quase-experimental. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 56, núm. 3, 2020, Set.-Dez., pp. 381-390 Universidade do Vale do Rio dos Sinos Centro de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/938/93868584011/93868584011.pdf>. Acesso em: 09 de mai. 2024.

SANTOS, L. R. PROERD: A contribuição estratégica do policial militar na ampliação da consciência cidadã em escolas e comunidades. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 7(3), 241–250. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i3.773>. Acesso em: 07 ago. 2024.



SANTOS, L. R. O papel do PROERD na eficácia das políticas de segurança pública: reflexões sobre intervenções sociais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.8.n.02.fev. 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4192>. Acesso em: 06. ago. 2024.

SCARINGI, S. Ministério da Educação. **Programa mostra a estudantes como ficar longe das drogas**. Jornal do Professor, [Local de publicação], 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34829>. Acesso em: 07 ago. 2024.

SILVA, S. A.; TEIXEIRA, G. D.; BARBOSA, S. C.; ARAUJO, S. M. Residência em políticas públicas: uma experiência inovadora de formação. **Cadernos de Pesquisa**. [online]. 2015, vol.45, n.157, pp.588-611. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/198053143056>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/vJ7z3ySCnzTvJxkRDdPK5mn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2024.

VELOSO, V. O. O PROERD como política pública relevante no combate à violência escolar. **REVISTA PMBA EM FOCO: Ciência Policial e Cidadania**, 4(1), 2023. Recuperado de <http://www.revistapmbaemfoco.pm.ba.gov.br/index.php/emfoco/article/view/68>. Acesso em: 09 mai. 2024.

A NECESSIDADE DE UM PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA DE POLICIAIS MILITARES a arte da reserva militar

*Fernanda de Cássia Martins dos Santos **

RESUMO: O presente estudo aborda a necessidade da implementação de um programa de preparação para a aposentadoria de policiais militares, considerando os impactos multifatoriais que envolvem a transição para a reserva. O objetivo é analisar como esse tipo de programa pode influenciar positivamente a saúde mental, a estabilidade financeira e a reintegração social dos profissionais após o fim da carreira ativa. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, cujas fontes foram selecionadas a partir de critérios rigorosos de relevância, atualidade e qualidade metodológica. Os principais achados apontam que a aposentadoria pode desencadear transtornos psicológicos como estresse pós-traumático, depressão e crise de identidade, além de dificuldades financeiras e isolamento social. A pesquisa destaca a importância de programas estruturados que ofereçam suporte psicológico, educação financeira, capacitação para novas atividades, estratégias de integração comunitária e uso de tecnologias. Conclui-se que tais programas são essenciais para garantir uma transição digna e satisfatória à reserva militar, promovendo qualidade de vida, senso de pertencimento e aproveitamento das competências dos policiais aposentados. Recomenda-se a ampliação dos estudos empíricos, criação de políticas públicas específicas e maior articulação interinstitucional para fortalecimento dessas iniciativas.

Palavras-chave: aposentadoria; policiais militares; saúde mental; educação financeira; reintegração social.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v7i18.242>

Recebido em 14 de junho de 2024.

Aprovado em 02 de agosto de 2024

* Polícia Militar do Estado de Tocantins (PMTO).



THE NEED FOR A RETIREMENT PREPARATION PROGRAM FOR MILITARY POLICE OFFICERS the art of military reserve

ABSTRACT: This study addresses the need for implementing a retirement preparation program for military police officers, considering the multifactorial impacts associated with the transition to retirement. The objective is to analyze how such a program can positively influence the mental health, financial stability, and social reintegration of professionals after their active duty. It is a qualitative research based on a bibliographic review, with sources selected through rigorous criteria of relevance, timeliness, and methodological quality. The main findings show that retirement can trigger psychological disorders such as post-traumatic stress, depression, and identity crises, along with financial challenges and social isolation. The study emphasizes the importance of structured programs offering psychological support, financial education, retraining opportunities, community reintegration strategies, and technological tools. It concludes that such programs are essential to ensure a dignified and satisfactory transition to military reserve, enhancing quality of life, a sense of belonging, and the utilization of retirees' professional skills. It recommends expanding empirical studies, creating specific public policies, and fostering interinstitutional collaboration to strengthen these initiatives.

Keywords: retirement; military police; mental health; financial education; social reintegration.

1. INTRODUÇÃO

A transição para a aposentadoria representa uma etapa sensível e desafiadora na trajetória profissional de policiais militares, marcada por impactos significativos sobre a saúde mental, a estabilidade financeira e a reintegração social desses profissionais. A complexidade dessa fase é acentuada pelas particularidades da carreira militar, caracterizada por elevada exposição a riscos, disciplina rígida e um senso de identidade fortemente atrelado à função pública. Estudos como os de Passos e Kovalski (2024) e Grisoski e Silva (2020) ressaltam que o desligamento da atividade operacional pode desencadear transtornos emocionais e dificuldades de adaptação, sobretudo quando não há planejamento adequado para a vida pós-carreira.

A literatura especializada evidencia que policiais aposentados enfrentam desafios como estresse pós-traumático, depressão, sensação de inutilidade, precarização financeira e isolamento social (Gonzaga, 2020; Gomes, 2022). Nesse contexto, programas estruturados de preparação para a aposentadoria têm sido apontados como alternativas eficazes para promover uma transição digna, preventiva e sustentável. Tais programas incorporam suporte psicológico, educação financeira, capacitação para novas atividades e estímulo à participação social, contribuindo para a manutenção da qualidade de vida e do senso de pertencimento (Comerlatto, 2024; Miqueletti *et al.*, 2023).

Delimita-se, assim, o problema de pesquisa: como a implementação de um programa de preparação para aposentadoria pode impactar a saúde mental, a estabilidade financeira e a reintegração social dos policiais militares aposentados?

Diante dessa problemática, o objetivo geral deste estudo é analisar os efeitos da adoção de um programa de preparação para a aposentadoria na qualidade de vida dos policiais militares. Como objetivos específicos, busca-se: (a) compreender os impactos psicológicos da aposentadoria; (b) avaliar os principais desafios financeiros enfrentados por esse público; (c) examinar as estratégias de reintegração social aplicáveis; e (d) identificar práticas bem-sucedidas já implementadas ou sugeridas em outros contextos institucionais.

A justificativa da pesquisa reside na necessidade urgente de valorização dos profissionais da segurança pública que, após décadas de dedicação, enfrentam vulnerabilidades que comprometem sua dignidade e bem-estar. Ao oferecer um diagnóstico fundamentado e propostas integradas, este estudo pretende subsidiar políticas públicas mais eficazes, além de contribuir para o avanço acadêmico sobre a temática da aposentadoria no setor militar.

A pesquisa adota a metodologia qualitativa, com abordagem exploratória, baseada em revisão bibliográfica. Foram analisadas fontes selecionadas a partir de critérios de relevância, atualidade



e qualidade metodológica, incluindo artigos científicos, livros, teses e documentos institucionais. As buscas foram realizadas em bases como SciELO, CAPES e Google Acadêmico, utilizando os descritores “preparação para aposentadoria”, “policiais militares”, “transição de carreira”, “saúde mental” e “educação financeira”. O método permitiu sistematizar os principais achados da literatura, identificar lacunas de conhecimento e propor diretrizes para futuras intervenções práticas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A aposentadoria de profissionais da segurança pública, particularmente de policiais militares, deve ser compreendida sob uma perspectiva ampliada, que considera os aspectos psicológicos, sociais, financeiros e institucionais implicados nesse processo. O encerramento da carreira ativa não representa apenas uma mudança funcional, mas envolve a desconstrução de uma identidade profissional moldada por anos de atuação em ambientes de risco, disciplina e compromisso com a ordem pública.

O Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA), embora amplamente debatido em outros segmentos do serviço público e da iniciativa privada, ainda constitui uma lacuna significativa no contexto das instituições militares estaduais. Essa realidade contrasta com a complexidade da experiência de aposentadoria dos policiais, cuja trajetória profissional tende a gerar vínculos subjetivos intensos com a função, com o grupo de trabalho e com os valores institucionais. Conforme Grisoski e Silva (2020), esses vínculos repercutem diretamente no modo como esses sujeitos enfrentam o desligamento da função ativa e reconfiguram sua trajetória existencial.

A literatura especializada aponta que a preparação prévia para o desligamento funcional é um fator protetivo contra agravos à saúde mental e social dos aposentados. Para Gomes (2022), é necessário reconhecer que a ausência de planejamento e de apoio institucional pode acentuar quadros de estresse, ansiedade, depressão e sensação de inutilidade, especialmente entre os que sempre identificaram seu valor pessoal com a atuação policial. Nesse sentido, programas voltados à transição para a reserva devem ir além da informação técnica, promovendo reflexões sobre identidade, propósito e pertencimento.

Outro ponto crucial diz respeito à estabilidade financeira. A vida funcional do policial militar é, em regra, marcada por uma dedicação exclusiva e por um cotidiano voltado para o cumprimento de missões operacionais, o que frequentemente inviabiliza o desenvolvimento de competências paralelas ou o cultivo de um planejamento financeiro adequado. Estudos como os de Karnikowski e Inácio (2023) indicam que muitos policiais aposentados enfrentam dificuldades de adaptação a uma nova realidade econômica, principalmente quando não há conhecimento prévio sobre gestão de recursos, investimentos ou reestruturação orçamentária. A educação financeira, portanto, surge como instrumento indispensável na composição de programas preparatórios eficazes.

Complementarmente, a integração social figura como uma dimensão vital do bem-estar na vida pós-carreira. Policiais militares, ao longo de suas trajetórias, constroem redes de pertencimento fortemente vinculadas à corporação, o que, após a aposentadoria, tende a se dissolver abruptamente, levando ao isolamento e à exclusão simbólica. Como destaca Comerlatto (2024), práticas de reinserção comunitária, voluntariado e criação de redes de apoio entre aposentados são mecanismos potentes para ressignificar a aposentadoria como uma etapa produtiva e socialmente relevante.

Por fim, a literatura também ressalta a importância de que os programas sejam sensíveis às especificidades culturais e institucionais das forças policiais. Para Passos e Kovalski (2024), uma preparação eficaz precisa considerar não apenas os conteúdos informativos, mas os contextos emocionais, simbólicos e estruturais nos quais os policiais estão inseridos. Programas bem-sucedidos são aqueles que articulam formação continuada, aconselhamento psicológico, orientação financeira e estímulo ao protagonismo social, configurando-se como ferramentas de valorização e reconhecimento institucional.

Assim, o referencial teórico que sustenta este estudo articula os campos da psicologia organizacional, da sociologia das profissões, da educação financeira e da gestão pública, propondo um olhar transversal sobre a aposentadoria como fenômeno multidimensional que exige abordagens integradas e sensíveis às trajetórias singulares dos policiais militares.

3. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa inicia-se com uma análise das principais teorias e conceitos relacionados à preparação para aposentadoria, com ênfase em sua aplicação em programas voltados às forças de segurança e demais contextos profissionais. Em seguida, investiga os impactos psicológicos associados à aposentadoria de policiais militares, abordando transtornos como estresse pós-traumático, depressão, ansiedade e a perda de identidade profissional, conforme evidenciado por estudos anteriores. Na sequência, são examinadas as dificuldades financeiras enfrentadas durante essa transição, destacando-se a relevância do planejamento financeiro, da gestão de benefícios previdenciários e da educação financeira como ferramentas essenciais para garantir estabilidade econômica na vida pós-carreira.

A análise também contempla os aspectos da integração social e da reintegração comunitária, ressaltando estratégias que favorecem o fortalecimento dos vínculos sociais, a participação em atividades coletivas e a manutenção do senso de pertencimento após o desligamento da atividade policial. Por fim, o estudo avalia as práticas e estratégias mais eficazes já adotadas em programas de preparação para aposentadoria em diferentes instituições, com destaque para aquelas desenvolvidas no âmbito da segurança pública. A partir dessa avaliação, são identificadas boas práticas, lições aprendidas



e recomendações que podem ser adaptadas e aplicadas à realidade dos policiais militares brasileiros, contribuindo para uma transição mais saudável e estruturada.

3.1 Impacto psicológico da aposentadoria em policiais militares

A aposentadoria representa um marco significativo na vida de qualquer profissional, mas para os policiais militares, essa transição pode ser particularmente desafiadora. Estudos indicam que o impacto psicológico é profundo e multifacetado, envolvendo questões como estresse pós-traumático, depressão, ansiedade e perda de identidade. A natureza intensa e frequentemente traumática do trabalho contribui para uma série de desafios emocionais e mentais durante e após a carreira ativa. Essa transição abrupta do serviço ativo para a aposentadoria pode exacerbar condições psicológicas preexistentes ou mesmo desencadear novos problemas de saúde mental (Silva, 2023).

Uma das questões mais críticas enfrentadas pelos policiais militares aposentados é o estresse pós-traumático (TEPT). Devido à exposição constante a situações de alto risco e violência, muitos desenvolvem TEPT durante suas carreiras. Quando se aposentam, a falta de estrutura e de uma rede de suporte imediato pode agravar os sintomas, resultando em flashbacks, pesadelos e uma hiperatividade vigilante que interfere na capacidade de ajustar-se à vida civil. A ausência de intervenção adequada pode levar a uma deterioração significativa na qualidade de vida desses indivíduos (Gonzaga, 2020).

A depressão é outro impacto psicológico comum. A transição para a aposentadoria pode gerar um sentimento de perda e vazio, especialmente para aqueles que dedicaram a maior parte de suas vidas ao serviço público. A perda do papel profissional e do status social associado ao cargo pode resultar em uma diminuição da autoestima e da motivação, levando à depressão.

Estudos apontam que a falta de atividades significativas e de uma rotina estruturada após a aposentadoria contribui significativamente para o desenvolvimento de sintomas depressivos. A ansiedade também é prevalente entre aposentados. A incerteza sobre o futuro, combinada com a falta de uma rede de apoio robusta, pode gerar níveis elevados de ansiedade. A necessidade de encontrar novos propósitos e estabelecer novas rotinas pode ser avassaladora, levando a sentimento de insegurança e preocupação constante. Além disso, a adaptação a um novo ritmo de vida sem a adrenalina constante do trabalho policial pode ser uma fonte significativa de estresse e ansiedade (Gonzaga, 2020).

Segundo Gomes (2022), a perda de identidade profissional é um aspecto central do impacto psicológico. Muitos desses profissionais possuem uma forte identidade ligada ao seu papel de mantenedores da ordem e protetores da sociedade. A aposentadoria pode resultar em uma crise de identidade, onde o indivíduo se sente desprovido do propósito e do reconhecimento que outrora definiam sua existência. Esse fenômeno é amplamente documentado na literatura e é um fator-chave que contribui para os desafios emocionais enfrentados durante a transição para a aposentadoria.

Estudos longitudinais sugerem que a preparação inadequada pode exacerbar esses problemas psicológicos. Policiais militares que se aposentam sem um plano claro para a próxima fase de suas vidas são mais propensos a experimentar dificuldades emocionais significativas. Programas de preparação que incluem aconselhamento psicológico, treinamento para novas habilidades e atividades de engajamento social podem mitigar alguns desses efeitos negativos, facilitando uma transição mais suave e menos traumática.

A importância de uma rede de suporte social robusta não pode ser subestimada. A literatura destaca que o apoio de familiares, amigos e colegas aposentados é crucial para o bem-estar psicológico. Redes de suporte social podem fornecer um senso de comunidade e pertencimento, ajudando os aposentados a lidar com os desafios emocionais e a encontrar novas formas de participação e contribuição social. A criação de grupos de apoio e a promoção de atividades comunitárias podem desempenhar um papel vital nesse processo. Outro fator relevante é a necessidade de reconhecimento contínuo e de oportunidades para contribuir de maneira significativa para a sociedade. Atividades voluntárias, consultorias ou trabalhos relacionados à segurança podem ajudar a manter o senso de propósito e identidade. Esses programas não só beneficiam os indivíduos, mas também aproveitam a experiência e as habilidades valiosas dos policiais militares para o bem da comunidade (Gomes, 2022).

Para Miqueletti *et al.*, (2023), mencionam que programas devem ser projetados para abordar as necessidades únicas desse grupo, incluindo terapia para TEPT, tratamento para depressão e ansiedade e suporte para a construção de uma nova identidade pós-aposentadoria. Intervenções baseadas em evidências, como terapia cognitivo-comportamental e grupos de apoio, são eficazes no manejo dos problemas psicológicos associados à aposentadoria. A preparação adequada, o suporte social e os programas de bem-estar mental são essenciais para fazer a transição de forma saudável e produtiva. Reconhecer e abordar esses impactos psicológicos é fundamental para garantir possam desfrutar de uma aposentadoria gratificante e significativa.

3.2 Aspectos financeiros da transição para aposentadoria

A transição para a aposentadoria é uma etapa crítica marcada por uma série de desafios financeiros que podem impactar significativamente o bem-estar e qualidade de vida. A necessidade de um planejamento financeiro robusto é evidente diante das mudanças na estrutura de renda e despesas que ocorrem com a aposentadoria. Muitos enfrentam incertezas sobre a sustentabilidade de sua renda futura, o que torna o planejamento financeiro uma prioridade crucial (Gomes, 2022).

Um dos principais desafios financeiros é a gestão dos benefícios de aposentadoria. Policiais militares geralmente possuem um sistema de pensões específico, que pode incluir uma combinação de benefícios governamentais e outros complementos. A compreensão clara e detalhada desses benefícios, incluindo as condições para recebimento, montantes e duração, é essencial para garantir que os



aposentados possam planejar adequadamente suas finanças. A falta de conhecimento ou má gestão desses benefícios pode resultar em dificuldades financeiras significativas (Vasconcellos, 2022).

A transição para a aposentadoria também implica uma reavaliação das despesas. Durante a carreira ativa, muitos possuem um estilo de vida que é sustentado por sua renda regular. Ao se aposentarem, a redução ou alteração na fonte de renda exige uma adaptação nos hábitos de consumo e um controle mais rigoroso das despesas. Isso inclui a revisão de custos com habitação, saúde, lazer e outras necessidades diárias, ajustando o orçamento para se adequar à nova realidade financeira (Vasconcellos, 2022).

Karnikowski e Inácio (2023) afirmam que a falta de conhecimentos financeiros básicos pode comprometer a capacidade dos policiais militares de tomar decisões informadas sobre investimentos, poupança e gastos. Programas de educação financeira que abordem tópicos como gestão de dívidas, planejamento de aposentadoria e investimentos podem fornecer as ferramentas necessárias para que administrem melhor suas finanças. A educação financeira não só ajuda na gestão imediata dos recursos, mas também na construção de um futuro financeiro mais seguro.

Além da gestão de benefícios e da adaptação das despesas, a diversificação de fontes de renda é uma estratégia importante para enfrentar os desafios financeiros da aposentadoria. Policiais militares podem considerar oportunidades de trabalho pós-aposentadoria, seja em consultorias, segurança privada ou outras áreas onde suas habilidades possam ser valorizadas. Essa diversificação pode proporcionar uma fonte adicional de renda e também ajudar na manutenção de um senso de propósito e engajamento na vida pós-carreira. A saúde financeira na aposentadoria também está intimamente ligada à gestão de investimentos. Policiais militares, como qualquer outro grupo, precisam entender as opções de investimento disponíveis e como elas podem contribuir para a geração de renda passiva. A elaboração de um portfólio diversificado, que equilibre risco e retorno, é essencial para garantir uma fonte de renda estável e confiável. A orientação profissional nesse campo pode ser extremamente benéfica para evitar erros comuns e maximizar os retornos sobre o investimento (Karnikowski; Inácio, 2023).

De acordo com Leite *et al.*, (2024), outro aspecto importante é a preparação para custos inesperados, particularmente os relacionados à saúde. Com o envelhecimento, as despesas médicas tendem a aumentar, e a preparação para esses custos é fundamental para evitar que se tornem uma carga financeira insustentável. Planos de saúde adequados e reservas financeiras destinadas especificamente para emergências médicas podem proporcionar maior segurança e tranquilidade. A importância de começar o planejamento financeiro com antecedência não pode ser subestimada. Quanto mais cedo iniciarem a preparação, melhor será sua capacidade de acumular poupanças suficientes e de planejar de maneira eficaz. A introdução de programas de planejamento de aposentadoria durante a carreira ativa pode sensibilizar e capacitar para que tomem medidas proativas.

Para Schuabb e França (2020), há a necessidade de um ajuste psicológico em relação ao dinheiro. A transição de uma renda ativa para uma renda fixa ou variável pode gerar ansiedade e insegurança. O desenvolvimento de uma mentalidade financeira saudável, que inclua a aceitação das novas limitações e a adaptação a um novo estilo de vida, é parte integrante do sucesso financeiro. Os aspectos financeiros da transição são multifacetados e complexos, exigindo uma abordagem holística que inclua planejamento financeiro, educação sobre benefícios, gestão de investimentos e preparação para despesas futuras. Enfrentar esses desafios de forma proativa pode significar a diferença entre uma aposentadoria confortável e uma repleta de dificuldades financeiras. A implementação de programas de apoio financeiro durante e após a carreira ativa é essencial para garantir que esses profissionais possam desfrutar de uma aposentadoria digna e segura.

3.3 Integração Social e Reintegração Comunitária

Comerlatto (2024) diz que a integração social e a reintegração comunitária são aspectos essenciais da vida pós-carreira, desempenhando um papel crucial no bem-estar psicológico e emocional. Após anos de serviço em uma profissão caracterizada por um forte sentido de camaradagem e propósito, a transição para a aposentadoria pode representar um desafio significativo na manutenção de um sentimento de pertencimento e utilidade. Estudos indicam que a falta de integração social adequada pode levar ao isolamento, depressão e outros problemas de saúde mental.

Uma das principais estratégias para facilitar a integração social é a criação de grupos de apoio e redes de ex-colegas, que fornecem um espaço seguro para compartilhar experiências e desafios comuns, além de oferecer suporte emocional. A manutenção desses laços sociais é vital para preservar um senso de identidade e continuidade. Tais redes podem ser formalmente organizadas por associações de aposentados ou informalmente através de reuniões regulares e atividades conjuntas (Comerlatto, 2024).

De acordo com Rocha *et al.*, (2021), além dos grupos de apoio, a participação em atividades comunitárias e de voluntariado é uma maneira eficaz de promover a integração social. O engajamento em atividades que beneficiem a comunidade local não só ajuda a preencher o tempo, mas também reforça o sentimento de propósito e contribuição. Policiais militares aposentados possuem habilidades valiosas como liderança, disciplina e capacidade de resolução de problemas, que podem ser utilizadas em diversas iniciativas comunitárias, desde programas de mentoria até a organização de eventos locais. A integração em novos contextos sociais também pode ser facilitada através da educação e do desenvolvimento de novas habilidades. Programas educacionais e cursos de formação podem ajudar os aposentados a explorar novos interesses e carreiras, promovendo a interação com pessoas fora do seu círculo profissional tradicional. O aprendizado contínuo não só mantém a mente ativa, mas também expande as redes sociais, criando oportunidades para novas amizades e colaborações.



A prática de atividades físicas em grupo, como esportes ou exercícios em academias, é outra estratégia para a reintegração comunitária. A atividade física regular não apenas contribui para a saúde física, mas também proporciona uma oportunidade de interação social e formação de novas conexões. Participar de equipes esportivas ou grupos de caminhada é uma maneira de se manterem ativos e socialmente envolvidos. A participação em clubes e associações locais, como clubes de leitura, grupos de hobbies ou associações culturais, proporciona um espaço para explorarem interesses pessoais e se conectarem com indivíduos que compartilham paixões semelhantes. A troca de experiências e conhecimentos em um contexto descontraído é benéfica para o bem-estar emocional e social (Rocha *et al.*, 2021).

As tecnologias de comunicação como plataformas online e redes sociais podem ajudá-los a manter contato com ex-colegas, bem como a se conectar com novos grupos e comunidades. Fóruns de discussão, grupos de interesse online e redes sociais específicas para aposentados podem proporcionar um sentido de comunidade e apoio contínuo, especialmente para aqueles que podem ter dificuldade em participar de atividades presenciais.

O papel das famílias é fundamental para uma transição bem-sucedida, pois é um ambiente de acolhimento e compreensão. Envolver-se em atividades familiares, como viagens, projetos em casa ou eventos sociais, fortalece os laços familiares e ajuda a criar um sentimento de pertencimento e segurança emocional (Rocha *et al.*, 2021).

Para Pereira *et al.*, (2020), a reintegração comunitária também pode ser facilitada através do apoio institucional e governamental. Políticas públicas que promovam a inclusão social e ofereçam serviços de apoio, como aconselhamento psicológico e programas de requalificação profissional, são essenciais. A criação de centros comunitários e a oferta de serviços específicos para ex-policiais podem proporcionar recursos valiosos e pontos de conexão social. A promoção de um senso de pertencimento e a participação ativa na comunidade ajudam a mitigar os efeitos negativos do isolamento social e a fortalecer a saúde mental e emocional. Ao implementar estratégias que envolvem suporte social, voluntariado, educação contínua, atividades físicas, clubes locais, tecnologias de comunicação, apoio familiar e políticas públicas, é possível garantir que possam desfrutar de uma vida pós-carreira rica e satisfatória.

3.4 Eixos prioritários para a preparação de policiais militares à aposentadoria

A análise crítica da literatura revela que a transição para a aposentadoria de policiais militares demanda um enfrentamento estruturado de três áreas prioritárias: saúde, finanças e integração social. Essas dimensões são interdependentes e impactam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar do militar no período pós-carreira. O eixo da saúde, especialmente o psicológico, figura como o primeiro e mais evidente desafio. A experiência profissional intensa, o envolvimento frequente com situações de risco e o acúmulo de traumas geram impactos duradouros na saúde mental, os quais se manifestam de

forma aguda no momento da aposentadoria. Condições como estresse pós-traumático (TEPT), depressão, ansiedade e crise de identidade são recorrentes e demandam intervenções específicas. Sem suporte adequado, o policial aposentado pode vivenciar um agravamento de transtornos preexistentes, prejudicando sua adaptação à nova realidade. Nesse sentido, a existência de programas de saúde mental voltados à fase pré e pós-aposentadoria é indispensável para garantir uma transição humanizada e segura.

O segundo eixo refere-se à dimensão financeira. Embora a carreira policial militar assegure certa estabilidade durante o serviço ativo, a aposentadoria impõe alterações significativas nas estruturas de renda e nos padrões de consumo. A ausência de planejamento financeiro prévio, somada à pouca familiaridade com investimentos, gestão de despesas e estratégias de poupança, torna o aposentado vulnerável a dificuldades econômicas. Assim, a educação financeira contínua deve ser promovida ao longo da carreira e integrada aos programas de preparação para aposentadoria. Por fim, a terceira dimensão - a integração social - compreende o desafio de reconstruir vínculos e significados após a perda do status profissional. A identidade policial, muitas vezes forjada pela camaradagem e pelo pertencimento à corporação, não encontra equivalentes naturais na vida civil. A criação de redes de apoio, incentivo à participação em atividades comunitárias, oferta de espaços de socialização e promoção do voluntariado são medidas eficazes para mitigar o isolamento social. De forma articulada, esses três eixos - saúde, finanças e integração social - constituem a base para a construção de programas de aposentadoria eficazes e humanizados, assegurando dignidade, continuidade do propósito de vida e bem-estar integral aos policiais militares após o encerramento de suas atividades operacionais.

3.5 Práticas eficazes em programas de preparação para aposentadoria

Os programas de preparação para aposentadoria desempenham um papel fundamental na transição de profissionais de suas carreiras ativas para a vida pós-trabalho, especialmente em contextos desafiadores como as forças de segurança. Esses programas devem abordar múltiplas dimensões, incluindo saúde mental, financeira, social e física, para proporcionar um suporte holístico aos futuros aposentados (Carvalho *et al.*, 2021).

Uma prática eficaz é a incorporação de módulos de educação financeira. A gestão de finanças pessoais e o planejamento para a sustentabilidade econômica são aspectos vitais para os aposentados, que muitas vezes enfrentam uma redução significativa na renda. Workshops sobre poupança, investimento e gestão de benefícios de aposentadoria ajudam os indivíduos a construir uma base financeira sólida, evitando dificuldades futuras. O suporte psicológico é outro elemento essencial. Sessões de aconselhamento e terapia podem abordar problemas de saúde mental, como estresse pós-traumático, depressão e ansiedade. A preparação emocional para a aposentadoria ajuda a mitigar os efeitos negativos da transição, promovendo um bem-estar duradouro (Passos; Kovalski, 2024).



A integração de atividades físicas e de bem-estar também se mostra altamente benéfica. Programas que incentivam a prática de esportes, caminhadas ou exercícios em grupo contribuem para uma vida mais ativa e saudável, auxiliando na adaptação à nova fase da vida. A formação contínua e a educação são componentes valiosos. Cursos e treinamentos em novas áreas de interesse podem ajudar os policiais militares a desenvolverem habilidades para novas carreiras ou atividades de voluntariado. A educação continuada não só mantém a mente ativa, mas também abre portas para oportunidades de engajamento significativo e de contribuição à sociedade (Gomes, 2022).

Ter acesso a mentores ou conselheiros que possam oferecer orientação para carreiras alternativas é inestimável. Esse suporte individualizado ajuda-os a explorar novas direções e a desenvolver planos concretos para o futuro baseados em suas habilidades e interesses. A promoção de redes de suporte social é outra prática eficaz. A criação de grupos de apoio e de eventos sociais promovem um senso de comunidade e pertencimento. Manter conexões sociais fortes é essencial para a saúde mental e emocional, reduzindo sentimentos de isolamento e solidão que podem surgir após a saída do serviço ativo (Leite *et al.*, 2024).

O uso de tecnologias modernas para manter o engajamento e as redes de suporte permite que permaneçam conectados e informados, independentemente de sua localização física. A avaliação e o feedback contínuos dos programas de preparação para aposentadoria são práticas essenciais para garantir sua eficácia. A coleta de dados sobre a experiência dos participantes e o monitoramento de seus progressos permitem ajustes e melhorias constantes. Esse processo de avaliação contínua assegura que os programas permaneçam relevantes e adaptados às necessidades em evolução dos aposentados (Martins *et al.*, 2021).

Por fim, segundo Ribeiro (2021), a colaboração entre diferentes instituições, como associações de aposentados, agências governamentais e organizações não governamentais, pode fortalecer os programas de preparação para aposentadoria. Parcerias estratégicas permitem a alocação eficiente de recursos, a troca de melhores práticas e a ampliação do alcance dos programas. A cooperação interinstitucional é fundamental para a criação de um ambiente de suporte. Essas práticas integradas e personalizadas demonstram ser altamente eficazes. Ao abordar de forma abrangente os aspectos financeiros, psicológicos, sociais e físicos da transição, os programas podem proporcionar um suporte completo, ajudando a garantir que os aposentados possam desfrutar de uma vida pós-carreira saudável, satisfatória e significativa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo evidenciam que a aposentadoria de policiais militares é um fenômeno multidimensional que demanda preparação específica e cuidadosa. A síntese das análises

indica que os principais desafios enfrentados por esses profissionais se concentram em três eixos prioritários: saúde mental, estabilidade financeira e integração social. As consequências psicológicas da transição, como o estresse pós-traumático, a depressão e a perda de identidade, associadas à falta de preparo emocional, expõem a fragilidade do sistema atual. A insegurança financeira, somada à ausência de educação sobre gestão de recursos, amplia os riscos de instabilidade e compromete a qualidade de vida na aposentadoria. Do ponto de vista social, o afastamento da rotina operacional pode gerar sentimentos de exclusão, reforçando a importância de mecanismos de reintegração à comunidade.

As implicações desses resultados demonstram a urgência de programas de preparação para aposentadoria que sejam estruturados, contínuos e sensíveis às especificidades da carreira policial. A adoção de práticas que contemplem educação financeira, aconselhamento psicológico, incentivo à formação continuada, atividades de engajamento comunitário e redes de apoio são estratégias eficazes não apenas para promover o bem-estar individual, mas também para valorizar institucionalmente os profissionais que dedicaram suas vidas à segurança pública. Nesse sentido, a criação de políticas públicas direcionadas à preparação para aposentadoria pode contribuir para reduzir índices de adoecimento, suicídio e vulnerabilidade social entre os militares inativos.

Como limitação, destaca-se a ausência de dados empíricos oriundos da aplicação direta de programas específicos junto a policiais militares aposentados. A predominância de abordagens qualitativas e de revisão bibliográfica limita a generalização dos resultados e sugere a necessidade de investigações mais amplas, com metodologia mista e coleta de dados primários. Estudos comparativos entre unidades federativas ou entre segmentos da segurança pública também podem enriquecer a compreensão do tema.

Recomenda-se, para pesquisas futuras, o desenvolvimento de estudos de caso sobre programas já implementados no Brasil e no exterior, com avaliação de seus resultados e impacto a médio e longo prazo. Além disso, seria relevante investigar o papel da família, das associações de classe e das lideranças institucionais na construção de uma cultura organizacional voltada ao cuidado na transição para a reserva.

Em síntese, esta pesquisa reforça a necessidade de reconhecimento institucional do pós-carreira como etapa legítima do ciclo de vida profissional. A implementação de programas de preparação para aposentadoria, pautados por abordagens interdisciplinares e colaborativas, configura-se como um investimento social, humano e estratégico. Ao assegurar condições dignas e sustentáveis para seus veteranos, a Polícia Militar fortalece seus laços com a sociedade, promove justiça institucional e contribui para a construção de um sistema de segurança pública mais humano, inclusivo e resiliente.



REFERÊNCIAS

CARVALHO, Edna de; CARVALHO, Míria de Souza; RIZZO, Paulo Sérgio. A incapacidade física do militar: a incongruência na legislação especial relativa aos critérios definidores de aposentadoria. **Anais do Seminário de Pesquisa e Produtividade da FESV e FESVV**, v. 2, n. 4, p. 30-33, 2021.

COMERLATTO, Valmir Jorge. A Cassação dos Proventos do Servidor Público/Militar Aposentado—Direito ou Abuso de Autoridade?. **Revista Base Científica**, v. 2, 2024.

GOMES, Liliane Vicentina. Educação financeira e sua relação com o policial militar de Santa Catarina. **Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar**, n. 4, p. 20-45, 2022.

GONZAGA, Cristiane de Oliveira Marques. Aspectos gerais da aposentadoria especial do servidor público. **Revista Brasileira de Direito Social**, v. 3, n. 3, p. 84-91, 2020.

GRISOSKI, Daniela Cecília; SILVA, Paula Marques da. Processos de subjetivação de policiais militares: Uma Análise da Saúde no Trabalho. **Perspectivas contemporâneas**, v. 15, n. 1, p. 92-114, 2020.

KARNIKOWSKI, Romeu Machado; INÁCIO, Mara Cristiane. Pensão militares estaduais RS. **Revista interdisciplinar multi saberes**, v. 1, n. 1, 2023.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra *et al.* O reconhecimento da atividade de risco dos guardas civis municipais e o direito à aposentadoria especial à luz do princípio da isonomia. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 24, n. 1, p. 69-83, 2024.

MARTINS, Wendel Expedito Batista *et al.* O cenário do trabalho do Policial Militar: especialização e reflexos no adoecimento funcional. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 27771-27785, 2021.

MIQUELETTI, Ana Lucia; OLIVEIRA, Giovana Taddeo Sanches; OLIVIERI, Ricardo Azevedo. Vitimização de Policiais Militares do Estado de São Paulo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 10, p. 127-154, 2023.

PASSOS, Elysson Leonty dos; KOVALSKI, Jennifer Cristina. Atividade Policial Militar e os Desafios do Ingresso à Aposentadoria. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 6, p. 2359-2372, 2024.

PEREIRA, Gustavo Klauberg; MADRUGA, Amanda Batista; KAWAHALA, Edelu. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, p. 500-509, 2020.

RIBEIRO, Luisa Helena de Almeida. O regime previdenciário do servidor público. De acordo com a emenda constitucional 103/2019-reforma da previdência. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, v. 2, n. 7, p. e27592-e27592, 2021.

ROCHA, Daniela Dias da; OLIVEIRA, Karine de Moraes; FARIA, Antônio Hot Pereira de. Suicídio no Meio Policial Militar: fatores preponderantes e políticas de prevenção adotadas pela Polícia Militar

de Minas Gerais. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**, v. 4, n. 8, p. 101-112, 2021.

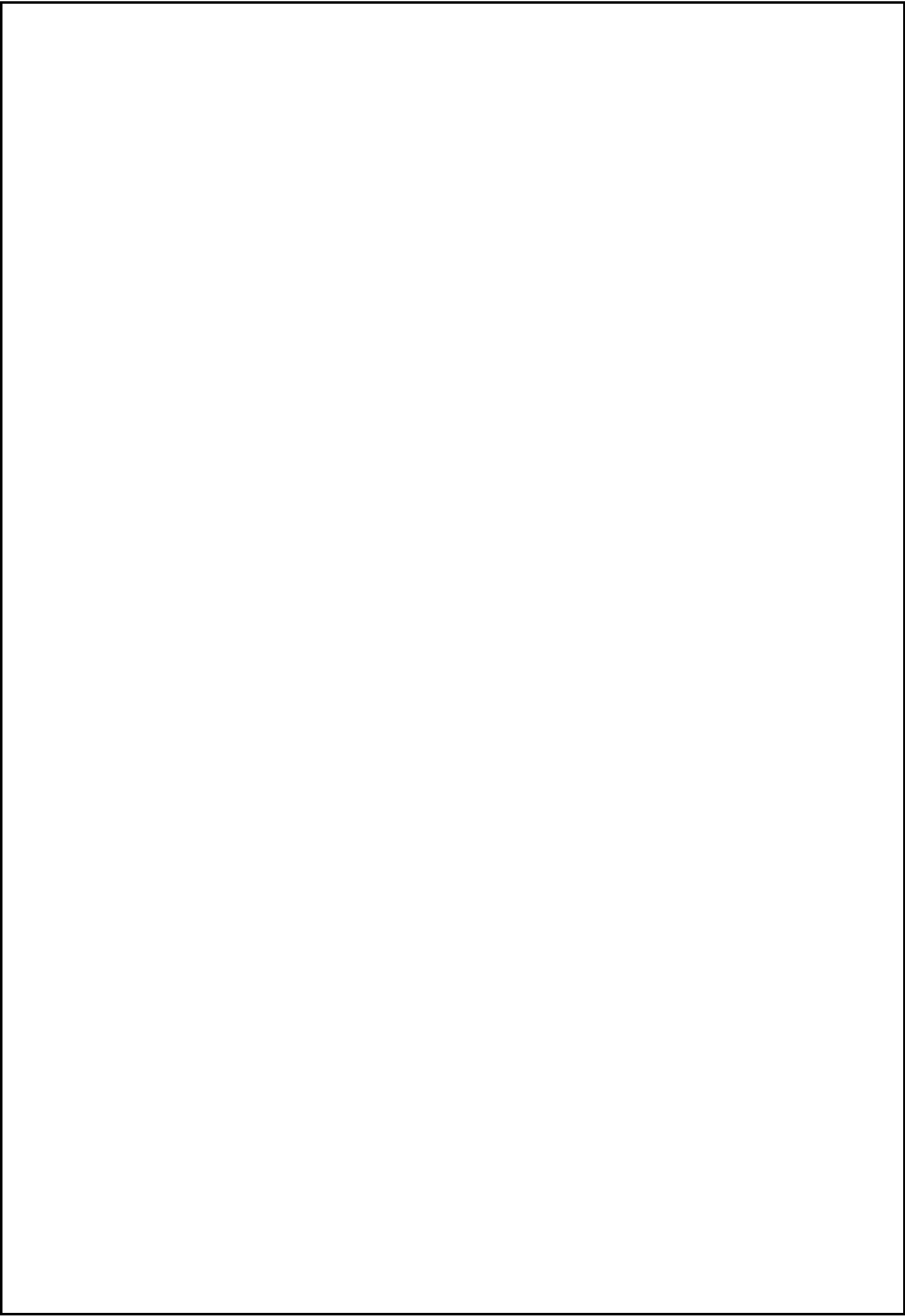
SCHUABB, Thaís Cravo; FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho. Planejamento financeiro para a aposentadoria: Uma revisão sistemática da literatura nacional sob o viés da psicologia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 1, p. 73-98, 2020.

SILVA, Jarderson Ribeiro da. **Aposentadoria dos Bombeiros Militares do Maranhão**: um estudo acerca da proximidade. 2023. Universidade Estadual Do Maranhão - Uema.

VASCONCELLOS, Roger Nardys de. O Sistema de Proteção Social dos Militares à luz dos recentes precedentes do Supremo Tribunal Federal–ADI 6917 e Tema 1177. **Pro Lege Vigilanda**, v. 1, n. 1, p. 7-20, 2022.

SEÇÃO DE RESENHAS





RESENHAABREU, Allan de. **Cabeça Branca**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.*Ingrid Daniely Vale dos Santos **

RESUMO: A obra *Cabeça Branca* investiga a trajetória de Luiz Carlos da Rocha no narcotráfico internacional. Com base em fontes judiciais e jornalísticas, Allan de Abreu revela a complexa rede criminosa de Rocha, suas estratégias logísticas e os desafios enfrentados pelas políticas antidrogas no combate ao crime organizado transnacional.

Palavras-chave: narcotráfico; crime organizado; tráfico internacional; jornalismo investigativo.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v7i18.233>

Recebido em 14 de junho de 2024.

Aprovado em 02 de agosto de 2024

ABSTRACT: The book *Cabeça Branca* explores the trajectory of Luiz Carlos da Rocha in international drug trafficking. Based on judicial documents and investigative journalism, Allan de Abreu unveils Rocha's sophisticated criminal network, his logistical strategies, and the systemic challenges faced by anti-drug policies in tackling transnational organized crime.

Keywords: drug trafficking; organized crime; Luiz Carlos da Rocha; international smuggling; investigative journalism.

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte

1. DA RESENHA

Cabeça Branca, publicado em 2021, pela editora Record, oferece uma análise detalhada da vida e das operações de Luiz Carlos da Rocha, conhecido como “Cabeça Branca”. Após a publicação de *Cocaína: A Rota Caipira* pela Editora Record em 2017, Allan de Abreu reconheceu a necessidade de aprofundar a história de “Cabeça Branca”. Embora seu primeiro livro incluísse apenas um capítulo dedicado a esse narcotraficante, Abreu percebeu que a complexidade e a importância das atividades de Rocha justificavam uma análise mais detalhada, levando à criação de uma obra focada exclusivamente nesse notório traficante.

Considerado um dos maiores traficantes de cocaína do Cone Sul, Rocha construiu um vasto império criminoso, cujas operações transcenderam as fronteiras nacionais e desafiaram as capacidades de aplicação da lei em vários países da região. O livro é resultado da investigação jornalística de Allan de Abreu e se baseia em documentos judiciais, inquéritos policiais, relatórios de inteligência e entrevistas.

Allan de Abreu estrutura *Cabeça Branca* em uma narrativa cronológica que cobre a ascensão de Luiz Carlos da Rocha desde suas origens no Paraná até se tornar um dos traficantes mais procurados do mundo. O livro conta com dez capítulos, divididos em três partes principais: (i) origem e ascensão, (ii) consolidação e operações, (iii) declínio e captura. “A história de Cabeça Branca suscita a imensa questão de por que sucessivos governos brasileiros se recusaram a reformar as leis antidrogas no país” (Abreu, 2021, p. 15).

Luiz Carlos da Rocha transformou-se em um empresário sofisticado e meticuloso no campo do tráfico de drogas, atuando como um intermediário estratégico que gerenciava rigorosamente o transporte de cocaína entre as zonas de produção - notavelmente situadas na tríade Bolívia, Peru e Colômbia - e os principais mercados consumidores globais, como Estados Unidos e Europa. De acordo com estimativas da Polícia Federal, Rocha movimentava pelo menos cinco toneladas de cocaína para o Brasil mensalmente, além de operar outras rotas na América Latina. Ele fornecia substâncias ilícitas para grandes facções brasileiras, incluindo o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), e colaborava com organizações mafiosas na Europa, como a 'Ndrangheta italiana, assim como com cartéis mexicanos e clãs sérvios e russos (Abreu, 2021).

A atuação de “Cabeça Branca” era centralizada na Rota Caipira que abrange Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, interior paulista¹, Triângulo Mineiro e sul de Goiás constitui um eixo crucial para o

¹ O interior do estado de São Paulo desempenha um papel crucial nas operações de tráfico de drogas, devido às suas condições geográficas e infraestruturais propícias para a movimentação de cocaína, tanto para o consumo interno nas capitais brasileiras quanto para a distribuição internacional. A proximidade com o Aeroporto Internacional de Guarulhos facilita o envio de cocaína para o exterior, frequentemente utilizando métodos como o camuflamento da droga no estômago de

narcotráfico internacional, funciona como um ponto estratégico no itinerário logístico dos traficantes. Esta área serve como rota de passagem entre os países produtores de drogas, Colômbia, Bolívia, Peru e Paraguai, e os grandes centros de consumo do Brasil, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro (Abreu, 2024).

Além dos fatores já mencionados, a Rota Caipira conta com uma extensa malha viária, de aproximadamente 31,4 mil quilômetros com pavimentação de qualidade e fiscalização policial insuficiente, que proporciona um meio eficaz para o transporte terrestre e aéreo de substâncias ilícitas. Esta região também é caracterizada pela presença de vastos canaviais que facilitam operações clandestinas, como os pousos de aeronaves envolvidas no tráfico de drogas (Abreu, 2024; Diogo, 2023).

A Rota Caipira é próxima de vários centros urbanos brasileiros com cidades do Paraguai e da Bolívia resulta em aglomerações urbanas transfronteiriças. Estas áreas, denominadas cidades-gêmeas pelo Ministério da Integração Nacional na Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016, incluem sete cidades-gêmeas² localizadas na fronteira de Mato Grosso do Sul, o que configura um cenário complexo que exacerba as dinâmicas de tráfico e violência (Nunes, 2017).

De acordo com Abreu (2021, p. 20), Luiz Carlos da Rocha adquiria a cocaína na Bolívia por aproximadamente US\$ 800 por quilograma. Esse valor aumentava para cerca de US\$ 8.000 ao chegar em São Paulo, e, uma vez exportada para o continente europeu, a mesma quantidade atingia o valor de aproximadamente US\$ 40.000. Por vezes, “Cabeça Branca” apenas alugava sua infraestrutura logística para que outros grupos transportassem cocaína dos países produtores para o Brasil. Nesses casos, ele lucrava US\$ 1.000 por quilograma transportado, sendo que cada aeronave de pequeno porte podia carregar entre 400 e 500 quilogramas de droga por viagem (Abreu, 2021).

Seus pilotos, geralmente recrutados em cidades fronteiriças como Ponta Porã e Corumbá, em Mato Grosso do Sul, eram substancialmente remunerados, recebendo entre R\$ 150.000 e R\$ 190.000 por cada voo com cocaína. Entre 2014 e 2017, Rocha desembolsou um total de US\$ 2,8 milhões para esses pilotos. As aeronaves utilizadas, predominantemente Cessnas 210 com asas altas para facilitar o desembarque dos entorpecentes, eram modificadas para acomodar a carga de droga; todos os assentos eram removidos para maximizar o espaço para os pacotes de cocaína. Em algumas operações, o piloto voava acompanhado de um galão de querosene, permitindo o reabastecimento da aeronave durante o voo (Abreu, 2021).

transportadores humanos, conhecidos como mulas. Além disso, a logística de transporte é reforçada pela acessibilidade a importantes portos marítimos, como o Porto de Santos (SP), Paranaguá (PR), Rio de Janeiro e Vitória (ES) (Abreu, 2024).

² As cidades-gêmeas são: 1. Corumbá (Brasil) - Puerto Quijarro (Bolívia); 2. Ponta Porã (Brasil) - Pedro Juan Caballero (Paraguai); 3. Mundo Novo (Brasil) - Salto del Guairá (Paraguai); 4. Bela Vista (Brasil) - Bella Vista Norte (Paraguai); 5. Paranhos (Brasil) - Ypejhú (Paraguai); 6. Sete Quedas (Brasil) - Pindoty Porã (Paraguai) e 7. Porto Murtinho (Brasil) - Carmelo Peralta (Paraguai).



O crescimento significativo nas apreensões de drogas pode ser atribuído tanto à melhoria dos mecanismos de repressão, como o uso de scanners pela Receita Federal para inspeção de contêineres no porto de Santos, quanto ao aumento no fluxo de cocaína que sai do Brasil com destino à Europa (Abreu, 2021). As estatísticas de apreensões de maconha e cocaína indicam um foco predominante na Rota Caipira. Nesse contexto, o estado de Mato Grosso se destaca pelas apreensões de cocaína, enquanto Mato Grosso do Sul lidera nas apreensões de maconha.

A pesquisa de Allan de Abreu se baseia em uma combinação de fontes primárias e secundárias. O autor teve acesso a documentos confidenciais, relatórios de inteligência e processos judiciais que forneceram uma base sólida para a reconstrução das operações de Rocha. Além disso, entrevistas com agentes da lei, especialistas em crime organizado e pessoas próximas a Rocha acrescentam profundidade e credibilidade ao relato.

Cabeça Branca destaca-se pela profundidade da pesquisa e pela habilidade de Abreu em contextualizar as operações de Rocha dentro do cenário mais amplo do tráfico de drogas internacional. A obra revela como Rocha soube explorar vulnerabilidades nos sistemas legais e financeiros, usando uma combinação de corrupção, violência e inovação logística para manter suas operações.

No entanto, o livro também expõe desafios na aplicação da lei contra o tráfico de drogas. A habilidade de Rocha em criar uma rede quase invisível de distribuição ilustra as limitações das abordagens tradicionais de combate ao tráfico, que muitas vezes falham em lidar com a complexidade das organizações criminosas modernas. Abreu sugere que uma abordagem mais integrada, envolvendo inteligência financeira e cooperação internacional robusta, é essencial para enfrentar eficazmente figuras como Rocha.

A narrativa de Abreu é envolvente e esclarecedora, mas também levanta questões importantes sobre a eficácia das políticas antidrogas. O sucesso prolongado de Rocha no tráfico internacional sublinha a necessidade de uma reformulação nas estratégias de combate ao narcotráfico, e enfatiza a importância de abordar não apenas os operadores, mas também as estruturas de apoio e os fluxos financeiros que sustentam suas atividades.

Cabeça Branca, contribui para a literatura sobre crime organizado, através de um panorama sobre as operações de tráfico de drogas e os desafios da aplicação da lei. A análise detalhada das táticas de Rocha e a discussão das implicações políticas e estratégicas de suas operações proporcionam uma base para futuras pesquisas e políticas. Este livro é uma leitura essencial para acadêmicos, formuladores de políticas e profissionais da segurança interessados em entender a dinâmica do tráfico de drogas e o funcionamento das redes criminosas globais. A abordagem de Abreu exemplifica como a integração de jornalismo investigativo e pesquisa acadêmica pode oferecer uma visão detalhada de fenômenos como o crime organizado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Allan de. **Cocaína - a rota caipira**: o narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2024.

ABREU, Allan de. **Cabeça Branca**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

DIOGO, Pedro. Da cadeia à fronteira: a transição territorial do Primeiro Comando da Capital. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 53, n. 3, p. 53-91, nov. 2022/fev. 2023.

NUNES, Maria. Dinâmicas transfronteiriças e o avanço da violência na fronteira sul-mato-grossense. In: **Boletim regional, urbano e ambiental / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**. n. 16, jan-jun. 2017. Brasília: IPEA, 2017.



REVISTA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - RIBSP

ISSN ON LINE 2595-2153